



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

**MANEIRAS DE INTERPRETAR OS SENTIDOS DA CORRUPÇÃO:
Uma análise sob a ótica da Revista *Manchete* durante a campanha
presidencial brasileira de 1960.**

GIOVANNA NASCIMENTO ALVES

BRASÍLIA
2023

GIOVANNA NASCIMENTO ALVES

MANEIRAS DE INTERPRETAR OS SENTIDOS DA CORRUPÇÃO:

**Uma análise sob a ótica da Revista *Manchete* durante a campanha
presidencial brasileira de 1960.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília (PPGHIS/UnB) como pré-requisito parcial para obtenção do título de Mestra em História.

Linha de pesquisa: Ideias, Historiografia e Teoria.

Orientador: Prof. Daniel Barbosa Andrade de Faria.

BRASÍLIA

2023

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos que contribuíram de alguma maneira para a realização desta pesquisa.

Em especial, agradeço à minha mãe, Marta, minha inspiração.

Ao meu pai, Francisco, quem sempre é capaz de me arrancar um sorriso.

À minha irmã, Hyorrana, minha parceira de vida. Quem me inspira a ansiar caminhos de liberdade. A coragem sempre foi minha, mas você quem sempre colocou um espelho para ela se olhar.

Ao meu irmão, Rafael, dono de grande coragem e persistência que me motivam a voar cada vez mais alto.

Ao meu irmão mais velho, Ricardo, cuja determinação e resiliência sempre me ofertaram terra firme em meio a ventos fortes.

À minha sobrinha, Rafaela, que nasceu em meio a essa longa caminhada que foi o mestrado e que, desde que chegou a este mundo, tem me feito descobrir o mais lindo encanto de ser tia.

Aos meus cunhados, Rosilene e Eron, por serem pessoas incríveis para pessoas que tanto amo.

À minha grande amiga, Gabi, cujo otimismo e alegria preenchem os espaços mais vazios. Sem sua ajuda esta pesquisa jamais teria se concretizado.

Ao meu amigo de longa data, Pedro Henrique, por sempre acreditar nos meus sonhos e me ajudar a ver a vida por lentes mais coloridas.

Ao meu orientador, Daniel Barbosa de Faria, pela enorme paciência, resiliência e disposição de construir comigo esta pesquisa. Todos os seus apontamentos, correções, sugestões e conversas transformaram uma ideia ainda enevoada neste dedicado trabalho.

À professora Ione de Fátima Oliveira, minha orientadora da graduação e quem comigo desenhou os primeiros rabiscos e contornos desta pesquisa.

À Universidade de Brasília, minha segunda casa. Lugar que me mostrou como o ensino de qualidade e verdadeiramente libertador pode mudar a vida de alguém.

Por fim, àqueles que acreditam na educação como meio de transformar o futuro em um lugar de esperança.

DEDICATÓRIA

Para minha sobrinha, Rafaela, dona do sorriso que me faz sorrir.

[...] Stone hard, machine gun
firing at the ones who run
stone hard, as bulletproof glass
you shoot me down but I won't fall
because I am made of titanium [...]

Sia – Titanium.

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1: Capas da Revista *Manchete* dos anos 1959 e 1960.

Imagem 2: Adolpho Bloch ao lado da primeira impressora da Bloch Editores.

Imagem 3: Charge de Cláudius — O suicídio do intelectual

Imagem 4: Adolpho Bloch e o início da *Manchete* digital.

Imagem 5: Endereço eletrônico da *Manchete*.

Imagem 6: Fotografias de Adolpho Bloch ao lado de inúmeras figuras públicas da época.

Imagem 7: Charge de Cláudius - Cláudius em meio à campanha eleitoral.

Imagem 8: Charge de Cláudius — Cláudius de volta da Europa entra na campanha eleitoral.

Imagem 9: Charge de autor desconhecido — Ria, por favor.

Imagem 10: Charge de Cláudius- Operação Nordeste.

Imagem 11: Charge de Cláudius- Réquiem para uma escola pública.

Imagem 12: Charge de Appe- Observando a importância do eleitor antes das próximas eleições.

LISTA DE SIGLAS

JK - Juscelino Kubitschek

JQ - Jânio Quadros

MPJQ - Movimento Popular Jânio Quadros

PCB - Partido Comunista do Brasil

PDC - Partido Democrata Cristão

PL - Partido Libertador

PR - Partido Republicano

PSD - Partido Social Democrático

PSP - Partido Social Progressista

PTB - Partido Trabalhista Brasileiro

PTN - Partido Trabalhista Nacional

UDN - União Democrática Nacional

RESUMO

Esta pesquisa analisa as significações que a Revista Manchete atribuiu à experiência da corrupção durante a campanha presidencial brasileira de 1960. Naquela época, a imprensa estava passando por transformações profundas nas décadas de 50 e 60, desempenhando um papel fundamental nos debates políticos e na sistematização de modos particulares de interpretar, agir e viver em sociedade por meio de unidades representativas de sentido. Compreendendo as dinâmicas políticas, sociais e econômicas em um contexto histórico, a pesquisa visa entender de que maneira a Revista difundiu a ideia de corrupção como um agente que articula modos específicos de experienciar o mundo.

Palavras-chave: Imprensa, revista *Manchete*, corrupção, eleição presidencial, 1960.

ABSTRACT

This research analyzes the meanings that the *Manchete* Magazine attributed to the experience of corruption during the Brazilian presidential campaign of 1960. At that time, the press was going through profound transformations in the 1950s and 1960s, playing a fundamental role in political debates and in the systematization of particular ways of interpreting, acting, and living in society through representative units of meaning. Understanding the political, social, and economic dynamics in a historical context, the research seeks to understand how the Magazine spread the idea of corruption as an agent that articulates specific ways of experiencing the world.

Keywords: Press, *Manchete* Magazine, Corruption, Presidential Election, 1960.

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	3
DEDICATÓRIA	4
LISTA DE IMAGENS	6
LISTA DE SIGLAS	7
RESUMO	8
ABSTRACT	9
INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO 1- IMPRENSA E POLÍTICA: INSTITUIÇÕES QUE SE ENTRELAÇAM	20
1.1 “Aconteceu, virou <i>Manchete</i> ”	20
1.2 Revisitando a eleição de 1960	34
CAPÍTULO 2- CRÔNICAS DE CORRUPÇÃO: O OLHAR DA <i>MANCHETE</i>	45
2.1 Sentido de corrupção nas décadas de 50 e 60.	45
2.2 Crônicas e charges na representação do cotidiano brasileiro	55
2.3 Descrença na política e nos políticos	62
CAPÍTULO 3 - INVESTIGANDO UM PAÍS SUPOSTAMENTE TRANSGRESSOR	72
3.1 (In)conformismo	72
3.2 Educação para a construção de (E)leitores	82
3.3 (E)leitor	95
CONSIDERAÇÕES FINAIS	103
BIBLIOGRAFIA	107

INTRODUÇÃO

Esta dissertação pertence à Linha de Pesquisa de Ideias, Historiografia e Teoria do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília (PPGHIS/UnB). A inclusão da pesquisa nessa área busca destacar como a circulação e a recepção de ideias influenciam diretamente as práticas sociais. Segundo Michel-Rolph Trouillot, uma experiência é vista como um evento histórico quando analisada a partir de uma perspectiva narrativa. Os eventos históricos estão imersos em significados culturais e explicações pré-estabelecidas, o que impossibilita descrevê-la sem considerar as concepções subjetivas dos principais agentes envolvidos nesse evento.¹

Estudos sobre corrupção focados na análise das ideias e interpretações produzidas por grupos sociais específicos, investigam suas articulações com o passado, presente e futuro. Essas articulações são construídas a partir da historicidade da corrupção, permitindo não apenas compreender como as ideias evoluíram ao longo do tempo, mas também como a circulação e a recepção dessas ideias moldam formas específicas de viver e atuar em sociedade.

Seu conceito tem ganhado destaque nos estudos historiográficos à medida que se compreende a polissemia histórica do termo. Desde o período Imperial até os tempos da República, o termo passou por diversas mudanças, mas sempre compôs um léxico de lutas e disputas políticas. Esse fenômeno é complexo e multifacetado e se manifesta em diferentes contextos históricos, políticos e sociais. Por isso, a compreensão das mudanças ao longo do tempo é fundamental para uma análise mais aprofundada da história política brasileira.

Para Giorgio Agamben:

o contemporâneo não é apenas aquele que, percebendo o escuro do presente, nele apreende a resoluta luz; é também aquele que, dividindo e interpolando o tempo, está à altura de transformá-lo e de colocá-lo em relação com os outros tempos, de nele ler de modo inédito a história) de "citá-la" segundo uma necessidade que não provém de maneira nenhuma do seu arbítrio, mas de uma exigência à qual ele não pode responder. É como se aquela invisível luz, que é o escuro do presente, projetasse a sua sombra sobre o passado, e este, tocado por esse facho de sombra, adquirisse a capacidade de responder às trevas do agora.²

¹ TROUILLOT, Michel-Rolph. *Silenciando o passado*. Poder e a produção da história. Curitiba: Huya, 2016. P. 54.

² AGAMBEN, Giorgio. *O que é o contemporâneo?* Tradução de Vinicius Nicastro Honesko. Chapecó, SC: Argos, 2009. P. 72.

O conceito de corrupção não é estático e nem universalmente aceito. O que é considerado corrupção em uma sociedade pode não ser em outra. Por isso, a análise dos diferentes significados e usos do termo ao longo da história é essencial para compreender as múltiplas formas como a corrupção tem sido concebida e enfrentada em diferentes contextos.

Ao analisarmos o repertório de casos retratados nas páginas da Revista *Manchete*, um dos pontos de extrema relevância é por quem essas representações foram produzidas. A revista constituía-se de grupos elitistas, sendo escrita para circular tanto para essas mesmas elites, mas como também desejava obter grandes tiragens e manter-se relevantes no mercado, também balanceava seu preço para que grupos menos abastados pudessem ter acesso.

Segundo Raoul Girardet, a inclusão do estudo de um "imaginário político" em um intervalo temporal mais restrito e específico da história não implica a perda da potencialidade de reflexão em um cenário mais abrangente da ação humana. Questionar a gênese, as transformações e as manifestações desses ideais nos ajuda a interpretar algumas das crises profundas e problemáticas agudas de uma cultura ou grupo social específico que se manifestam nos indivíduos de nosso tempo.³

Uma das inspirações para este trabalho surgiu a partir de um artigo escrito por Raimundo Magalhães Júnior para a Revista *Manchete*, que também compôs o corpus documental no Trabalho de Conclusão de Curso. O texto, intitulado "Os heróis da sucessão", foi publicado em 11 de julho de 1959. Neste notável artigo, o jornalista fez uma retrospectiva dos 70 pleitos presidenciais realizados pelo Brasil até aquele momento, destacando algumas semelhanças que moldaram a política brasileira até aquele momento.

Já no primeiro parágrafo o autor nos entrega o teor e forma como esse artigo foi tecido.

Uma tradição de 70 anos de vida republicana ensina que, no Brasil, os candidatos bafejados pelo oficialismo sempre ganham as eleições para a Presidência. Outra experiência consolidada é a da vantagem para os militares, sobre os civis. No caso de luta entre dois militares, ganha o que o Governo bafeja. Essa lição se confirma em 14 pleitos presidenciais, com dois insucessos apenas, o de Júlio Prestes, Impedido de assumir o Catete por uma revolução, em 1930, e o de Cristiano Machado, em 50, o responsável pela introdução de um verbo novo no dicionário político.⁴

³ GIRARDET, Raoul. *Mitos e mitologias políticas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. P. 179.

⁴ Revista *Manchete*. Edição 377. 11/07/1959. P 88. Reportagem de Raimundo Magalhães Júnior. Os heróis da sucessão. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=004120&PagFis=26535> Acesso em: 18/01/2023.

No texto foi feita uma digressão sobre o perfil de candidatos que ocuparam o cargo de Presidência da República Brasileira, seja por voto direto ou indireto, destacando o fato do cargo ter sido preenchido majoritariamente por figuras militares. “Em 70 anos de eleições republicanas — dois pleitos indiretos e quatorze diretos — só 2 vezes vingaram candidaturas não oficiais: uma pelas armas e outra pelas urnas.”

Foi a partir dessa observação que comecei a questionar algumas características comuns entre os perfis dos candidatos à presidência, que parecem apresentar traços muito semelhantes, seja pelo uso de símbolos como a espada, seja pelos discursos grandiosos e promessas inflamadas. Esta última semelhança foi a que mais me chamou a atenção.

Ao investigar a trajetória política de candidatos ao longo da história do Brasil, pude perceber que muitos se destacam por suas habilidades oratórias e capacidade de persuasão, características que frequentemente são utilizadas para conquistar o apoio popular. Além disso, a promessa de mudanças profundas na sociedade e na política é outro traço comum entre muitos desses candidatos.

Na política brasileira é comum observar tendências discursivas que culpam a má gestão do governo vigente pelas diversas mazelas enfrentadas pela população. Nesse contexto, o próximo chefe do executivo federal é apresentado como aquele capaz de promover melhorias que já haviam sido prometidas por candidatos anteriores. Entre essas promessas, destacam-se o desenvolvimento, a melhoria das condições sociais em meio ao alto custo de vida, a precariedade dos serviços públicos e, sobretudo, o combate à corrupção.

Pierre Ansart observa como nos períodos contemporâneos, meados do século XX, há uma crescente indiferença do público aos apelos dramáticos expedidos pelos líderes de partidos. Contudo, simplesmente observar esse desprezo como simples desinteresse, nos faz esquecer que a indiferença é, também, propulsora da produção e superprodução desses apelos.⁵

Diante dessa provocação, pensei em como seria interessante pesquisar a gama polissêmica que o termo corrupção possui no vasto campo político e como e por que esse conceito é recorrentemente utilizado, não só pelas vozes de candidatos, mas também pela imprensa, esse agente que foi tão forte e presente na seara política.

Sempre tive interesse em estudar a publicização da política, analisando como as notícias, os fatos, os discursos e tudo o que remete à transmissão da informação para a

⁵ANSART, Pierre. *A gestão das paixões políticas*. Tradução. Jacy Seixas.-Curitiba, PR: Ed. UFPR, 2019. 206. P 123.

sociedade em momentos em que a política ganha ainda mais destaque nos veículos de comunicação. Uma campanha feita para uma eleição tão grande como a de Presidente da República gera notoriedade e interesse nacional. Esse período funciona como a antessala para a tomada de poder.

A eleição de 1960 é histórica em sua essência, devido ao contexto em que ocorreu: o pré-golpe militar em 1964. O pleito se desenvolveu em um momento de fragilidade das instituições, em que a sociedade brasileira passava por profundas transformações e buscava em seus representantes aquele cuja integridade e compromisso atenderia verdadeiramente suas reivindicações. Os candidatos desse sufrágio atingiram a máxima potencialidade do anedotário que muitos consideram compor a política brasileira. Um candidato tomava injeções em público, simulava desmaios e comia sanduíches de mortadela levados nos bolsos; outro era um militar, ex-ministro da Guerra, que recebeu apoio de um partido comunista; e, por fim, um terceiro que era conhecido pelo slogan “rouba, mas faz”.

Este estudo teve como objetivo investigar de que maneira a imprensa divulgou informações sobre corrupção para alcançar os (e)leitores, e como essa cobertura influenciou a construção de interpretações específicas da sociedade no dia a dia. As revistas e jornais eram uma parte importante da vida das pessoas que desejavam se manter informadas sobre um mundo em constante mudança e os novos desafios que se apresentavam.

Ao optar pela análise da Revista Manchete, nosso objetivo foi examinar uma publicação de grande alcance nacional, com uma tiragem expressiva e um público leitor diversificado. Além disso, a escolha se baseou na composição de seu corpo editorial, que contava com personalidades influentes e ativas no meio sociopolítico. A revista teve seu auge nas décadas de 50 e 60 e contava com colaboradores renomados do meio intelectual, como Carlos Drummond de Andrade, Nelson Rodrigues, Rubem Braga, Manuel Bandeira, Fernando Sabino, David Nasser, Heloneida Studart, entre outros.

Para John Pocock, o historiador deve analisar um corpo de argumentações presente nos textos e identificar em quais contextos esses enunciados foram dotados de unicidade. A partir da percepção dessa unicidade, o pesquisador pode investigar se o postulado estava presente na língua do autor ou se foi estabelecido por ele durante a elaboração do texto. Independentemente da conclusão, é importante que o postulado seja contextualizado na ação discursiva do autor e nos vários contextos em que ele estava envolvido. Essa abordagem

permite uma análise mais profunda e completa do texto, levando em consideração não apenas seu conteúdo, mas também seu contexto e sua função social e histórica.⁶

Para realizar a análise dos significados e significações da corrupção no Brasil, foram examinadas minuciosamente as dimensões semânticas e pragmáticas de 155 edições da Revista *Manchete*. A metodologia utilizada neste trabalho baseou-se na análise das possibilidades interpretativas das narrativas veiculadas pela Revista, por meio da observação e identificação de estratégias linguísticas como metáforas, analogias e humor, bem como da articulação dos mecanismos contextuais utilizados na construção do sentido daquilo que se pretendia comunicar.

Os textos jornalísticos foram analisados não apenas em seu conteúdo explícito, mas também as nuances e sutilezas presentes na linguagem utilizada. A partir dessa análise, foram identificadas e discutidas as diferentes possibilidades interpretativas das narrativas, permitindo uma compreensão mais aprofundada do seu significado e impacto na percepção do (e)leitor.

As narrativas presentes nessas edições possibilitaram a compreensão de como determinados discursos foram construídos e difundidos no contexto político da época. As narrativas não eram neutras, mas sim carregadas de valores, interesses e ideologias, desempenhando assim um papel crucial na construção de representações sociais específicas. A análise das narrativas também permitiu compreender como as linguagens foram utilizadas na construção de discursos políticos, revelando a relação entre linguagem e poder. Com isso, foi possível perceber como determinados grupos sociais utilizam a linguagem para se legitimar e impor suas visões de mundo, enquanto outras vozes são silenciadas e excluídas do debate público.

O contexto das décadas de 50 e 60 foi caracterizado por um governo ineficiente que não conseguia manter a força das instituições e falhava em impedir que práticas degenerativas tomassem conta do país. Juscelino Kubitschek foi acusado diversas vezes de ter aumentado a dívida interna e externa do país, de ter gasto de forma exorbitante, incluindo o superfaturamento na construção de Brasília, além de ter enfrentado denúncias de corrupção. O candidato que iria sucedê-lo deveria estar comprometido em enfrentar essas questões e resolver esses problemas.

⁶ POCOCK, John Greville Agard. *Linguagens do Ideário Político* Vol. 25. Edusp, 2003. P. 50-51.

Nos períodos de campanha eleitoral é bastante comum ouvir acusações sobre o governo vigente, outros políticos, até mesmo sobre o próprio sistema. José Murilo de Carvalho satiriza ao dizer que nada seria mais nosso do que a corrupção, até mesmo o petróleo das campanhas da década de 50. Se trata de um círculo vicioso, no qual:

Os republicanos acusavam o regime monárquico de ser corrupto, os revolucionários de 30 acusavam a Primeira República de ser corrupta, os democratas de 45 acusavam o Estado Novo de ser corrupto, os militares de 64 acusavam a democracia de 45 de ser corrupta, a Nova República acusou a República dos militares de ser corrupta, hoje todos acusam a Nova República de ser corrupta...⁷

Claramente, essa passagem não possui a intenção de naturalizar a corrupção no Brasil, que estaria perdurando ao longo do tempo. Para o historiador, a crítica diz respeito à incompatibilidade desse comportamento com os valores republicanos. Apesar de ser difícil datar e definir precisamente o que seria corrupção, para Carvalho, o enriquecimento pessoal à custa de recursos públicos foi o que predominou na definição de corrupção no século XX. Em 1945, no ano final do governo Vargas, quando foi fundada a União Democrática Nacional (UDN), surgiu o combate a corrupção chamada “udenismo”, ou seja, a UDN combatendo à política de Vargas em termos de corrupção⁸.

Durante esse período de campanha eleitoral, os ataques ao moralismo direcionado aos indivíduos surgiam de diversas fontes. Os envolvidos no mundo político utilizavam diferentes estratégias para propagar seu pensamento, expressando suas narrativas da forma que mais lhes conviesse. Para isso, utilizavam fatos isolados, que eram colocados em contextos específicos, e faziam uso de retóricas confusas e materiais publicitários sugestivos, tudo isso com a intenção de convencer os eleitores de determinadas interpretações. Cada voto era considerado importante nessa disputa eleitoral.

Como muito bem nos lembra Maria Celina D’Araújo:

Nas eleições de 1960, dois candidatos à presidência da República eram nitidamente figuras anti-partidárias - Jânio e Lott -, enquanto o terceiro - Adernar - era um chefe personalista que dominava um partido próprio. Um clima propício ao surgimento de lideranças apartidárias, num desafio evidente ao processo de institucionalização democrática.⁹

⁷CARVALHO, José Murilo. Brasileiro: cidadão? Revista Legislativo, 1998. P. 36. Disponível em: <https://dspace.almg.gov.br/handle/11037/1203> Acesso em: 12/12/2022.

⁸CARVALHO, José Murilo. Corrupção. Entrevista concedida à Lilia Schwarcz. Entrevista. Canal Futura. 15 de abril de 2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=rnWnK8alEcA> Acesso em: 09/03/2022.

⁹D’ARAÚJO, Maria Celina de. *Sindicatos, carisma e poder: o PTB de 1945-65*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996. P. 134.

De acordo com José Murilo de Carvalho, se os direitos políticos e os mecanismos democráticos não parecem estar funcionando para representar os interesses permanentes da sociedade e não conseguem solucionar os problemas mais expressivos do povo, é inevitável que haja um desencantamento da sociedade com as instituições democráticas, o sistema político e até mesmo com o país como um todo.¹⁰

Essa situação de descrença nas instituições e na capacidade do governo em atender às demandas coletivas gerou uma sensação de pessimismo em relação ao futuro do país. Os indivíduos se sentiam desprotegidos e desamparados pelo Estado, o que contribuía para o aumento da desigualdade social e da violência. Tudo isso gerou um clima de desânimo e desesperança na população, tornando difícil a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

A corrupção não é exclusiva do Brasil e é uma realidade presente em diversas sociedades. No entanto, é importante destacar que o Brasil possui características e particularidades que a tornam especialmente vulnerável a práticas corruptas. É comum que essa vulnerabilidade seja utilizada como justificativa para a normalização da corrupção e para a crença equivocada de que essas práticas são parte integrante da cultura brasileira e do cotidiano dos brasileiros.

Para Fernando Filgueiras, o grande repertório de escândalos de corrupção que o Brasil possui criou na sociedade uma espécie de sentimento de tolerância às práticas ímprobas e de impotência dos cidadãos que apenas aguardam o próximo escândalo aparecer nas páginas dos jornais. A passividade coletiva teria criado concepções de senso comum, na qual a desonestidade do brasileiro é natural, sendo ele visto como portador de caráter duvidoso e que não resiste a levar vantagem no âmbito das relações sociais.¹¹ Argumenta-se que esse mal supostamente percorreria a sociedade brasileira de cima a baixo e a prova disso seria a existência de uma lei informal batizada como a “Lei de Gerson”¹² que representaria a prática

¹⁰ CARVALHO, José Murilo. Brasileiro: cidadão? Revista Legislativo, 1998. P. 37. Disponível em: <https://dspace.almg.gov.br/handle/11037/1203> Acesso em: 12/12/2022.

¹¹ *Ibidem*, P. 387

¹² Gérson de Oliveira Nunes foi um dos maiores craques meio-campistas de todos os tempos no futebol brasileiro. Em 1976, contratado pela empresa de comunicação Caio Domingues & Associados, fez uma propaganda da marca de cigarros Vila Rica, fabricada pela J. Reynolds. Na peça publicitária, Gérson concedia entrevista a um interlocutor justificando o porquê de sua preferência pela marca. E disse: “Porque pagar mais caro se o Vila me dá tudo aquilo que quero de um cigarro? Gosto de levar vantagem em tudo, certo? Leve vantagem você também, leve Vila Rica!”. “Levar vantagem em tudo” foi a frase que ficou eternizada como uma jogada de gente esperta, malandra, quase sem ética alguma; mesmo hoje, quando grande parte de quem se refere à “Lei de Gérson” nem sabe quem foi o grande meia armador tricampeão mundial, a citação tem a ver com o oportunista de ocasião que só se preocupa consigo mesmo, pouco se lixando para o resto da humanidade. É o comportamento do picareta que tira vantagem até de quem é indefeso em uma situação qualquer. Por isso, Gérson se arrependeu amargamente de sua fala. Embora não fosse essa a intenção do marqueteiro, foi ela que

brasileira de se obter vantagem em tudo.

De acordo com Rodrigo Patto de Sá, a corrupção no sentido de malversação de recursos públicos e de uma perspectiva extremamente moralista foi um tema central no debate político brasileiro dos anos de 1950 e 1960, reverberando especialmente na imprensa e nas disputas parlamentares.¹³ Essa prevalência do julgamento moral em detrimento de outras formas de atuação política, nos leva a indagar como as propostas eleitorais têm se apoiado em discursos genéricos e abstratos, como, por exemplo, o de combate à corrupção.

Esta ponderação é o cerne desta pesquisa, que se concentra nas narrativas utilizadas pela Revista *Manchete* para compor o discurso sobre a corrupção, suas definições, práticas e agentes durante a campanha presidencial de 1960. O objetivo é analisar esse conjunto discursivo publicado pela revista, que buscava expor o eleitor a determinadas significações sobre modos específicos de pensar, criar e viver em sociedade. Para tanto, esta dissertação é dividida em três capítulos.

O primeiro capítulo destina-se à apresentação da fonte e do objeto da pesquisa, bem como o recorte temporal. Iniciamos destrinchando a *Manchete*, considerando sua trajetória desde o nascimento em 1952, até a década de 60. Abordamos seu corpo executivo e editorial, número de tiragens, público leitor, valor de comércio, além de características estruturais do periódico, como os recursos fotográficos, tamanho das reportagens, conteúdos de capa e temáticas abordadas, entre outras informações. Também apresentamos o pleito de 1960, destacando a conjuntura de crise econômica e política em que o Brasil se encontrava nos anos finais do governo de Juscelino Kubitschek, os arranjos e as negociações partidárias realizadas até a decisão final da composição das chapas.

O segundo capítulo destaca algumas das características que os escritores, jornalistas e chargistas utilizaram para divulgar interpretações ao (e)leitor sobre a relação entre o Brasil e a corrupção. O foco deste capítulo é observar como o corpo editorial tipificava negativamente a relação dos brasileiros que ainda estariam presos a uma mentalidade colonial e propícios à corrupção. Para isso, o corpo editorial imprimiu uma ideia de debate crítico sobre o assunto, mas ao recorrer a reiteraões, complementações, oposições, metáforas e analogias, apenas

restou para sempre, e a imagem do craque correto e bom companheiro lamentavelmente se misturou a ela. A expressão foi apropriada pelos usos e costumes brasileiros, transformando-se numa espécie de diploma do espertinho, do sabido que ganha todas, sem escrúpulos, que só cuida do seu interesse, do seu estômago. RODRIGUES, Roberto. Lei de Gérson. Disponível em: <https://gvagro.fgv.br/sites/gvagro.fgv.br/files/u5/08.2017%20-%20LEI%20DE%20G%C3%89RSON.pdf>. Acesso em 12/05/2022.

¹³ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Corrupção no Brasil republicano 1945-1964. P. 245. In: AVRITZER, Leonardo et al. (Org.). *Corrupção: ensaios e críticas*. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

reforçavam aquilo que já era senso comum.

No último capítulo, não se pretende de forma alguma apresentar sugestões de mecanismos para solucionar o desvio da boa norma por parte de agentes públicos no Brasil. A ideia principal é trazer alguns enunciados da *Manchete* publicados como supostas "causas" da estagnação e permanência da corrupção em um país desencantado com a política e com os políticos. Por meio de narrativas que colocam o eleitor no centro da perpetuação da corrupção no Brasil, a revista insinuava certo conformismo da sociedade, manipulando sentimentos de esperança e desesperança em relação à incapacidade de intervir naquela realidade.

Por fim, é importante salientar que todos os capítulos foram escritos no contexto e vivência da sociedade brasileira da época, a qual estava centrada no desenrolar da campanha e eleição à presidência. Ao tratarmos dos pontos relativos à temática da corrupção, ainda que alguns sejam externos à campanha, eles fazem parte do conjunto interpretativo que a revista compartilhou com os (e)leitores. Dessa forma, foram utilizadas publicações que não necessariamente tratam da campanha, mas que contribuíram diretamente na construção dessas significações sobre a corrupção no Brasil.

CAPÍTULO 1- IMPRENSA E POLÍTICA: INSTITUIÇÕES QUE SE ENTRELAÇAM

1.1 “Aconteceu, virou *Manchete*”

Com o desejo de intermediar e traduzir aos leitores interpretações de formas de ver o mundo, em 26 de abril de 1952, na cidade do Rio de Janeiro, Adolpho Bloch lançou a Revista *Manchete*. Com um slogan curto “Aconteceu, virou *Manchete*”, o semanário se tornou um sucesso com seu fotojornalismo e qualidade gráfica. Apesar de não ser pioneira na reprodução de fotografias coloridas, a possibilidade de divulgação dos produtos em imagens com cores, em contrapartida, às propagandas em preto e branco veiculadas pela televisão e pela maioria dos jornais, atraía a atenção dos anunciantes.¹⁴

As décadas de 1950 e 1960 foram o período dourado das revistas ilustradas. *O Cruzeiro*, lançada em 1928 por Assis Chateaubriand, era, até aquele momento, o mais popular de todas. Em 1954, na edição da morte de Getúlio Vargas, chegou a atingir uma tiragem de 750 mil exemplares, recorde que só seria quebrado 3 décadas depois pela *Veja*. Seguindo a linha dos mais importantes magazines europeus, *O Cruzeiro* introduziu, no Brasil, o gênero das grandes reportagens acompanhadas de múltiplas coberturas fotográficas. O impacto da revista só diminuiu no final da década, com o fortalecimento de outras publicações, como *Manchete* e *Fatos e Fotos*.¹⁵

A *Manchete* foi o carro chefe da Bloch Editoras. O “Seu Adolpho”, como Bloch era chamado pelos funcionários, chegou ao Brasil aos 13 anos, vindo da Ucrânia com sua família judia, em fuga da Revolução Russa e chegou ao Brasil em 1922, onde retomou sua atividade profissional, juntamente com seus irmãos Bóris, Arnaldo e Oscar.¹⁶

No início, foram produzidos cartazes, folhetos, boletins e embalagens por meio da impressão. Com o passar do tempo, a gráfica mudou de endereço em diversas ocasiões. Inicialmente, estabeleceu-se na rua Mem de Sá, número 285. Posteriormente, transferiu suas operações para a rua da Constituição, número 38, e mais tarde para a rua Visconde da Gávea, número 26. Durante sua permanência nesse último endereço, teve início a construção do

¹⁴ AMORIM, Rosy Mary Guerra. *O Governo JK e a revista Manchete: a criação do mito dos anos dourados*. Rio de Janeiro, 2008. P. 87.

¹⁵ RIBEIRO, Ana Paula Goulart. *Imprensa e história no Rio de Janeiro dos anos 50*. 2000. 2000. Tese de Doutorado. Tese (Doutorado em Comunicação Social)—Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. P. 75. Disponível em: <https://pantheon.ufrj.br/handle/11422/10420> Acesso em: 17/04/2022.

¹⁶ PENA, Felipe. *Seu Adolpho: uma biografia em fractais de Adolpho Bloch, fundador da TV e Revista Manchete*. Rio de Janeiro: Usina de Letras, 2010. P.60.

prédio localizado na rua Frei Caneca. Essa nova sede foi instalada em um moderno edifício de seis andares e permaneceu em funcionamento até 1968, quando a empresa mudou-se definitivamente para a rua do Russel.¹⁷

Após trinta anos de trabalho no meio gráfico, Adolfo Bloch decidiu editar uma publicação no gênero da francesa *Paris-Match*, para disputar o mercado de revistas ilustradas em cores, liderado por *O Cruzeiro*, publicação dos Diários Associados. Adolfo Bloch havia adquirido uma rotativa Webendorfer, que foi a primeira offset do Brasil. Durante quatro dias da semana, a rotativa imprimia publicações de outras empresas, reservando apenas três dias para a impressão da sua revista. Ao lançar *Manchete*, Bloch estava plenamente ciente da importância das imagens coloridas e contratou agências estrangeiras que forneciam material fotográfico de alta qualidade. Essa estratégia impulsionou significativamente as vendas da revista. Além do cuidado com o aspecto visual, a redação da revista foi instalada na rua Frei Caneca.¹⁸

Na biografia escrita por Felipe Penna, o escritor descreve Bloch como dono de uma personalidade única e marcante, a qual passava do “mau-humor ao riso em questão de segundos. Dos palavrões aos afagos. Do carinho à violência. Da discussão ao diálogo. Elogiava e esculhambava seus funcionários e parentes com a mesma facilidade, “Seu Adolpho” possuía experiência pregressa na seara do jornalismo, já que a família possuía uma gráfica no antigo Império Russo.¹⁹

Ao criar a *Manchete*, Bloch desenvolveu uma editora que lhe rendeu revistas de sucesso, emissoras de rádio e TV, além de grande influência no meio sociopolítico da época. Suas revistas abarcavam os mais diversos públicos, sendo seus maiores sucessos *Fatos e Fotos*, *Desfile*, *Mulher de Hoje*, *Super Moldes*, *Pais e Filhos*, *Manchete Rural*, *Manchete Esportiva*, *Sétimo Céu e Ele & Ela*.²⁰ Em sua 3ª edição, *Manchete* enfrentou seu primeiro problema com a censura. Uma reportagem sobre dança africana em Paris foi considerada ofensiva aos padrões de moralidade e a revista foi proibida de circular em Minas Gerais e em

¹⁷SIQUEIRA, Carla. MURILO, Tatiana. Verbete. *Manchete*. In: Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro, CPDOC/FGV. Disponível em: <https://www18.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/manchete> Acesso em: 31/10/2021.

¹⁸ *Idem*.

¹⁹ PENA, Felipe. *Seu Adolpho: uma biografia em fractais de Adolpho Bloch, fundador da TV e Revista Manchete*. Rio de Janeiro: Usina de Letras, 2010. P. 64-65.

²⁰PÁDUA, Gesner Duarte. 06. *Manchete*: a cortesã do poder. Revista Brasileira de História da Mídia, 2, n. 2, 2013. P. 214. Disponível em: <https://comunicata.ufpi.br/index.php/rbhm/article/view/4121> Acesso em: 11/03/2023.

outros estados. Em 1953, a publicação sofreu apreensão em todo o Brasil devido a uma foto de Marilyn Monroe nua, determinada pela censura federal.²¹

Em aspectos visuais, *Manchete* possuía como marca seu logo de fundo vermelho e letras garrafais amarelas com o dizer “*Manchete*”. Diversas edições possuíam mulheres estampadas na capa. Para se ter uma noção, das 155 edições levantadas nesta pesquisa, 46 foram edições traziam fotografias femininas que se encaixavam no padrão de beleza da época. Nem sempre essas fotografias referiam-se a uma personagem em destaque de uma matéria. As exceções das capas possuem fotografias de Juscelino Kubitschek, Jânio Quadros e Fidel Castro.

Imagem 1: Capas da Revista *Manchete* dos anos 1959 e 1960.



²¹SIQUEIRA, Carla. MURILO, Tatiana. Verbete. Manchete. In: Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro, CPDOC/FGV. Disponível em: <https://www18.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/manchete> Acesso em: 31/10/2021.

Amostras de capas da Revista *Manchete* dos anos 1959 e 1960: 10 de janeiro de 1959²²; 29 de agosto de 1959²³; 10 de outubro de 1959²⁴; 30 de janeiro de 1960²⁵; 19 de março de 1960²⁶; 3 de setembro de 1960²⁷.

Nas primeiras edições, a revista continha 40 páginas e nem todas eram impressas em cores. O período de apogeu da *Manchete* coincidiu com o declínio de *O Cruzeiro*. Em 1958, vários jornalistas deste periódico se transferiram para a revista de Bloch. Greyce Falcão destaca como a importação de grandes maquinários aumentou consideravelmente os números de tiragens, o barateamento dos exemplares e também possibilitou o alcance em regiões distantes dos centros urbanos.²⁸

Imagem 2: Adolpho Bloch ao lado da primeira impressora da Bloch Editores.



Revista *Manchete*. Edição 2277. Edição Histórica. 25/11/1995. P. 03. Adolpho Bloch, criador da Revista *Manchete*, ao lado da primeira impressora da Bloch Editores. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=004120&PagFis=26535> Acesso em: 12/09/2022.

²² Revista *Manchete*. Edição 13. 10/01/1959. Capa. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=004120&PagFis=26535> Acesso em: 12/09/2022.

²³ Revista *Manchete*. Edição 46. 29/08/1959. Capa. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=004120&PagFis=26535> Acesso em: 12/09/2022.

²⁴ Revista *Manchete*. Edição 52. 10/10/1959. Capa. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=004120&PagFis=26535> Acesso em: 12/09/2022

²⁵ Revista *Manchete*. Edição 16. 30/01/1960. Capa. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=004120&PagFis=26535> Acesso em: 12/09/2022.

²⁶ Revista *Manchete*. Edição 23. 19/03/1960. Capa. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=004120&PagFis=26535> Acesso em: 12/09/2022.

²⁷ Revista *Manchete*. Edição 47. 03/09/1960. Capa. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=004120&PagFis=26535> Acesso em: 12/09/2022.

²⁸ NASCIMENTO, Greyce Falcão do. “Aconteceu, virou MANCHETE”: O golpe de 1964 e o governo Castelo Branco nas páginas da revista. 2015. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pernambuco. P. 59. <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/16642> Acesso em: 12/09/2022.

Diferentemente de sua concorrente direta, a revista O Cruzeiro, a *Manchete* estava mais preocupada em retratar um belo e colorido Brasil do que se envolver em questões políticas e partidárias. No entanto, o periódico publicou diversas edições destinadas a enaltecer os feitos administrativos e políticos do presidente JK ao longo de sua carreira política. A amizade de longa data entre JK e Bloch aparentemente interferiu na posição política adotada pela revista. Em uma edição especial de 21 de abril de 1960, a revista cobriu a inauguração da nova capital federal, e a edição esgotou-se em apenas quarenta e oito horas.²⁹

A edição número 23, lançada em 1952, mostrava Juscelino Kubitschek como governador de Minas Gerais e já o anunciava como “provável futuro presidente da República”. *Manchete* foi grande difusora das ações político-administrativas de Kubitschek, enaltecendo não só as realizações governamentais, mas também divulgando a imagem e fatos da vida privada do “presidente bossa nova”. É de autoria de Bloch a famosa frase “50 anos em 5”³⁰.

O balanço final do governo de Juscelino Kubitschek pode ser interpretado de diferentes formas. Por um lado, há quem afirme que JK encerrou seu mandato com impopularidade, enfrentando uma crise econômica, alta taxa de inflação e denúncias de corrupção.³¹ Há interpretações que defendem que ele deixou o cargo com alta taxa de aprovação, até mesmo era um forte candidato em 1965 e um dos favoritos. No entanto, também existem interpretações que defendem que ele deixou o cargo com uma alta taxa de aprovação, sendo considerado um forte candidato em 1965 e um dos favoritos.³² Contudo, diante de inúmeras críticas e denúncias, *Manchete* não repercutiu tais informações, optando por dedicar muitas páginas em matérias e edições especiais sobre as benesses da nova capital.

33

²⁹ BENEVIDES, Maria Victoria. *O governo Jânio Quadros*. São Paulo: Brasiliense, 1981. P. 16.

³⁰ ANDRADE, Ana Maria Ribeiro de; CARDOSO, José Leandro Rocha. Aconteceu, virou *Manchete*. In: Revista Brasileira de História. São Paulo. V. 21, no 41. P. 251. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/a/z4SF7rY8TzXZKXmQR4Z8R9w/?lang=pt&format=pdf> Acessado em: 11/11/2018.

³¹ CARLONI, Karla Guilherme. *Marechal Henrique Teixeira Lott: a opção das esquerdas*. 2010. P. 187-188.

³² YOUNG, Victor Augusto Ferraz. Discussão a respeito das condições para a execução do programa de metas de Juscelino Kubitschek. LEITURAS DE ECONOMIA POLÍTICA. P. 19 Disponível em: https://www.eco.unicamp.br/images/arquivos/artigos/LEP/L30/Edicao_LEP_30.pdf#page=8 Acesso em 01/06/2023.

³³ Alguns exemplos podem ser encontrados nas seguintes edições:

Revista	<i>Manchete</i> .	Edição	409.	20/02/1960.	Disponível	em:
					http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=004120&PagFis=26535	Acesso em: 12/09/2022.

Revista	<i>Manchete</i> .	Edição	416	19/04/1960.	Disponível	em:
					http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=004120&PagFis=26535	Acesso em: 12/09/2022.

Na década de 1960, a revista cresceu, principalmente devido às coberturas sobre a construção e inauguração de Brasília e gradualmente, o parque gráfico foi acrescido de novas máquinas, que possibilitaram a impressão de mais de 800 mil exemplares semanais. Diferentemente da estratégia de *O Cruzeiro* de alardear tiragens inacreditáveis, a *Manchete* não revelava essa informação. A estimativa só pôde ser feita com base no relato de Adolpho Bloch sobre a capacidade das rotativas.³⁴

Conforme destacado por Ana Paula Goulart Ribeiro, devido ao grande número de jornais e revistas que circulavam no Rio de Janeiro na época, os periódicos isoladamente não alcançaram grandes tiragens, sendo, muitas vezes, 100 mil exemplares considerado um número alto. Além disso, outros fatores influenciaram esse cenário, como o nível de alfabetização baixo da população, as dificuldades de transporte em um país com um território de 8.516.037 km² e uma população pouco densa. Com esse panorama, somente algumas revistas semanais conseguiram alcançar todo o país, como foi o caso da *Manchete*.³⁵

Em meados de 1960, as edições já contavam com cerca de 100 páginas, sendo em média 32 coloridas. A revista possuía várias colunas fixas, como *O Brasil em Manchete*, *O Mundo em Manchete*, *O leitor em Manchete*, *Notícias que valem Manchete*, *Posto de Escuta* e *Charges* de Claudius. Essas colunas tratavam de diversos assuntos, mas também havia sessões regulares que abordavam política, cultura e esportes.

No seu auge, a revista contou com uma equipe de jornalistas como Carlos Drummond de Andrade, Nelson Rodrigues, Rubem Braga, Manuel Bandeira, Fernando Sabino, David Nasser, e Heloneida Studart. No expediente constavam os nomes do presidente, Adolfo Bloch, do diretor-presidente; Oscar Bloch, diretor-superintendente; Néelson Alves, diretor-gerente; Henrique Pongetti, diretor-responsável; e Dirceu Torres Nascimento, diretor-secretário. A revista era propriedade da Bloch Editores, dirigida por Bóris e Arnaldo Bloch.

No cenário do jornalismo brasileiro, esse período sedimentou uma série de mudanças que já haviam sido implementadas desde a primeira década do século e que encontraram na conjuntura histórica das décadas de 50 e 60 um eco favorável ao discurso da neutralidade e

Revista *Manchete*. Edição 420 07/05/1960. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=004120&PagFis=26535> Acesso em: 12/09/2022.

³⁴ BLOCH, Adolpho. De Kiev ao Rio. *Manchete*. Rio de Janeiro: ed. especial, pp. 242-253 e 256, nov. 1997. Apud. ANDRADE, Ana Maria Ribeiro de; CARDOSO, José Leandro Rocha. Aconteceu, virou *Manchete*. In: Revista Brasileira de História. São Paulo. V. 21, no 41. P. 251. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/a/z4SF7rY8TzXZKXmQR4Z8R9w/abstract/?lang=pt> Acesso em: 11/11/2018.

³⁵ RIBEIRO, Ana Paula Goulart. Imprensa e história no Rio de Janeiro dos anos 50. 2000. 2000. Tese de Doutorado. Tese (Doutorado em Comunicação Social)–Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. P. 61. Disponível em: <https://pantheon.ufjf.br/handle/11422/10420> Acesso em: 17/04/2022.

objetividade. As reformas dos jornais a partir desse período devem ser lidas como o momento de construção, pelos jornalistas, do marco fundador de um jornalismo moderno, permeado por uma suposta neutralidade fundamental, que buscava espelhar o mundo. O mito da objetividade, imposto por padrões redacionais e editoriais, era fundamental para dar ao campo um lugar autônomo e reconhecido, instituindo o jornalismo como a atividade capaz de decifrar o mundo para o leitor.³⁶

As próprias revistas declaravam ser o meio que refletia o mundo para o leitor e que atuaria a serviço do progresso brasileiro. Em sua primeira edição, datada de 26 de abril de 1952, a direção do semanário pediu um momento ao leitor para que, antes de dar início àquela jornada literária, pudesse transmitir algumas palavras

Após trinta anos de trabalho como gráficos, resolvemos condensar numa revista semanal os resultados da nossa experiência técnica, convocando-os, para aproveitá-la. Uma equipe de escritores, jornalistas, fotógrafos e ilustradores de primeira ordem. *Manchete* nasce no momento exato em que nós consideramos aparelhados para entregar ao Brasil uma revista de atualidades, correta e modernamente impressa. Em todos os números daremos páginas a cores e faremos o possível para que essas cores se ponham sistematicamente a serviço da beleza do Brasil e das manifestações do seu progresso. O Brasil cresceu muito, suas mil faces reclamam muitas revistas, como a nossa, para espelhá-las. *Manchete* será o espelho escrupuloso das suas faces positivas, assim como do mundo trepidante em que vivemos e da hora assombrosa que atravessamos. Agora os fatos (inter)nacionais se sucedem com uma rapidez nunca registrada. Os jornais nunca tiveram uma vida tão curta nas vinte e quatro horas de um dia, este é o grande, o sonhado momento dos fotógrafos e dos repórteres exercitados para colher o instantâneo, o irrepetível. Depois virão os historiadores. E agora prossiga, leitor.

A DIREÇÃO.³⁷

Na doutrina de Pierre Ansart, os discursos, falados ou escritos, difundidos pela mídia audiovisual e iconográfica, possuem alto valor de persuasão emocional. É através da linguagem, das palavras e das figuras de estilo que o homem político transmite suas mensagens e suas indagações. Os discursos que circulam nesse meio não são arbitrários e desintencionais como possam aparentar, pois há normas implícitas, informais que fazem parte da estratégia velada da vida política.³⁸

³⁶BARBOSA, Marialva. *História cultural da imprensa.:Brasil 1800-1900*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007. Pg. 149-150.

³⁷Revista *Manchete*. Edição 001. 26/04/1952. P. 03. Texto escrito pela Direção da *Manchete*. Conversa com o leitor. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=004120_PerFis=26535, Acesso em: 12/09/2022.

³⁸ANSART, Pierre. *A gestão das paixões políticas*. Curitiba: Editora da UFPR, 2019. P. 19.

A imprensa comportava os movimentos de opinião a partir da premissa de sua liberdade. A carta ao leitor reproduzida acima revelava um aspecto político recorrente na interpretação e vivências do mundo daquela década. Ao destinar as primeiras palavras na primeira edição, a revista buscava conscientemente articular formas de interpretação do tempo, da atualidade e dos modos de viver. Essa atitude representava uma tentativa de criar uma arena para exibir a realidade como um espetáculo.

Sua linha estética e editorial privilegiava cores fortes, assuntos mais leves e de entretenimento casual para os leitores. Uma das grandes viradas no conteúdo e forma da revista, foi a entrada de Hélio Fernandes para assumir a direção da *Manchete*. Com a condição de garantia na independência da linha editorial, Hélio assumiu o cargo a partir da 25ª edição e com sua chegada a procura por publicidade na revista e os números de exemplares vendidos subiram consideravelmente, chegando a alcançar 100 milhares.³⁹ Outra mudança introduzida por Hélio foi a incorporação de um viés mais político e provocador à revista, que passou a promover reflexões sobre as mazelas do cotidiano da sociedade brasileira.

A atividade bancária estava intensa, a revista vendia bem e Hélio, com carta-branca, continuava a provocar a alta sociedade, o poder constituído, a indústria e a publicidade. Partiu com chumbo grosso para a área de educação privada com a série “Os tubarões do ensino” e alvejou as Forças Armadas: em reportagem, Pedro Gomes propunha um tema a ser debatido: É lícito aos militares sair da carreira e fazer política entre paisanos?⁴⁰

Essa nova *Manchete*, passou a incomodar Bloch, ainda que o lucro estivesse subindo, pois não era seu desejo que a revista criasse atrito com figuras importantes da política e desagradasse empresários que pagavam publicidade no semanário. No contexto da revista, Penna destaca como tudo passava aos olhos de Bloch sendo necessária sua aprovação para que algo fosse publicado.

Essa prerrogativa encontrava-se em sua índole jornalística, que negociava publicações utilizando de seu jogo de cintura, conversas eloquentes e manejos para obter favores políticos ou persuadir empresários a comprar espaço publicitário em suas revistas.⁴¹

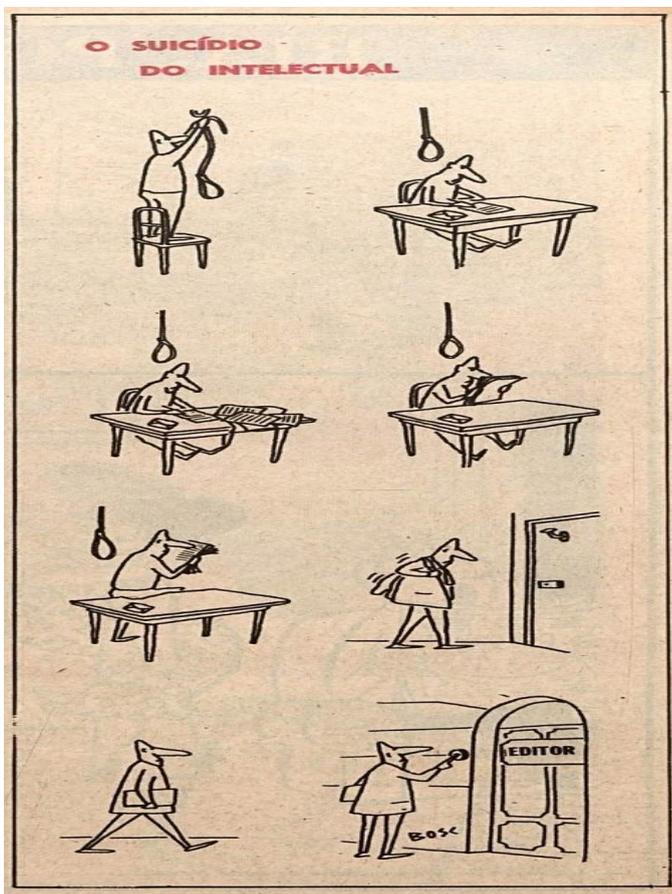
³⁹NASCIMENTO, Greyce Falcão do. "Aconteceu, virou *Manchete*": O golpe de 1964 e o governo Castelo Branco nas páginas da revista. 2015. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pernambuco. P. 40- 41. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/16642/1/DISSERTA%C3%87%C3%83O%20Greyce%20Falc%C3%A3o%20do%20Nascimento%20.pdf> Acesso em: 18/01/2023.

⁴⁰BLOCH, Arnaldo. *Os irmãos Karamabloch. Ascensão e queda de um império familiar*. 2ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. P. 180.

⁴¹PENA, Felipe. *Seu Adolpho: uma biografia em fractais de Adolpho Bloch, fundador da TV e Revista Manchete*. Rio de Janeiro: Usina de Letras, 2010. P. 58.

Apesar de toda sua supervisão, Bloch nem sempre podia controlar em totalidade as divergências que haviam na revista. Analisando essa charge publicada sem indicação de autoria⁴², observa-se uma visão sobre a relação entre o jornalista e seu editor.

Imagem 3: Charge de Cláudio - O suicídio do intelectual.



A charge mostra um intelectual, como é descrito pelo título, prestes a redigir um texto. Antes de sentar-se, ele amarra uma corda acima da cadeira, que permanece lá até ele terminar seu texto. Após conferir o que havia escrito, ele desamarra a corda, mas não a solta, e dirigindo-se até a sala de seu editor.

Uma reflexão sobre a circulação de discursos em mídias pode ser feita a partir de duas perspectivas. A primeira se relaciona à possibilidade dos jornalistas e escritores que compõem o corpo editorial do periódico expressarem-se por meio de suas ações discursivas. Em segundo plano, existe a possibilidade de haver cerceamento de ideias por parte da direção e editoração, uma vez que o silêncio também é uma forma de manifestação. Não dizer algo também significa transmitir uma mensagem.

⁴²Revista *Manchete*. Edição 401. 20/12/1959. P.66. Charge de autoria desconhecida. O suicídio do intelectual. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=004120&PagFis=26535> Acesso em: 18/09/2022.

Para a perspectiva da representação de dois extremos, nos quais há muitas nuances envolvidas, Foucault argumenta sobre o poder de negar ou afirmar discursos em uma sociedade.

A parte genealógica da análise se detém, em contrapartida, nas séries da formação efetiva do discurso: procura apreendê-lo em seu poder de afirmação, e por aí entendo não um poder que se oporia ao poder de negar, mas o poder de constituir domínios de objetos, a propósito dos quais se poderia afirmar ou negar proposições verdadeiras, ou falsas.⁴³

Considerando que tudo passava pelo crivo de Bloch, esse tipo de publicação remete a uma possível perspectiva de falsa liberdade, como bem expressava Adolph “ouço todo mundo, mas só faço o que quero”.⁴⁴ Nesse sentido, cabe questionar por que o empresário permitiria a publicação de algo assim. No entanto, é plausível interpretar essa atitude como uma tentativa de transmitir ao leitor a sensação de que havia espaço e liberdade para que os jornalistas se expressassem livremente. Além disso, a revista também permitia a publicação de críticas direcionadas a ela própria, o que reforçava essa ideia de pluralidade de vozes e opiniões.

De acordo com Manuel Chaparro, na atividade jornalística é comum a existência dos chamados "discursos interessados". Tais discursos permitem que as fontes se manifestem por meio do dizer, podendo ou não coincidir com preocupações relevantes para a sociedade. Esses enunciados demonstram como as linhas entre a publicidade e o jornalismo são tênues, especialmente em um noticiário que é demasiadamente variado e influenciado pelo poder das questões políticas.⁴⁵

Uma estratégia jornalística bastante eficaz é a utilização do humor para conquistar o interesse dos leitores. De acordo com Zepeda, Franco e Preciado, nas campanhas eleitorais, os candidatos costumam utilizar o humor com doses precisas de ironia e sarcasmo como estratégia de comunicação, fazendo uso de provérbios, anedotas e frases famosas. Isso também ocorre com os veículos de comunicação, que utilizam o humor como uma forma de se expressar melhor e se aproximar do público, mobilizando as emoções dos indivíduos e tornando o conteúdo mais atraente.⁴⁶ *Manchete*, reflexo da audácia de seu dono, não seguia a

⁴³ FOUCAULT, Michel. *Ordem do discurso*. Edições Loyola, 1996. P. 70.

⁴⁴ Revista Manchete. Edição especial 1007. 29/12/1982. P.17. Adolph Bloch escreve: 30 anos. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=004120_PerFis=26535. Acesso em: 12/09/2022.

⁴⁵ CHAPARRO, Manuel Carlos. O acontecimento como discurso. *Comunicação e Sociedade*, v. 2, p. 295-304, 2000. P. 300.

⁴⁶ ZEPEDA, A. V.; FRANCO, D. A. H.; PRECIADO, O. A. P. O humor na estratégia de persuasão durante as campanhas eleitorais. *Revista Brasileira de Ciência Política*, [S. l.], n. 13, p. 245–258, 2014. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/rbcp/article/view/2154>. Acesso em: 7 nov. 2022.

prática jornalística sacralizada e fazia bastante uso de recursos discursivos e visuais extravagantes e atrativos para ganhar leitores e fazer crescer as tiragens.

Não se trata de puramente retratar com humor qualquer discurso que automaticamente ele será autorizado a circular. Para Beltrão, ainda que a questão do humor seja uma tática para angariar amparo do público leitor

A opinião do editor, definida como o julgamento que faz sobre determinado problema ou questão, o grupo de elite que mantém o veículo, é que dita a política editorial”, fundamentando-a em critérios que vão das desde as convicções filosóficas do grupo aos interesses econômicos da empresa.⁴⁷

A *Manchete* ficou conhecida por se adaptar ao contexto político vigente, moldando-se sempre de acordo com os ventos que sopravam. Um exemplo marcante foi o apoio incondicional dado a Juscelino Kubitschek e seu governo. Além da amizade pessoal entre os dois, a cobertura dos casos de corrupção envolvendo JK e Brasília simplesmente não constava nas páginas da publicação. Embora os discursos não negassem as crises pelas quais o governo era responsabilizado, a revista apostava em destacar Kubitschek como um político ousado, um propulsor de grandes sonhos, corajoso o suficiente para assumir riscos.

Como afirma Gesner Duarte Pádua:

A mesma publicação que apoiou Getúlio Vargas, no começo do seu segundo governo (1951-1954), também foi o veículo de propaganda “oficial” no governo JK (1956-1961). Saudou Jânio Quadros e sua polêmica homenagem a Che Guevara (1961), confraternizou com João Goulart durante seu mandato (1961-1964) e bajulou os generais que o depuseram (1964-1985). Com o fim do regime militar, passou a adular o recém-eleito Tancredo Neves (1985). Quando o presidente morreu, a revista voltou seu repertório de elogios fáceis ao novo ocupante do Planalto, José Sarney (1985-1988). Fez apologia do “poder jovem” de Collor (1989). Quando o alagoano foi derrubado, saudou a ascensão de Itamar como “A vitória da democracia” (1992), como mostram as capas abaixo.⁴⁸

Ainda segundo o autor, a revista se encaixou perfeitamente na lógica da indústria cultural brasileira. Bloch gerenciava seus empreendimentos com a perspectiva de que a informação jornalística não passava, assumidamente, de uma mercadoria, um objeto de barganha com os caciques do poder em troca de certos benefícios comerciais e políticos. A política, inclusive, seria um eixo fundamental para se compreender a longevidade do

⁴⁷ BELTRÃO, Luiz. *Jornalismo opinativo*. Volume 11 da Coleção Estante de comunicação social. Editora Sulina, 1980. P. 63.

⁴⁸ PÁDUA, Gesner Duarte. 06. *Manchete: a cortesã do poder*. Revista Brasileira de História da Mídia, v. 2, n. 2, 2013. P. 19. Disponível em: <https://comunicata.ufpi.br/index.php/rbhm/article/view/4121> Acesso em: 11/03/2023.

periódico em relação a outras publicações que tinham mais tempo de mercado, mas que tiveram que encerrar suas atividades precocemente, enquanto a *Manchete* perdurou por muitos anos, chegando até mesmo à revolução da internet.

Imagem 4: Adolpho Bloch e o início da *Manchete* digital.

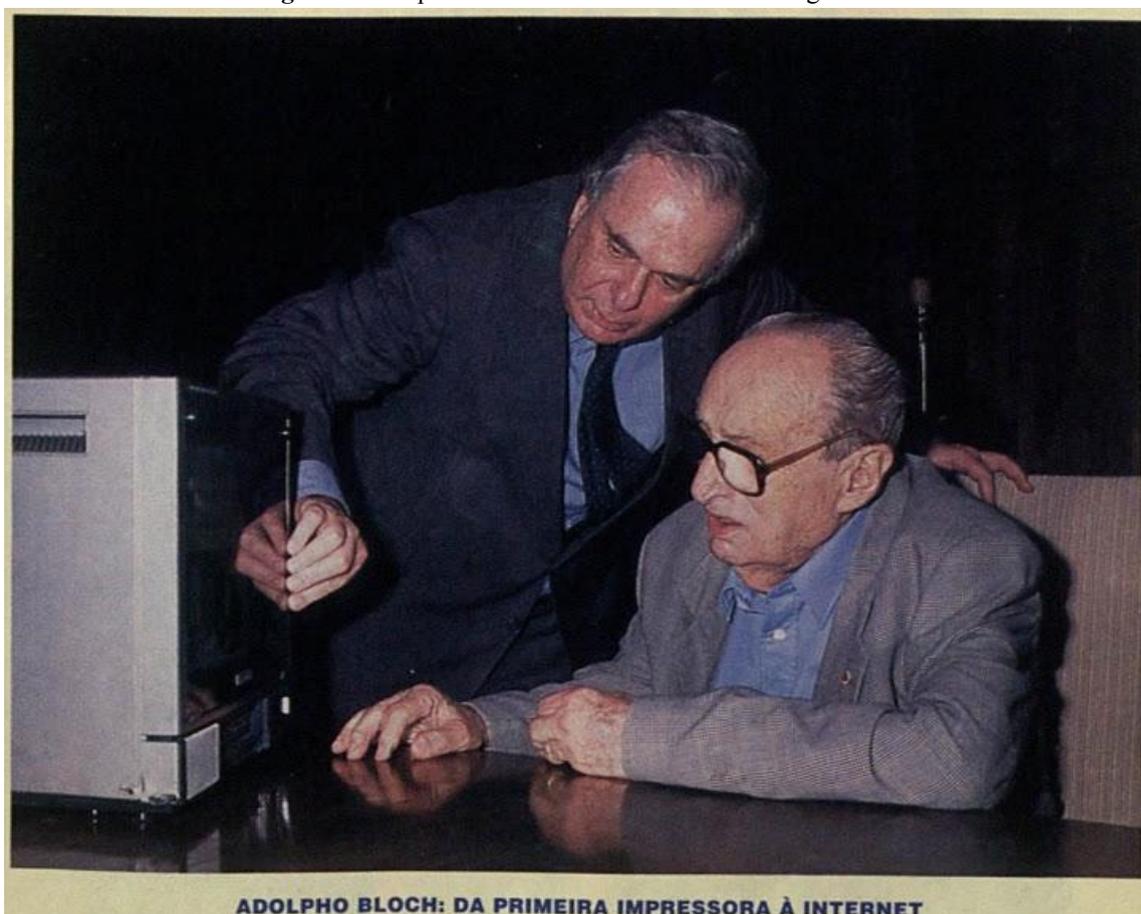


Imagem 5: Endereço eletrônico da *Manchete*.



Revista *Manchete*. Edição 2277. Edição Histórica. 25/11/1995. P.05. Adolpho Bloch: Da primeira impressora à internet. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=004120 PerFis=26535>. Acesso em: 12/09/2022.

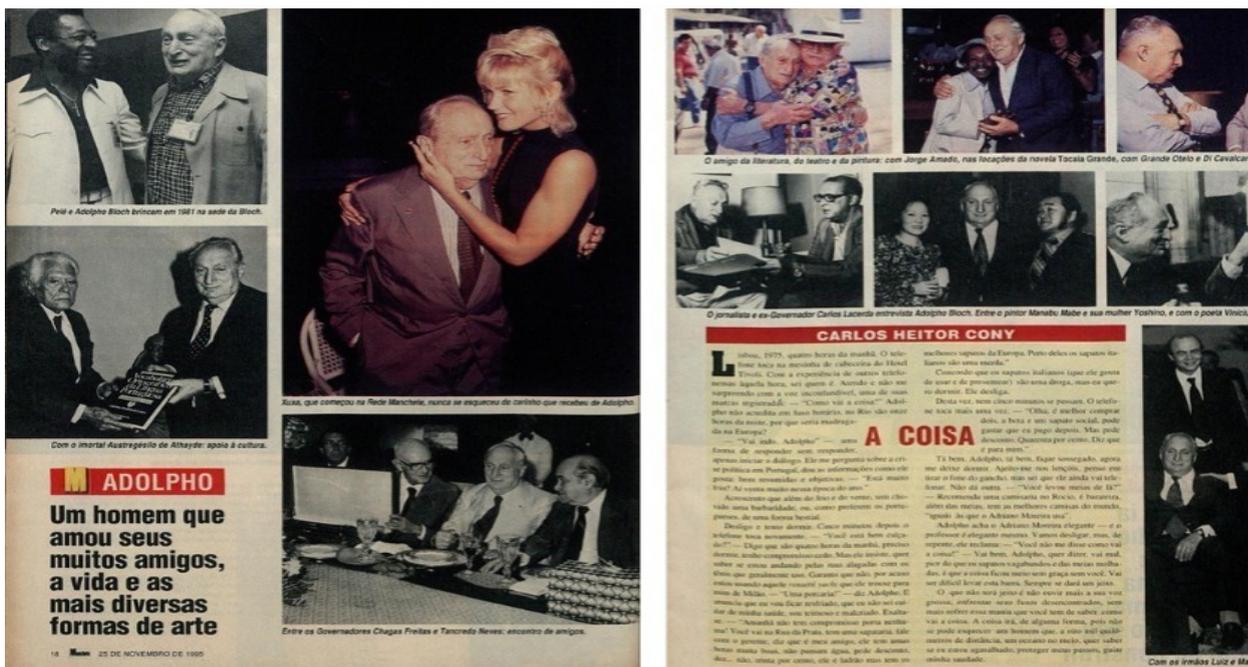
Durante quase 20 anos, a *Manchete* foi a revista mais vendida do Brasil, com tiragens médias de 220 mil exemplares e algumas edições especiais e históricas, alcançando números ainda mais expressivos, dando sentido à célebre frase “*Manchete* e Brasília nasceram juntas”. Entre essas edições de grande sucesso está a cobertura da visita do Papa João Paulo II em 1980, que vendeu mais de 2,5 milhões de exemplares.

Para manter de pé seu império editorial em meio a instabilidade, Bloch sabia que a revista deveria seguir as cores da ideologia e interesses dos grupos de poder de cada época.⁴⁹ A edição especial de *Manchete* em réquiem a morte de Bloch, a retrospectiva de sua vida como figura de inúmeras relações-públicas, interpessoais e privadas.

Imagem 6: Fotografias de Adolpho Bloch ao lado de diversas figuras públicas influentes da época.



⁴⁹Ibidem. P. 213.



Revista *Manchete*. Edição 2277. Edição Histórica. 25/11/1995. P. 16, 17, 18 e 19. O adeus de Adolpho Bloch. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=004120&PagFis=26535> Acesso em: 04/11/2022.

Na edição histórica, a "Biografia de sucesso" não foi disponibilizada para venda ao público, direcionada exclusivamente a agências e anunciantes. Nas páginas reproduzidas acima, da esquerda para a direita, nas 16 e 17, observai-se algumas figuras de destaque na sociedade. Encontro com o Papa Paulo VI, no Vaticano; na *Manchete*, Yitzhak Rabin; nos EUA com o presidente John Kennedy; e com o presidente da França, Charles de Gaulle. Reverência à Rainha Elizabeth II, da Inglaterra; conversa com o presidente da Fiat, Gianni Agnelli; o violoncelista Mstislav Rostropovitch; entregando uma edição da *Manchete* em russo para Mikhail Gorbachev, em Moscou.

Já nas páginas 18 e 19, da esquerda para a direita, com Pelé; Xuxa, que iniciara sua carreira na *Manchete*; o artista Jorge Amado e Otelo e Di Cavalcanti; com o entusiasta cultural, Austregéselo de Athayde; governadores Tancredo Neves e Charges Freitas; governador Carlos Lacerda; o pintor Manabu Mabe e sua esposa Yoshinoi; o poeta Vinicius de Moraes e com os irmãos Luiz e Mauro Salles.

Bloch buscou preservar boas e cordiais relações com figuras de poder para manter a revista no mercado, recorrendo a estratégias que lhe possibilitasse manter a revista em destaque. A *Manchete* ocupou um espaço privilegiado no campo do jornalismo brasileiro durante todo o período em que esteve em circulação. Muitas figuras importantes da cena jornalística, literária e política tiveram espaço no periódico, e por meio de suas

representações, a sociedade interpretou as realidades políticas, demográficas, educacionais, dentre outros campos que afetam diretamente o cotidiano dos indivíduos. Em uma época em que o fazer jornalístico estava se reinventando, a relevância da *Manchete* foi proeminente tanto no meio jornalístico quanto político.

1.2 Revisitando a eleição de 1960

O pleito de 1960 foi o primeiro após a Proclamação da República a eleger um candidato de oposição. Foram lançadas três chapas. Jânio Quadros, inicialmente apoiado pelo Movimento Popular Jânio Quadros (MPJQ) e que, posteriormente, teve sua candidatura homologada pela União Democrática Nacional (UDN). Seu vice de chapa era Milton Campos da UDN. O general Henrique Teixeira Lott representava o Partido Social Democrático (PSD) e conseguiu o apoio do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), tendo como vice João Belchior Goulart, também do PTB. Adhemar de Barros se candidatou pelo Partido Social Progressista (PSP) e seu vice foi Fernando Ferrari do Partido Democrata Cristão (PDC).

Para compreender melhor a conduta de um político no âmbito público, é necessário observar não só sua atuação política, mas também sua vida privada. A relação entre a vida privada e a confiança que o eleitor deposita em seu candidato é crucial para entender como as características pessoais dos candidatos são transmitidas aos eleitores. Nesse contexto, a *Manchete* publicou uma edição especial que trazia informações e peculiaridades sobre a vida dos presidentes, destacando a importância da exposição dessas informações para a tomada de decisão dos (e)leitores.

Marechal Henrique Teixeira Lott, engraxava os próprios sapatos, tinha 65 anos, natural da cidade de Sítio em Minas Gerais em 16 de novembro de 1894. Era neto de professor, filho de professora, irmão de professoras, pai de professoras, esposo de professora e se não fosse militar, seria professor. A mentira era seu maior desafeto. Falava inglês, alemão e arranha no dinamarquês. Pesava 85 quilos. Acordava às 4 horas e 30 minutos da manhã e recolhia-se às 20 horas e 30 minutos. Gostava de vatapá, frango e pé de moleque. Diziam que na vida privada comportava-se com ternura, mas sua imagem diante do público parecia indobrável. Somente aos poucos, o interlocutor conseguiria transpor aquela fortaleza que à primeira vista seria intransponível. Sua presença, porém, exigia constante raciocínio de intimidades.⁵⁰

⁵⁰ Revista Manchete. Edição 406. 30/01/1960. P 26-27. Especial. Três candidatos no raio X. Mercado de favores. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=004120&PagFis=26535> Acesso em

Adhemar de Barros: acreditava nas cartomantes. Nasceu em 22 de abril de 1901 e se aproximava, portanto, dos 60 anos. Seu prato preferido era peixada e em se tratando de frutas e legumes se dizia indisciplinado. Pesava quase 120 kg. Sofria de hérnia perigosa. Tinha uma disposição de dar inveja em qualquer mocidade. Entrava no avião, dizia que iria dormir 1 hora e 60 minutos depois estava acordado, como se fosse um despertador. Estudou na Alemanha e na Escócia. Médico de formação, recebeu o título de doutor pela Universidade em Boston. Começou na política como Deputado, depois foi Interventor, Governador e depois foi prefeito. Começava a atender os eleitores às 7 horas da manhã e dava muito valor aos cochichos. Deixou de se candidatar em 1950, cedendo de vez ao Sr. Getúlio Vargas. Muitos acharam que tinha perdido sua maior chance, mas continuava certo de que chegara ainda à presidência da república. “Uma cartomante me garantiu muitas coisas que tem sucedido. Entre elas, o Catete, que ainda não aconteceu, mas acontecerá”.⁵¹

Jânio Quadros: era um louco que se julgava Jânio. Nasceu em 17 de janeiro de 1916, em Campo Grande, no Mato Grosso. Lecionou Português e Geografia, era bom professor, mas exigente. Fumava bastante e gostava de conhaque. Acordava às 5 da manhã e dormia 3 horas por noite. Quando foi governador paulista, às 6 da manhã já tinha lido todos os jornais e já articulava providências para as reclamações que acabara de ler. Mandava investigar as denúncias e criara um sistema de bilhetinhos e papeletas. Gostava de qualquer comida contanto que fosse apimentada. Até aquele momento não havia terminado nenhum mandato, exceto o de Governador de São Paulo. Os demais tiveram de ser interrompidos para cumprir outros maiores. Quando o diziam ser louco, lembrava-se da frase que seu amigo lhe dissera “Jânio é um louco que se julga Jânio”.⁵²

O ser social possui constante interesse em espetacularizar o cotidiano. O que John Street chama de “político celebridade” diz respeito a figuras políticas tradicionais que articulam elementos do mundo e da cultura popular para avançar em suas carreiras em objetivos políticos pré-estabelecidos.

30/05/2022. Essas informações foram colocadas na revista de modo informal e descontraído e isso já era indicado pelos redatores logo de início. Contudo, apesar do tom mais leve, era deixado claro que essas informações foram extraídas de entrevistas com o candidato, portanto eram verídicas.

⁵¹ **Ibid.** P. 26-27. Essas informações foram colocadas na revista de modo informal e descontraído e isso já era indicado pelos redatores logo de início. Contudo, apesar do tom mais leve, era deixado claro que essas informações foram extraídas de entrevistas com o candidato, portanto eram verídicas.

⁵² **Ibid.** P. 26-27. Essas informações foram colocadas na revista de modo informal e descontraído e isso já era indicado pelos redatores logo de início. Contudo, apesar do tom mais leve, era deixado claro que essas informações foram extraídas de entrevistas com o candidato, portanto eram verídicas.

1) Político celebridade (PC): o político eleito ou candidato que utiliza elementos típicos de celebridades para conseguir estabelecer sua reivindicação ou avançar nos seus objetivos políticos pré-estabelecidos; 2) Celebridade Política: (CP): a celebridade que utiliza da sua popularidade para poder falar em nome da opinião pública ou em nome de grupos específicos. Ela tem como principal objetivo encontrar estratégias de celebração que facilitem uma aproximação entre os políticos e o eleitorado — principalmente daquele cidadão ao qual o político não consegue alcançar.⁵³

Uma das variações do "político celebridade" é o candidato que se favorece da associação de sua imagem com a de uma celebridade e com isso desenvolver uma comunicação mais eficaz de sua mensagem a um determinado público, categorizando a celebração do político. Para Weber, a autoridade carismática é uma formação social com estrutura clara, baseada na vida pública do líder carismático.⁵⁴

A *Manchete* era uma revista que apostava em grandes títulos chamativos, coloridos e extravagantes. Tudo era apresentado ao leitor de modo extraordinário, criando uma atmosfera fabulosa. Escolher apresentar os presidenciáveis utilizando informações de cunho pessoal e de teor frívolo, mostra mais uma característica do periódico que recorria a estratégias discursivas atraentes que poderiam desviar a atenção do leitor de certos fatos e ideias da vida cotidiana. Ao analisar sua trajetória editorial é perceptível como a glamourização consciente dos fatos foi uma parte importante da estruturação do periódico.

A representação dos candidatos dessa forma também reflete uma estratégia política recorrente, na qual os políticos se declaram "não políticos". Eles procuram apresentar-se como pessoas "de fora" da política e muitas vezes afirmam não possuir as características típicas dos políticos. Esse comportamento surge da percepção de que a política é estruturalmente suja, e o candidato precisa convencer o eleitorado de que o que ele faz não é política. Mesmo pessoas que ocuparam cargos políticos por décadas se apresentam como não-políticos.

Um exemplo, foi a renúncia de JQ à eleição em novembro de 1959, quando os candidatos sequer haviam sido lançados oficialmente, JQ concedeu uma entrevista à *Manchete*. Ele declarou que ao renunciar sua intenção era retornar à vida privada, à advocacia, ao magistério e à família, uma vez que a vida política o cansava e irritava por ser uma "arte de permanente transigência". Afirmou que retornou pelos apelos do povo. As cartas, as mensagens e os telegramas em números incontáveis em que foram enviadas à sua

⁵³ STREET, John. Celebrity Politicians: Popular Culture and Political Representation. *The British Journal of Politics & International Relations*. 2004. P. 435 a 439. (Tradução nossa). Disponível em: https://is.muni.cz/el/1423/podzim2016/POL505/um/65214185/street_-_celebrity_politicians.pdf Acesso em: 18/01/2022.

⁵⁴ WEBER, M. *Economia e Sociedade - Parte II: Fundamentos da sociologia compreensiva*. UNB: Brasília, 2012. P. 56.

casa e à de seus companheiros, ratificaram a confiança que haviam depositado sobre ele e, nessa posição, não poderia “negar ao país e à causa democrática, ainda que provenientes de serviços mais pesados. Então, repensou a decisão”⁵⁵.

Seguindo a sociologia de Weber, o carisma não é uma qualidade individual, mas sim produzido racionalmente através da manutenção de seguidores no processo político. A personalidade altamente divulgada da celebridade e as qualidades individuais funcionam similarmente ao carisma, possuindo a qualidade de chamar a atenção das pessoas.⁵⁶

JQ foi o primeiro a ser lançado como candidato. Teve sua filiação partidária agitada até o momento de sua escolha como candidato à presidência da República, apoiado por vários partidos opositoristas a Juscelino Kubitschek (JK). Porém, antes de almejar esse cargo, sua trajetória conta também com eleições nas esferas municipal e estadual. Quadros se elegeu em 1953 para prefeito da cidade de São Paulo e em 1954 foi escolhido para ser o governador do estado paulista, ambos pelo Partido Democrata Cristão (PDC).

Ao chegar à prefeitura de São Paulo, Jânio derrotou uma coligação poderosa que incluía a UDN, o PSD, PTB, PR, adhemaristas e comunistas. Nas eleições para governador, Quadros foi vitorioso sobre o seu mais poderoso opositor, Adhemar de Barros, que concorreu pela legenda do PSP. Nesse período, Jânio já estava rompido com o PDC e se aproximava de uma ala dissidente do PTB enquanto também recebia apoio do PTN.⁵⁷

A UDN, que mantinha em sua essência um discurso antipopulista, com Carlos Lacerda, enxergou em Quadros o candidato que favoreceria a derrota eleitoral da “oligarquia pessedista e o trabalhismo em ascensão”⁵⁸. Em meados de 1959, apenas alguns meses após ser lançado como candidato pelo MPJQ, Lacerda, após uma longa conversa com Jânio, retirou seu apoio a Juracy Magalhães, governador do estado da Bahia, e apoiou Quadros à presidência da República.

Apostando em Quadros para concorrer ao Catete, o Partido Trabalhista Nacional oficializou seu nome como candidato e logo em seguida outras agremiações políticas como o PDC, o Partido Libertador (PL) e o Partido Republicano (PR) também apoiaram sua

⁵⁵ Revista *Manchete*. Edição 399. 11/12/1959. P. 6. Reportagem de Murilo Melo Filho. Gangorra da sucessão. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=004120&PagFis=26535>. Acesso em 30/05/2022.

⁵⁶ WEBER, M. *Economia e Sociedade - Parte II: Fundamentos da sociologia compreensiva*. UNB: Brasília, 2012. P. 74.

⁵⁷ BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. *O governo Jânio Quadros*. P. 13.

⁵⁸ BENEVIDES, Maria Victória. *A UDN e o udenismo: a ambiguidade do liberalismo brasileiro 1945- 1965*. São Paulo: Paz e Terra, 1981. P. 29 – 32.

candidatura. Porém, com 255 votos a favor contra 83 opositores, sua candidatura só foi homologada na convenção da UDN realizada em novembro de 1959.⁵⁹

Ambiguidade e contradição também eram características marcantes da figura de JQ, que nunca se definiu claramente acerca de Getúlio Vargas. Ora getulista, ora antigetulista, Jânio cortejava setores da esquerda e os comunistas e depois os considerava, publicamente, como “irrecuperáveis para a democracia”.

Já o PSD, partido do então presidente JK, ao associar-se com o PTB, pretendia unir forças e agregar bases eleitorais com propostas desenvolvimentistas, trabalhistas e reformistas. A aliança entre PSD e PTB, não começou com JK e João Goulart (JG) em 1955. O PTB foi instituído 1945, apenas um mês depois da criação da UDN e do PSD, cujo pleito pessedistas e trabalhistas se articularam em torno da candidatura de Eurico Gaspar Dutra. O apoio de Vargas foi decisivo para a vitória do general que derrotou o brigadeiro Eduardo Gomes da UDN.

Para Ângela de Castro Gomes⁶⁰, ambos os partidos emergiram como uma solução pragmática possível considerando que a presença de partidos de oposição, como a UDN e forte organização da esquerda, como o Partido Comunista do Brasil (PCB), forçou a tomada de decisões políticas imediatas para tentar frear à ascensão das ideias contrárias a esses partidos.

Em 1960, embora o PTB e o PSD naquele momento não apresentassem unicidade nas negociações políticas, lançaram o nome de Marechal Henrique Teixeira Lott como candidato à presidência. A indicação do Marechal não agradou ao PTB e sua posição favorável ao trabalhismo. A maioria da bancada do PTB era composta por nacionalistas que condicionaram o apoio a Goulart se o mesmo se comprometesse com a candidatura do Marechal, que naquele momento crescia contando com apoio dos nacionalistas e correligionários da vertente esquerdistas. O Marechal representava a “reunificação dos soldados e do povo”, e o apoio ao PSD dependeria necessariamente da aprovação de Lei Orgânica da Previdência Social, Lei de greve, lei de remessa de lucros, nacionalização de depósitos bancários e reclassificação do funcionalismo público.⁶¹

⁵⁹ MARKUN, Paulo; HAMILTON, Duda. *1961: o Brasil entre a ditadura e a guerra civil*. São Paulo: Benvirá, 2011. P.31 – 35.

⁶⁰ GOMES, Ângela de Castro. Uma breve história do PTB. Rio de Janeiro: CPDOC, 2002. Trabalho apresentado na Palestra no I Curso de Formação e Capacitação Política, realizado na Sede do PTB. São Paulo, 13.jul.2002. P. 2. Disponível em: https://cpdoc.fgv.br/producao_intelectual/arq/1280.pdf Acessado em: 10/05/2022.

⁶¹ D'ARAÚJO, Maria Celina de. *Sindicatos, carisma e poder: o PTB de 1945 – 1965*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996. P. 130.

Além disso, o presidencialista não conseguia entusiasmar os eleitores como seu mais forte concorrente JQ. Com os indícios apontando para a derrota do candidato petedista, a campanha eleitoral experimentou a formação de uma chapa informal: a criação do movimento Jan-Jan. Combinando os candidatos Jânio Quadros e João Goulart, o movimento recebeu incentivo de JQ que reconhecia a força do PTB nos centros urbanos e incentivava o eleitorado a votar na dupla ao invés de apoiar seu candidato de chapa à vice-presidência, Milton Campos.⁶²

A Constituição de 1946 estabelecia que as eleições para presidente e vice-presidente da República deveriam ocorrer de forma simultânea em todo território nacional, cento e vinte dias antes do término do mandato anterior.⁶³ Diferentemente do que estabelece a Constituição de 1988 — um mandato de apenas quatro anos, com direito a uma reeleição no período subsequente.⁶⁴ Os eleitos cumpriram um único mandato de cinco anos e a eleição não vinculava as chapas eleitorais, ou seja, os candidatos concorriam independentemente aos cargos de presidente e vice-presidente.⁶⁵ A Constituição de 1946 também estabelecia a inelegibilidade para os cargos de presidente o candidato que “exercera o cargo, por qualquer tempo, no período imediatamente anterior” e para o vice-presidente a restrição era para candidatos que haviam sucedido o presidente “dentro dos seis meses anteriores ao pleito, o haja substituído”⁶⁶

Utilizando dessa brecha na normativa, surgiu a chapa Jan – Jan, que, sem criador definido, teve apoio tanto de Quadros como de Goulart, que nutriam reciprocamente interesses de se projetar nas bases eleitorais um do outro. Uma parcela dos petebistas aderiu ao Jan-Jan e foi alvo de protestos advindos do chamado grupo compacto, uma ala que não fora favorável à candidatura de HMTL, mas eram fiéis aos compromissos históricos e ideológicos do partido.⁶⁷

⁶²GOMES, Ângela de Castro; FERREIRA, Jorge. *Jango: as múltiplas faces*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007. P. 114 – 115.

⁶³BRASIL. Constituição (1946). Constituição de 1946 dos Estados Unidos do Brasil. Câmara dos Deputados. Rio de Janeiro, 18 de set. 1946. Capítulo III. Seção I. Artigo 81. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm. Acesso em: 30/05/2022.

⁶⁴BRASIL. Constituição (1988). Constituição de 1988 da República Federativa do Brasil. Câmara dos Deputados. Brasília. Artigo 81 e Artigo 14, § 5º. De acordo a com redação da emenda constitucional nº. 16, de 04 de junho de 1997. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao compilado.htm. Acesso em: 30/05/2022.

⁶⁵BRASIL. Constituição (1946). Constituição de 1946 dos Estados Unidos do Brasil. Câmara dos Deputados. Rio de Janeiro, 18 de set. 1946. Capítulo III. Seção I. Artigo 82. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm. Acesso em: 30/05/2022.

⁶⁶BRASIL. Constituição (1946). Ibid. Art. 139.

⁶⁷WILLIAM, Wagner. *O soldado absoluto: uma biografia do marechal Henrique Lott*. Rio de Janeiro, Record, 2006. P. 294.

Apesar das oposições ao Jan – Jan, o movimento cresceu e ganhou força. No mês de maio de 1960, a chapa Jan – Jan já estava estabelecida em diversos comitês, localizados nos estados de São Paulo, Pernambuco e Paraná. Destinado a eleger JQ de qualquer maneira, o Movimento popular Jânio Quadros também se engajou no movimento, que ganhou até jingle.

O povo quer
Jan – Jan
Para que discutir com o povo
O povo quer
O povo é fã
Da infernal dobradinha Jan – Jan.⁶⁸

Durante aquele período, a eleição, em especial para o cargo de Presidente da República, ocupou uma centralidade na vida cotidiana dos brasileiros. As páginas de jornais, revistas e materiais publicitários, bem como os comícios, eram dedicados exclusivamente à temática eleitoral.

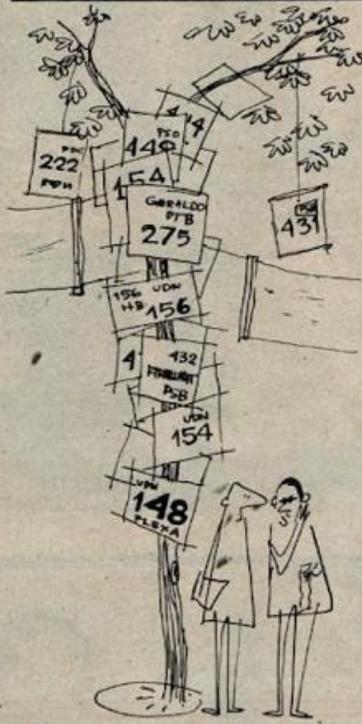
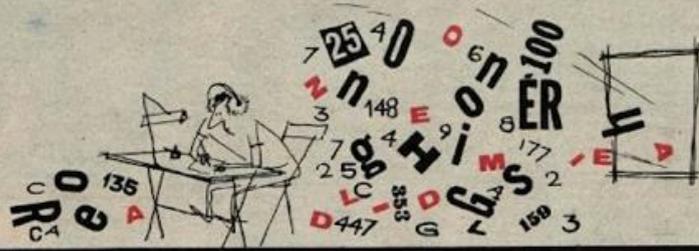
No começo de outubro de 1960, Cláudius publicou uma charge que retratava um Brasil aparentemente envolto em manifestações políticas e publicitárias.⁶⁹ Na publicação, os eleitores eram retratados como sujeitos irracionais, permitindo que a campanha presidencial ocupasse tamanha proeminência em suas vidas. Eles viveriam em uma realidade direcionada, absorvendo passivamente o contexto do complexo cenário político do período, mesmo nos momentos mais ordinários da vida cotidiana.

Imagem 7: Charge de Cláudius - Cláudius em meio à campanha eleitoral.

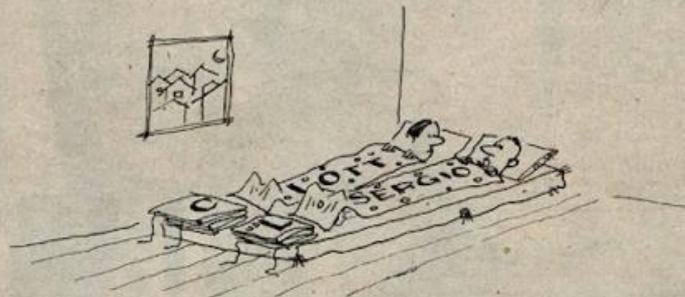
⁶⁸Jingle eleitoral: Jan Jan. Campanha Jânio Quadros e João Goulart. Disponível em: http://www.discosdobrasil.com.br/discosdobrasil/consulta/detalhe.php?Id_Musica=MU02707 Acesso em: 31/05/2022.

⁶⁹ Revista *Manchete*. Edição 442. 08/10/1960. P118. Charge de Cláudius. Cláudius em meio a campanha eleitoral. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=004120&PagFis=26535> Acesso em: 12/09/2022.

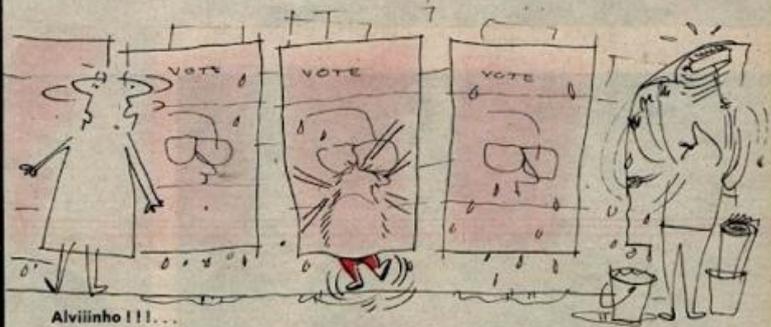
Claudius em meio à
**CAMPANHA
 ELEITORAL**



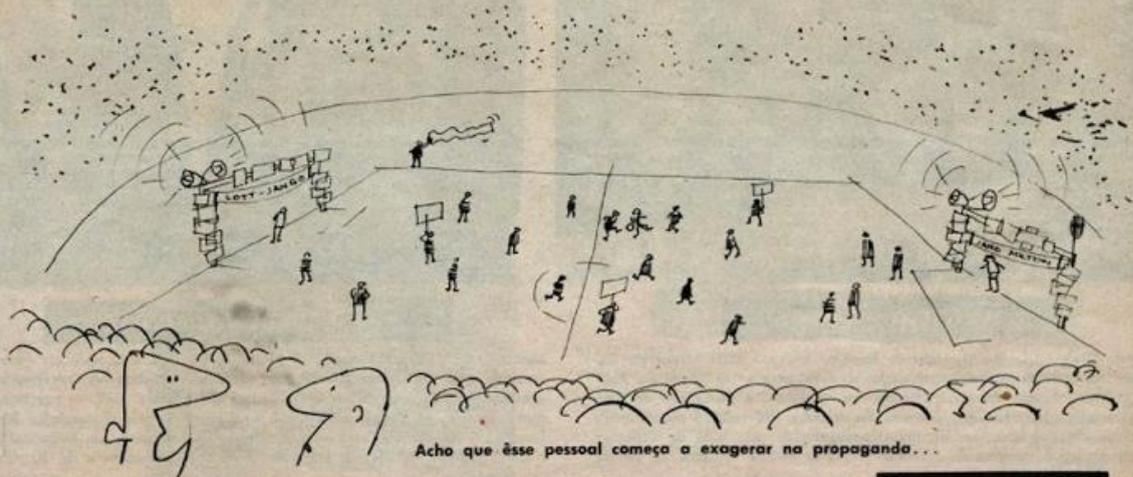
Deu Talarico hoje



Tá frio puxa um Lacerda aí...



Alviinho !!!...



Acho que esse pessoal começa a exagerar na propaganda...

A charge retrata cinco situações diferentes nas quais Claudius tentou apresentar sua visão do cenário brasileiro naquele momento aos (e)leitores. A primeira situação, representada ao lado do título da charge, mostra Claudius um pouco desnorteadado enquanto tenta desenhar suas imagens. Essas imagens mostram um turbilhão de informações relacionadas à eleição.

A segunda, que está abaixo do título, observa-se, depois amigos conversando e ficando surpresos como no meio de tantas contagens de votos, era impossível ter informações claras sobre o que estava acontecendo. Na terceira imagem, o casal está deitado em uma cama, onde os cobertores estão estampados com os nomes "Lott" e "Sergio". Um deles pede por outra coberta, mas desta vez estampada com o nome "Lacerda".

Na quarta imagem, podemos ver um homem procurando seu amigo, que foi colado junto a um cartaz de propaganda por um homem que estava pregando esses cartazes escritos com a palavra "vote" pelas ruas. Por fim, a charge mostra dois amigos sentados nas arquibancadas de um estádio de futebol. A fala dos personagens refere-se à quantidade exorbitante de material propagandístico que estava sendo distribuído naquele momento, chegando ao ponto de o estádio ter suas traves cobertas por faixas com o nome de candidatos. Além disso, alguns jogadores em campo estão segurando cartazes relacionados à corrida eleitoral. A charge critica como a propaganda eleitoral ultrapassou os limites, invadindo até mesmo o ambiente esportivo.

As charges, em conjunto, oferecia uma visão crítica do cenário eleitoral brasileiro, destacando a sobrecarga de informações, a volatilidade das alianças políticas, a onipresença da propaganda e sua invasão em diversos aspectos da vida cotidiana. Através dessas representações, Claudius transmitiu sua percepção sobre os excessos e sobrecarga presentes durante o processo eleitoral.

A sociedade brasileira tinha se tornado mais complexa e diversos setores estavam mais mobilizados para reivindicar melhorias que atendessem casos concretos, uma vez que essas demandas eram imperfeitamente representadas no sistema partidário. Muitos parlamentares ainda viam sua tarefa nos termos do mundo político anterior a 1930, ou seja, entendiam seu papel como a função de distribuir as verbas públicas e obter favores para seus correligionários, mantendo vivo o estilo "clientelista" típico da política tradicional. As

eleições que se aproximavam apenas acentuaram essa distância entre o governo federal e a maioria dos eleitores representados no Congresso Nacional.⁷⁰

A mobilização entre os camponeses a partir do fim da década de 1950 representou uma potencial ameaça a ordem instituída, pois, enquanto as exigências por terras e melhores salários eram feitas por estes grupos, elas colidiam com os interesses dos proprietários de terra. Os sinais do engajamento político dos setores urbano e rural amedrontavam os grupos que tinham mais a perder se o equilíbrio de forças no cenário político fosse alterado pelos políticos reformistas.

Diversos setores da sociedade brasileira, como os proprietários rurais, a burguesia industrial e as classes médias urbanas, ainda ligadas aos proprietários rurais, sentiam-se inseguros quanto à manutenção de seu futuro em meio a uma sociedade em constante transformação. Os grupos militares também tinham receio das mudanças iminentes, justificando sua aversão ao reformismo em parte pelo medo de perder sua posição de árbitro político e pelos próprios dilemas relacionados à defesa de estratégias adequadas para o desenvolvimento do Brasil.⁷¹

As demandas da sociedade naquele período iam além da criação de empregos e investimentos em obras públicas. Começava-se a reivindicar uma maior participação política, econômica e social, questionando a legitimidade do sistema político vigente.⁷² O governo encontrava dificuldades em atender essas novas reivindicações, e a sociedade não aceitava ser parte de uma política que privilegiava apenas determinados setores, enquanto explorava a mão de obra e a produção das classes emergentes.

Durante a campanha eleitoral, tanto JQ quanto Ademar de Barros enfatizaram a ideia da "valorização do homem", com um viés reformista que buscava combater a crescente exploração dos trabalhadores na economia capitalista. Segundo Jefferson Queler, essa posição não tinha apenas o objetivo de conquistar votos, mas também de conscientizar a população em relação a essa causa⁷³. Miriam Limoeiro propõe que essa abordagem mais pedagógica da política é essencial para sua compreensão em sua acepção mais verdadeira.⁷⁴

⁷⁰ SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castelo*. 13 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003. P. 224.

⁷¹ *Ibidem* P. 223.

⁷² BENEVIDES, Maria Victoria. *O governo Jânio Quadros*. São Paulo: Brasiliense, 1981. P. 20.

⁷³ FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O Brasil Republicano: O tempo da experiência democrática*-vol. 3: Da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Editora José Olympio, 2019. P. 387.

⁷⁴ CARDOSO, Miriam Limoeiro; PEREIRA, Luiz. *Ideologia do desenvolvimento. Brasil: JK/JQ*. 1972. P. 116.

Este foi o contexto no qual a eleição de 1960 ocorreu. A sociedade brasileira estava em transformação, com críticas ao governo em vigor e a fragilidade das instituições. As denúncias de corrupção por parte do governo e dos governantes foram muito presentes no período e, com a eleição se aproximando, a temática ganhou ainda mais destaque.

CAPÍTULO 2- CRÔNICAS DE CORRUPÇÃO: O OLHAR DA MANCHETE

2.1 Sentido de corrupção nas décadas de 50 e 60.

São muitos os esforços empreendidos para se delimitar um significado para o conceito de corrupção. Diversos espectros de análise têm sido considerados por pesquisadores que se dedicam a tratar desse tema complexo. Entre eles, destacam-se historiadores, economistas, cientistas políticos, linguistas, filósofos, entre outros, que unem seus esforços para criar uma grande colcha de retalhos através de múltiplas agulhas que nos auxiliam a interpretar essa experiência.

A perspectiva da história das ideias, quando aplicada aos discursos políticos, auxilia na compreensão das formas pelas quais as ideias políticas se desenvolveram e transformaram ao longo da história. Essa vertente busca analisar como as ideias políticas foram influenciadas e influenciaram os contextos sociais, culturais, econômicos e políticos em que surgiram. De acordo com Reinhart Koselleck, a corrupção pode ser considerada tanto como um conceito que traduz uma experiência, quanto como uma ferramenta que nos orienta. É com base nessa premissa que iniciamos este estudo, investigando suas engrenagens, seus atores e seus desdobramentos.

Ao entender a corrupção como um conceito que traduz uma experiência, na acepção de Koselleck, a corrupção seria uma realidade vivida pelos indivíduos, que pode ser compreendida e interpretada através do uso de conceitos. Esses conceitos nos ajudam a dar sentido às nossas experiências e nos permitem integrá-las ao nosso discurso e comportamento diários.⁷⁵

Nas décadas de 50 e 60, o jornalismo brasileiro passou por diversas transformações. Discussões sobre a objetividade e neutralidade da atividade jornalística começaram a surgir, e as revistas e jornais passaram a se ver como o único intermediário possível entre o poder público e a sociedade, assumindo o papel de contrapoder em relação à ordem instituída. Os jornalistas não se contentavam mais em atuar apenas como analistas políticos, comentando e reportando os acontecimentos para os consumidores. Eles buscavam mobilizar e influenciar cada vez mais o público em seu cotidiano, assumindo um papel mais ativo e participativo na sociedade.

⁷⁵ KOSELLECK, Reinhart. *História de conceitos: Estudos sobre a semântica e a pragmática da linguagem política e social*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2020. P. 69.

A política é fortemente inscrita na sociabilidade da vida cotidiana e, em certos limites, algo do qual não se pode fugir. Renato Lessa, ao citar Aristóteles, nos apresenta as 3 mazelas que seguem a política ao decorrer do tempo; o clientelismo, a quebra de decoro e a corrupção. Ambas guardam relação de complementaridade em uma análise de ações que regem a prática política. Para a corrupção, ele nos apresenta como o

(ii) [...] primeiro exemplo [de corrupção] foi dado por Ánito depois do seu desempenho como comandante em Pilos: ao ser acusado por alguns de haver perdido Pilos, subornou o tribunal e conseguiu a absolvição" ⁷⁶

A noção de corrupção é abstrata e pode variar de acordo com as leis e normas que regem uma sociedade. O respeito a essas instruções é fundamental para definir o que pertence à esfera pública e o que pertence à esfera privada, garantindo um equilíbrio e convívio harmonioso entre os indivíduos na comunidade. A corrupção não se limita apenas ao uso indevido do poder político, mas também pode ocorrer em diversas esferas da vida social e econômica.

A distinção entre o público e o privado é o cerne do estudo das práticas corruptivas na sociedade republicana. O mau uso de recursos públicos por agentes públicos é consequência da sobreposição das esferas coletiva e a individual. Para o historiador José Murilo de Carvalho, a corrupção é um fenômeno histórico e sociológico, ou seja, ela muda de nome, sentido, agentes, meios e lógicas, sendo sua única constante a mudança. O historiador destaca como no período imperial e primeira república as acusações sobre corrupção eram predominantemente referentes ao sistema e não dirigidos a um indivíduo em específico. As recriminações se dirigiam aos sistemas que eram lidos como despóticos, oligárquicos e de não estarem promovendo o bem público. ⁷⁷

Ademais, em sua doutrina, o sentido que hoje prevalece como corrupção na sociedade brasileira é o da apropriação indevida por parte de indivíduos públicos daquilo que é bancado pelo contribuinte, ou seja, do que é público. Diferentemente da interpretação presente no século XX, que era entendida como o enriquecimento pessoal e individual às custas de recursos públicos provenientes dos impostos pagos pela sociedade.

⁷⁶ LESSA, Renato. Política, amnésia, transfigurações P. 113. In NOVAES, Adauto (Org.). *O esquecimento da política*. Rio de Janeiro: Agir, 2007.

⁷⁷ CARVALHO, José Murilo. Passado, presente e futuro da corrupção brasileira. In: AVRITZER, Leonardo et al. (Org.). *Corrupção: ensaios e críticas*. Belo Horizonte: UFMG, 2008. P. 200-201.

Para ele, essa forma de enxergar a corrupção teria iniciado no primeiro governo Vargas, quando surgiu um combate a ela que depois ganhou o nome de udenismo. Esse combate foi enviesado por uma postura fortemente moralista e intimamente ligada à pessoa, sendo seu sentido ligado a um crime pessoal. Em 1945, no combate ao varguismo, as forças udenistas focaram em orientar o combate à corrupção em perspectiva particular, ou seja, contra a moralidade das pessoas individualmente. Nesta lógica, semelhante à justificativa para o golpe de 1964, a corrupção foi tida como uma prática do indivíduo que roubava dinheiro público para enriquecimento próprio e de seus aliados.⁷⁸

As denúncias de corrupção contra o aparato sindical corporativista criado por Vargas foram consideradas pelos liberais como o bojo de favorecimentos ilícitos. Para os udenistas, os desvios de recursos estatais eram realizados sob o aval de Vargas, o que explicava as grandes votações obtidas pelos candidatos de orientação trabalhista. Essa interpretação, serviu-lhes de consolo nas derrotas que se seguiram e culminou em 1955 na vitória de um candidato pertencente ao campo getulista.⁷⁹

As ideias políticas não são linhas retas e claras. Ela é marcada por conflitos, contradições e mudanças de paradigmas. Muitas ideias políticas que eram consideradas revolucionárias em um determinado período histórico, mais tarde se tornaram ultrapassadas e ultrajantes. Da mesma forma, algumas ideias que foram amplamente rejeitadas em um dado momento, acabaram sendo aceitas e adotadas como parte da política pública.

Para Rodrigo Mota, durante as décadas de 1950 e 1960, a corrupção ocupou uma posição central no debate político brasileiro, especialmente na imprensa e nas disputas parlamentares. Nesse período, o sentido atribuído à corrupção foi o de malversação de recursos públicos, o que teve início no segundo governo de Getúlio Vargas. As denúncias de práticas políticas e administrativas corruptas cometidas pelo governo varguista foram uma das principais bandeiras levantadas pela oposição, que enfatizava a importância dos valores morais.⁸⁰

Juscelino Kubitschek, visto como sucessor do varguismo, teve dificuldades para assumir o mandato para o qual fora eleito. O projeto desenvolvimentista do governo de Kubitschek, que teve como marca a realização de grandes obras, especialmente a construção de Brasília, forneceu aos opositores novos argumentos para denunciar a corrupção,

⁷⁸ CARVALHO, José Murilo. Passado, presente e futuro da corrupção brasileira.P. 200-201. In: AVRITZER, Leonardo et al. (Org.). *Corrupção: ensaios e críticas*. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

⁷⁹ *Ibidem*. P. 207.

⁸⁰ *Ibidem*. P. 206.

frequentemente mencionando o próprio presidente. Cinco anos depois, na campanha eleitoral de 1960, Jânio Quadros, candidato de oposição, subiu ao poder com a proposta de erradicar a corrupção e seus praticantes do Estado. Esse discurso contribuiu, ainda que parcialmente, para a boa recepção dos eleitores e sua posterior vitória.⁸¹

Em uma perspectiva liberal na qual o espaço público é entendido como articulado com o interesse público, a corrupção é vista como um "mau funcionamento" do sistema. De acordo com essa visão, os homens são constituídos pela natureza, e não pela providência divina, e embora possam ter talentos e qualidades desiguais, todos são igualmente capazes de trabalhar e alcançar o sucesso por mérito próprio. Portanto, a responsabilidade pelas decisões acerca do caráter e das ações individuais perante a sociedade é de responsabilidade de cada indivíduo.⁸²

Para postular este mesmo ponto sob perspectivas diferentes, há correntes marxistas e interpretações que designam a corrupção como sistêmica e não individual, sendo, portanto, inerente à lógica do capitalismo e à relação entre capital e Estado. Para Antônio Negri, o capital constitui uma forma de corrupção do que é público a partir de seus mecanismos de controle e expropriação, segmentando e privatizando aquilo que deveria pertencer à ordem do comum. O capital seria predatório, como afirmam os críticos do neoliberalismo, visto que visa capturar e expropriar a riqueza comum produzida de maneira autônoma.⁸³

Umberto Eco discute como a interpretação de um conjunto de textos implica em explicar por que as palavras podem ter diversas funções (e não outras), dependendo de como são interpretadas.⁸⁴ Embora a visão comum seja a de que a corrupção é resultado da má gestão dos recursos públicos pelos políticos, essa explicação é limitada, pois não atribui a culpa somente ao indivíduo, mas também à lógica do capitalismo e à relação entre o capital e o Estado. Essa perspectiva leva em consideração que os indivíduos são parte de uma sociedade que prioriza o lucro, o que pode incentivar comportamentos corruptos.

A Revista Manchete, apesar de possuir circulação nacional, foi um semanário produzido no Rio de Janeiro, que naquela época era a capital do país e possuía muita influência na vida pública emaranhada em seu cotidiano social. Ela era produzida por figuras influentes e creditadas dentro daquele espaço. O que foi publicado nas páginas do periódico

⁸¹MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Corrupção no Brasil Republicano-1954-1964*. P. 208. In: AVRITZER, Leonardo et al. (Org.). *Corrupção: ensaios e críticas*. Belo Horizonte: UFMG, 2008. P. 208.

⁸² CHAUI, Marilena. Apontamentos para uma crítica da ação integralista brasileira. In FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho; CHAUI, Marilena. *Ideologia e mobilização popular*. Rio de Janeiro: CEDEC/Paz e Terra, 1978. P. 24-25.

⁸³HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Bem-estar comum*. Editora Record, 2016. P. 178.

⁸⁴ ECO, Umberto. *Interpretação e superinterpretação*. São Paulo: Martins Fontes, 2005 P. 30.

eram discursos produzidos sob o olhar e perspectiva daqueles que detinham capital, endereçados a pessoas menos influentes ou marginalizadas dos debates sociais. A Revista operava esses discursos como uma "tradução" dos modos de viver e pensar a sociedade.⁸⁵

O periódico, ainda no período que antecipou a eleição de 1955, já tecia tais sentidos sobre a corrupção na sociedade brasileira como reflexo de uma má gestão de recursos estatais por parte dos indivíduos políticos. Para Henrique Pongetti⁸⁶

Vocês me perguntaram se eu votaria num atleta. Por que não? O que vinha desgraçando o Brasil não era a profissão dos políticos que não se profissionalizaram na política, mas sim a profissão que eles adotavam ao se verem manejando os dinheiros públicos e o poder estatal. Essa segunda profissão, esse artesanato eventual da corrupção e da ganância, é que me apavora. O sujeito entra nas urnas médico e pobre, sai delas ladrão e rico. E após extrair da Nação o máximo, das antigas extrações, nem quer ouvir falar, ainda que sejam as amígdalas do filhinho do seu maior cabo eleitoral...⁸⁷

A crônica remete à má conduta atrelada ao indivíduo. O que seria sujo, ímprobo e ineficiente não era a política em si, pois, ainda que comumente vista como encarnada na figura dos políticos, o indivíduo tem autonomia para entrar ou não para a política e sua conduta no meio social era sua escolha.

A política é uma prática que não existe concretamente e, portanto, só pode ser compreendida a partir do momento em que a estudamos. Ela é um sistema-meio cujo objetivo é gerenciar a vida coletiva e atender às necessidades do corpo social. Com isso, a política não deve ser vista como uma profissão ou carreira a ser usufruída, mas sim como um serviço público em que se busca o bem comum.

Retornando a crônica, ainda foi [ressaltada as virtudes ideais para quem gostaria de se tornar um político.

⁸⁵ A revista, como já citado, conseguiu manter um grande tráfego em seu período de vigor, alcançando bons números de tiragens. Nas capas do período analisado consta seu calor de circulação, o qual variou entre CR\$ 15 e CR\$ 20.

⁸⁶ Henrique Feltrini Pongetti nasceu em Juiz de Fora, Minas Gerais, em 18 de janeiro de 1898, foi dramaturgo, cronista, roteirista de Cinema e jornalista. Trabalhou em revistas ilustradas, como Mundo Ilustrado, Radiolândia, Rio, dirigindo, por muito tempo, a revista *Manchete*, da qual é um de seus fundadores. Sua escrita de crônicas era conhecida por despir deuses e heróis e os obrigava a caminhar, nus, sob as opiniões da população. Sobre a vida e atuação de Pongetti ver: Revista *Manchete*. Edição 377. 11/07/1959. P. 79-81. Pongetti em primeiro plano. Reportagem Caio de Freitas. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=004120&PagFis=26535> Acesso em: 12/11/2022. Sua Biografia completa também está disponível em: HENRIQUE Pongetti. Verbete da Enciclopédia. In: ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileira. São Paulo: Itaú Cultural, 2022. Disponível em: <https://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa359375/henrique-pongetti> . Acesso em: 28 de dezembro de 2022.

⁸⁷ Revista *Manchete*. Edição 0127. 25/09/1954. P. 3. Crônica de Henrique Pongetti. 3 de outubro. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=004120_PerFis=26535. Acesso em: 12/11/2022.

Se um atleta poderia ser um bom Presidente da República? Claro que sim. Bastaria que tivesse bom senso, que não resolvesse fazer um estádio em cada rua, e que não obrigasse cada cidadão a dar um salto tríplice de dezesseis metros. Ou por outra: bastaria que aplicasse as virtudes que o fizeram campeão, em benefício de todos e de tudo. Quais virtudes? A disciplina, a abstinência, a pertinácia, a energia, a ânsia de superação, a humildade na vitória e a resignação na derrota. Que estadista poderia falhar se, dispondo do bom senso de um chefe de família e de um gerente de loja, possuísse as virtudes de um campeão olímpico? ⁸⁸

O liberalismo, assim como a corrupção, é um conceito sócio-histórico e não permanece imutável diante de mudanças temporais e contextuais. No entanto, independentemente da interpretação da ação do liberalismo, a maioria dos estudiosos destaca o Estado como um campo propício à generalização da corrupção. O desfrute do poder, potencialmente corruptor, desvirtua a sociedade de seu destino manifesto, que inclui a liberdade de todo e qualquer indivíduo de buscar, por seus próprios meios, sua felicidade e realização. ⁸⁹

Uma aproximação dessa ideia pode ser percebida na crônica de Fernando Sabino intitulada "O deputado mata-borrão". Nesse texto, o autor demonstra como o corpo editorial delimita os sentidos de corrupção no legislativo brasileiro. Em um primeiro momento, ele descreve como a escolha dos candidatos pelos votantes ainda segue um padrão contínuo, mesmo que uma mudança esteja ocorrendo lentamente.

É inegável que as coisas estão melhorando. Nas eleições de outro dia era comum ouvir alguém dizer votar neste ou naquele candidato à Constituinte do Estado da Guanabara porque o julgava à altura de elaborar uma Constituição. Já era mesmo tempo de se pensar na competência do candidato para exercer o cargo a que concorre, e não apenas na sua popularidade ou na sua simpatia. Para a eleição de vereadores, talvez nem isso até então contasse: a bem-dizer, não se sabe o critério que prevalecia, e a mal afamada Câmara do Rio por norma era mesmo uma vergonha, merecia bem a má fama que desfrutava. É de se esperar que as coisas melhorem também para a eleição do futuro Legislativo Federal, pois este às vezes não fica atrás, pelo menos a se julgar por alguns deputados que o compõem. ⁹⁰

O campo político lida com questões de interesse público. Quando se trata de qualquer ato de improbidade, isso parece assumir uma proporção ainda maior. Indignamo-nos com

⁸⁸ *Idem.*

⁸⁹Sobre esse assunto ver: OLIVEIRA, Rodrigo Perez. O significado do conceito "corrupção" na semântica política da crise brasileira (2013-2016). Anos 90: Revista do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, v. 25, n. 48, p. 379-408, 2018. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/5740/574069051015/html/>. Acesso em: 08/11/2022.

⁹⁰Revista *Manchete*. Edição 0444.08/10/1960. P.49. Crônica de Fernando Sabino. O deputado mata-borrão. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=004120_PerFis=26535. Acesso em: 12/09/2022.

qualquer pessoa que possa ter praticado tal ato, desde um pequeno caso como o de uma professora que leva um ou outro material do patrimônio de uma escola até um grande escândalo de propina na construção de um hospital. Em ambos os casos, há um desvio entre a finalidade do dinheiro e sua real aplicação.

Não se trata de mensurar qual dos casos de corrupção teria mais impacto na sociedade, mas sim de não escusar nenhum e condenar ambos. A corrupção distorce o pilar da igualdade política em governos democráticos, uma vez que os atores envolvidos nessas práticas corruptivas fazem parte do núcleo de poder provido institucionalmente, legalmente e por meio do regime eleitoral livre. Isso significa que a corrupção mina a legitimidade dos governos e abala a confiança da sociedade nas instituições políticas, o que pode comprometer o desenvolvimento e o progresso do país.

Em consequência, há a deturpação dos ideais democráticos, os quais devem recorrer a mecanismos para frear o abuso de poder e reafirmar a soberania dos cidadãos. Sob outro ponto de vista, a corrupção afeta também o corolário da relação entre cidadão e Estado, no qual o primeiro perde a confiança no segundo no que diz respeito à capacidade de gerenciamento para atender as necessidades da sociedade.

Retornando a crônica, Sabino conta um pequeno caso que teve conhecimento a partir de um amigo seu que trabalhava na Secretaria da Câmara dos Deputados. Se tratava de um grotesco e corriqueiro episódio de utilização de bens públicos por parte de um deputado e que, em sua opinião, marcava a conduta de grande parte dos agentes públicos até aquele momento.

Ainda outro dia um deles, que integra a minoria dos realmente capazes, me deu notícia de um colega seu, cuja irresponsabilidade teve de enfrentar um grotesco episódio. Uma de suas funções, na Secretaria da Câmara, era a de zelar pelos móveis e demais pertences. Ao conferir a relação, deu por falta de uma mesa, uma cadeira e uma máquina de escrever. Fez sindicância e apurou que o tal deputado simplesmente havia levado aquelas peças para casa, no princípio da legislatura e até então não devolvera saiu à procura do ilustre colega:

- Estou fazendo um levantamento - explicou, o mais diplomaticamente que lhe foi possível: queria que você providenciasse a devolução. Uma cadeira, uma mesa e uma máquina de escrever, não é isso mesmo? Naturalmente, você tomou emprestado...

- Eu?

O deputado resmungou umas desculpas. Fez-se de desentendido e tudo ficou por isso mesmo: os dias iam passando e os objetos não apareciam. O homem ficava meio ressabiado quando cruzava com ele nos corredores da Câmara:

— Mesa? Que mesa?

- Uma mesa, uma cadeira e uma máquina de escrever.

— Ah, você me falou no assunto, estou me lembrando agora.

— Então não se esqueça também de devolver.

— Isso mesmo. Louvo o seu zelo. Não tenha susto, providenciarei.

— Quando?

— O quê?
 — Quando é que você planeja devolver?
 — Ah, sim! Qualquer dia desses...
 Às vezes o sacripanta mudava de tática, limitando-se a bater com a mão espalmada na testa:
 — Que cabeça, a minha! Estava certo de já ter resolvido isso! Uma coisa à toa...
 — À toa para você. São bens públicos: pertencem à União.
 — Não precisa falar nesse tom, que diabo! Está duvidando da minha palavra?
 — Estou querendo os objetos de volta.
 — Não vamos brigar devido a uma bobagem.
 — Bobagem não: uma cadeira, uma mesa e uma máquina de escrever.
 Um dia ele acabou perdendo a paciência e chamou seu relapso colega à Secretaria:
 — Você é um deputado, compenetre-se! Já imaginou o escândalo que seria se essa história transpirasse? Você, um parlamentar, envolvido num caso de desvio de bens da Câmara dos Deputados!
 E, irritado, bateu na mesa com o mata-borrão:
 — Se até amanhã à tarde você não tiver devolvido a cadeira, a mesa e a máquina de escrever, mandou um caminhão buscar em sua casa e conto para os jornais, faço um barulho louco.⁹¹

Ao expor os (e)leitores a esse debate entre um servidor público e um deputado, ambos a serviço do Estado, Sabino mostra uma relação de dualidade comportamental entre agentes públicos diante desse tipo de situação. Em primeiro plano, temos o homem que, ao cumprir seu dever, cobra do deputado a devolução de objetos pertencentes ao patrimônio da União que este teria levado para algum lugar. As motivações desse servidor para fazer tal solicitação de forma tão incisiva não são explicadas em momento algum, o que nos leva a acreditar que seu único interesse é preservar o bem público.

Já em segundo plano, temos o deputado que, em benefício próprio, teria retirado esse patrimônio da União de seu lugar para uso particular. Pela sequência do diálogo, nota-se que o deputado não tinha nenhuma intenção de devolver aqueles objetos à Instituição. Por mais incisivas que fossem as cobranças realizadas pelo servidor, o deputado se fez de desentendido ou apenas disse que devolveria esses itens em um futuro próximo. O deputado tentou argumentar que aqueles objetos não representavam grande coisa e que não havia necessidade de tamanha cobrança sobre a devolução deles. Entretanto, o servidor continuou a insistir.

Toda exposição desse longo diálogo foi construída para o (e)leitor notar a frivolidade com que essas condutas eram praticadas por agentes públicos, até mesmo com coisas pequenas. Entretanto, o escritor parece ter criado no (e)leitor essa perspectiva para que, ao final, não se surpreendesse com o desfecho da história.

O outro se viu perdido:
 — Está bem, eu devolvo, resmungou, afinal, humildemente, após pensar um pouco.
 E acrescentou, como um menino:

⁹¹*Idem.*

— Mas só se você der para mim esse mata-borrão.⁹²

Ao final, Sabino utilizou seu humor ácido para encerrar seu caso, revelando que o deputado, após muita insistência do servidor, concordara em devolver os objetos somente com a condição de que ele lhe desse em troca o mata-borrão que estava sobre a mesa. Essa narrativa possibilitou ao leitor extrair três conclusões daquela história. Em primeiro momento, Sabino fez a distinção de que existiam pessoas de boa índole e outras não, que, apesar de conviverem em um mesmo ambiente, optaram por praticar condutas.

Em segunda interpretação, nota-se o cinismo com que aquele deputado foi questionado sobre a falta dos itens e o desinteresse demonstrado em devolvê-los. E por último, e o que mais gera incômodo, é a forma como o deputado condiciona a devolução a uma troca por outro objeto que também fazia parte do patrimônio da União. Mata-borrão é uma espécie de papel sem cola, próprio para absorver a tinta de escrever fresca ou outros líquidos. Ele é um objeto pequeno e não teria utilidade fora do ambiente de trabalho. A apresentação dessa condição pelo deputado sugere que ele pediu o objeto apenas para tirar vantagem de algo que não lhe pertencia, uma vez que o objeto não teria muita utilidade fora daquele ambiente.

Em outubro de 1960, a *Manchete* publicou uma charge que representava o cotidiano de um cidadão ao andar pelas ruas naquele período. O cartunista produziu várias charges com o intuito de arrancar risos e ilustrar suas desconfianças como cidadão e (e)eleitor.

Imagem 8: Charge de Cláudio - Cláudio de volta da Europa entra na campanha eleitoral.



⁹²Idem.

Revista *Manchete*. Edição 441-. 22/10/1960. P. 98. Charge de Claudius. Cláudio de volta da Europa entra na campanha eleitoral. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=004120>. Acesso em: 16/09/2022.

O valor cômico desse tipo de expressão dependia da familiaridade que o observador tinha com o tema para que se pudesse estabelecer a cumplicidade necessária entre ele e o produtor do material. Seguindo as ideias de Umberto Eco, o leitor pode se deparar com uma mensagem e conceber uma multiplicidade de significados e referentes. Entretanto, não seria correto afirmar que a mensagem possa significar qualquer coisa. Se há algo a ser interpretado, a interpretação deve se basear em algo tangível e válido, que possa ser encontrado em algum lugar e respeitado em certo sentido.⁹³

O desenho retratou o chargista que, ao retornar ao Brasil, logo se deparou com um país inteiramente imerso na temática eleitoral. Só se pensava sobre isso, só se falava sobre isso. O homem, que encarava todos aqueles cartazes de propaganda eleitoral, se espantou ao notar que alguém teria posicionado um cartaz de "procura-se" em uma parede que possuía cartazes de homens que estavam presos. Ele supôs que poderia haver semelhança entre os números de identificação prisional daqueles homens e o número eleitoral presente no material de campanha de um candidato.

Reflete-se, por meio da narrativa, a ratificação de estereótipos sobre a forma como a política brasileira era comumente interpretada, permitindo a associação entre um candidato e um presidiário. Deixa-se ao leitor a isca para reflexão, sobre se o cartaz de "procura-se" foi colocado intencionalmente na parede ou por engano. Michel Certeau afirma que o discurso é uma forma de codificar a ordem dos seres e as vontades de seu autor, estabelecendo uma relação entre linguagem e poder. Desse modo, a complexidade de um discurso, composto por um conjunto de palavras-chave, possibilita a organização da experiência social e articula as formas de viver de uma sociedade.⁹⁴

Seguindo essa linha de pensamento, de acordo com Kosseleck, os conceitos possuem dois aspectos: por um lado, eles apontam para algo externo a eles, em referência ao contexto no qual são utilizados; por outro lado, essa realidade é percebida em termos de categorias fornecidas pela linguagem.⁹⁵ Portanto, os conceitos funcionam tanto como indicadores quanto como fatores na vida política e social.

⁹³ ECO, Umberto. *Interpretação e superinterpretação*. São Paulo: Martins Fontes, 2005 P. 50-51.

⁹⁴ CERTEAU, Michel de. *História e Psicanálise: entre ciência e ficção*. Trad de Guilherme J. de Freitas Teixeira. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.P. 46 – 47.

⁹⁵ KOSELLECK, Reinhart. *História de conceitos: Estudos sobre a semântica e a pragmática da linguagem política e social*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2020. P. 81.

Os estudos de história das ideias políticas não são questões apenas de ideias abstratas, mas sim de ideias em ação. É por meio dos discursos políticos que as ideias se tornam realidade, e é através dessas ações que se pode avaliar o impacto das ideias na sociedade. A dinâmica dos discursos é uma propriedade que eles possuem para articular a linguagem utilizada pelos agentes em situações históricas específicas. Esses agentes agem e reagem a essa mesma linguagem que está disponível para eles. Assim, é importante para os intérpretes dessas manifestações linguísticas se aproximarem o máximo possível de como elas faziam sentido para seus autores e leitores contemporâneos àquele contexto.⁹⁶

2.2 Crônicas e charges na representação do cotidiano brasileiro

A eleição presidencial de 1960 apresentou três perfis de candidatos bastante distintos. Jânio Quadros propunha a moralização e desburocratização da administração pública, além do combate incisivo à corrupção. Ele também atacava os governantes anteriores e os responsabilizava pela crise econômica e social que o Brasil estava vivendo. O Marechal Henrique Teixeira Lott, por sua vez, resistiu inicialmente à ideia de ser candidato à presidência. Fiador da manutenção da legalidade constitucional no final de 1955 e início de 1956, e ministro da Guerra no governo de Kubitschek, Lott pautou sua candidatura como continuador dos projetos nacional-desenvolvimentistas de JK. Já Adhemar de Barros era conhecido por realizar obras monumentais, porém superfaturadas.⁹⁷

Os discursos publicados pela revista foram escritos de forma particular e específica, abordando a maneira de pensar, criar e viver dos brasileiros que contribuíram para a construção de um imaginário especialmente identificado pela transgressão. Na revista, era possível encontrar diversas crônicas e charges que, de forma humorística, faziam críticas não só aos políticos, mas também aos (e)leitores que, ao mesmo tempo em que condenavam aqueles, também contribuíam para perpetuar rótulos do lugar-comum na relação entre o brasileiro e a corrupção.

Humberto Eco destaca como ao atribuir significados para algo isso representa uma aposta interpretativa, mas “os contextos nos permitem tornar essa aposta menos incerta que uma aposta no vermelho ou no preto de uma roleta”. Além disso, para o autor:

⁹⁶ KOSELLECK, Reinhart. Uma resposta aos comentários sobre o *Geschichtliche Grundbegriffe*. In: b JÚNIOR, João Feres; JASMIN, Marcelo Gantus. *História dos conceitos: debates e perspectivas*. Edições Loyola, 2006. P. 100.

⁹⁷ CARLONI, Karla Guilherme. *Marechal Henrique Teixeira Lott: a opção das esquerdas*. 2010. P. 192.

Um texto pode prever um leitor-modelo com o direito de fazer infinitas conjecturas. O leitor empírico é apenas um agente que faz conjecturas sobre o tipo de leitor-modelo postulado pelo texto. Como a intenção do texto é basicamente a de produzir um leitor-modelo capaz de fazer conjecturas sobre ele, a iniciativa do leitor-modelo consiste em imaginar um autor que não é o empírico e que, no fim, coincide com a intenção do texto. Desse modo, mais do que um parâmetro a ser utilizado com a finalidade de validar a interpretação, o texto é um objeto que a interpretação constrói no decorrer do esforço circular de validar-se com base no que acaba sendo seu resultado.⁹⁸

Nesta pequena crônica escrita para a Revista, o jornalista Rubem Braga convocou os leitores a encarar a dura realidade de entender e explicar a eleição de 1960. A história fictícia e bem-humorada espelha sua opinião, segundo a qual era preferível estar fora do país para evitar a obrigação de envolver-se na grande empreitada eleitoral. Em sua narrativa, quando provocado por um jornalista francês, o escritor e jornalista teria balbuciado na tentativa de organizar o pensamento. O que conseguiu elaborar foi:

O Marechal Lott era candidato do Governo, apoiado principalmente por dois partidos: um, de homens de negócios e latifundiários, outro, de trabalhadores; e ainda pelos fascistas do Sr. Plínio Salgado e pelos comunistas do Sr. Carlos Prestes. Que toda a base da campanha contra o Sr. Jânio Quadros era a acusação de “entreguista”, a serviço do imperialismo norte-americano; que ele já se declarou favorável a um reatamento de relações com a Rússia, e o Marechal Lott era contra; que o Sr. Jânio Quadros era deputado federal por um dos partidos que apoiavam o Marechal Lott; que...Nisso, interrompeu-lhe o francês, que após ouvir com atenção disse “O Brasil é um país surrealista”. Restou-lhe concordar e ainda acrescentou “com tendências para abstracionismo”.⁹⁹

Analisando as palavras escritas por Braga, é importante lembrar a trajetória desse cronista, que contribuiu por longos anos na redação do periódico. O jornalista construiu sua carreira e atuação política por meio de irreverentes crônicas, consideradas um marco para o jornalismo lírico. Suas obras encantavam os leitores por retratarem momentos do cotidiano, oferecendo provocações sobre a realidade social e interpretações da historicidade de sua época. Braga foi opositor de Vargas e chegou a ser perseguido pelo regime varguista em 1938, sendo obrigado a refugiar-se no sítio de Carlos Lacerda. Ao longo de sua carreira, em diversos momentos, Braga posicionou-se contra os desmandos políticos, o cerceamento da liberdade e a injustiça social.¹⁰⁰

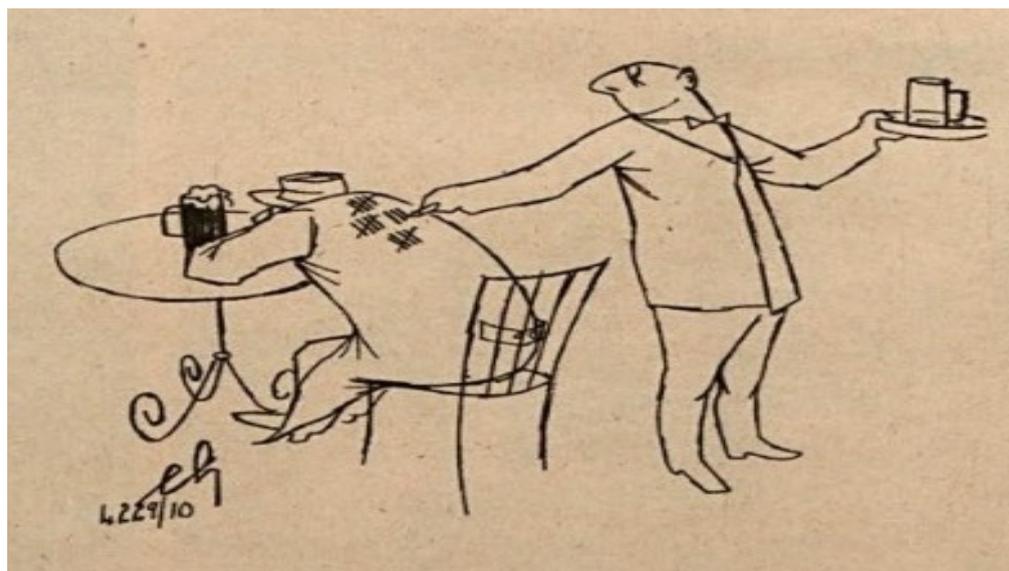
⁹⁸ ECO, Umberto. *Interpretação e superinterpretação*. São Paulo: Martins Fontes, 2005 P. 30.

⁹⁹Revista *Manchete*. Edição 344-. 22/10/1960. P.71. Crônica de Rubem Braga. Este inexplicável baú. Disponível em: Acesso em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=004120&pagfis=26535> Acesso em: 16/09/2022.

¹⁰⁰Sobre a trajetória política de Rubem Braga ver: ZANELLA, Daniel; DE OLIVEIRA FILHA, APARECIDA, Elza. O jornalista Rubem Braga: animal político, correspondente de guerra. Dito Efeito-Revista de Comunicação

Na crônica, a comparação feita por Braga ao abstracionismo e surrealismo refere-se à situação caótica não só da corrida eleitoral, mas do panorama político como um todo. Devido a tantos emaranhados, a política se tornou algo de difícil compreensão racional, resultante da incompetente condução e gerenciamento do país. A perspectiva da inerência da corrupção à natureza do brasileiro e, por consequência, a incompetência para gerir a política, foi algo bastante frequente nos discursos veiculados pelos escritores da *Manchete*.

Imagem 9: Charge de autor desconhecido — *Ria, por favor*.¹⁰¹



Revista Manchete. Edição. 377. 11/07/1959. P. 84. Charges e Crônica. *Ria, por favor*. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=003581&pagfis=1>. Acesso em: 02/05/2022.

Essa charge não foi apresentada na sessão rotineira do chargista Cláudius, que era responsável por grande parte desse gênero jornalístico na *Manchete*. No entanto, ela pode ser encontrada em outra parte da revista, dividindo a página com mais três charges e uma crônica. Na imagem¹⁰², vemos um homem que parece ter bebido demais, debruçado sobre a mesa com um copo de bebida alcoólica. Enquanto isso, o garçom recolhe um copo vazio e serve outro ao homem. Nas costas do homem, o garçom está rabiscando o número de copos que ele já tomou. O título da charge é "*Ria, por favor*".

A charge não teve tanto destaque quanto as outras representações, mas merece atenção. Nela, vemos um homem embriagado, caído sobre uma mesa com um copo de bebida alcoólica. Enquanto isso, o garçom recolhe um copo vazio e lhe serve um novo. Nota-se que o

da UTFPR, v. 4, n. 5, 2014. Disponível em: <https://periodicos.utfpr.edu.br/de/article/view/2145>. Acesso em: 16/09/2021.

¹⁰¹ *Revista Manchete*. Edição. 377. 11/07/1959. P. 84. Charges e Crônica. *Ria, por favor*. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=004120&pagfis=26535>. Acesso em: 02/05/2022.

¹⁰² Apesar de a charge estar assinada com as iniciais "CH" e conter um número 4229/10 escrito, não foi possível identificar o que esses sinais significam.

garçom, prevendo a possibilidade do cliente não se lembrar da quantidade de copos que já havia bebido, faz uma marcação nas costas do homem. Essa ação se justifica pelo fato de que, em estado de embriaguez, o cliente poderia sair sem pagar a conta, mas, com o registro na sua pele, seria impossível negar o consumo excessivo.

A embriaguez do cliente poderia explicar o fato de ele ter esquecido de pagar sua conta. No entanto, isso não justificaria a falta de pagamento, que seria um prejuízo para o estabelecimento. Como alternativa, o cliente poderia retornar após recuperar a lucidez e acertar sua dívida, mas isso dependeria do comprometimento moral dele. Outra possibilidade seria a honestidade do cliente, que, mesmo sem saber o valor da conta, voltaria ao local para pagar. No entanto, acreditando que provavelmente isso não aconteceria, o garçom decidiu registrar a informação nas costas do cliente para evitar o não pagamento da dívida.

Ao que tudo indica, essa charge tinha uma abordagem exagerada e cômica em relação a essa situação. No entanto, mesmo que não fosse tratada com seriedade, poderia transmitir a ideia de que a situação era comum, uma vez que o cliente agir de forma desonesta era considerado tão improvável que o garçom se antecipou e fez um registro para evitar prejuízos ao estabelecimento. Ainda que, a situação apresentada seja em contexto de relações privadas, e que não seria considerada corrupção, essa representação reforça o caráter do brasileiro na totalidade.

É usual o tratamento da corrupção sob uma perspectiva moralista, como algo resultante da falta de caráter dos indivíduos. A representação na charge reforçava a associação muitas vezes feita entre os brasileiros e a predisposição às práticas corruptas. Nesse sentido, não se trata de valorizar a esperteza do garçom, mas sim de perceber que essa situação está inserida em uma dinâmica social que tem na transgressão um importante elemento identificador.

Na esteira desse pensamento, Umberto Eco destaca como um texto, ao ser produzido para vários destinatários e comunidades de leitores, o autor sabe que será interpretado não segundo suas intenções, mas de acordo com uma complexa estratégia de interações nas quais os leitores também estão envolvidos, ao lado de sua competência na linguagem enquanto tesou social.¹⁰³

Nesse contexto, o artigo intitulado “O Sr. JK e a meta-pão” reforçou a ideia anteriormente apresentada. Contudo, segundo a perspectiva do autor, essa realidade caminhava para mudanças devido à genialidade do então presidente Kubitschek, que estaria

¹⁰³ ECO, Umberto. *Interpretação e superinterpretação*. São Paulo: Martins Fontes, 2005 P. 80.

incentivando os brasileiros a se moverem e a assumirem o rumo do progresso, algo que sozinhos não conseguiriam fazer.

Só a paixão política nega ao Presidente Juscelino Kubitschek um conjunto de empreendimentos decisivos para a transformação do Brasil em segunda grande potência da América. A ele devemos sobretudo a vitória do povo na luta contra o nosso complexo de subalternidade, o nosso satelitismo crônico, fruto de uma conformada mentalidade colonial. O homem da rua começa a dar-se conta das possibilidades reais e imediatas da sua terra, aonde chegam imigrantes de todas as partes do mundo e de onde ninguém emigra

[...] A máquina da nossa expansão está quase montada. Ninguém nos pode deter se tivermos juízo, se houver continuidade administrativa, se não nos acometer a saudade das quarteladas, e se não voltar ao poder outro daqueles nossos patriarcas provincianos e sedentários, medíocres e preguiçosos que governam este imenso império como se governassem a sua despensa e o seu estábulo.¹⁰⁴

Essa incompetência era uma consequência das diversas características negativas sobre como as relações sociais eram vividas pelos brasileiros. A premissa do homem cordial, cunhada por Sergio Buarque de Holanda, identifica a cordialidade em sentido etimológico, o cordial age movido pelo coração, ou seja, é o homem passional e irracional. Até os dias atuais, o sentido do qual Holanda cunhou a ideia do cordialíssimo brasileiro era distorcido, remetendo-o à “concordia, bondade, quase subserviência”.¹⁰⁵

Em verdade, como explicita Raimundo Faoro, em seu texto analítico sobre a trajetória acadêmica de Holanda, publicado no Caderno “Mais”, da Folha de S. Paulo, a cordialidade deveria ser compreendida em sua essência passional, avessa a todo convencionalismo ou formalismo social, a qual poderia ser tão positiva quanto agressiva. O autor não utiliza o termo "cordial" no sentido de amigável ou cortês, mas sim como uma manifestação de um tipo específico de comportamento social.

Esta é apenas uma das diversas falácias utilizadas como subterfúgio para explicar a existência de uma relação supostamente intrínseca na qual o Brasil seria um país governado pela corrupção.

[...] Uma transformação como a que o Brasil procura, sob o governo do Sr. Juscelino Kubitschek, não pode ser feita com os vícios orgânicos da nossa democracia e com a mentalidade pessoalista dos nossos homens públicos e do nosso poder econômico. Direi que nem poderia ser feita sem pesados sacrifícios do nosso povo, sacrifícios compreendidos e aceitos por todas as classes, proporcionalmente, do ápice da pirâmide à base. O Brasil está sendo devorado pelo empreguismo, pelo abonismo,

¹⁰⁴ Revista *Manchete*. Edição 361- 21/03/1959. P.21. Crônica de Henrique Pongetti. O Sr. JK e a meta-pão. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=004120&pagfis=26535>. Acesso em: 16/09/2022.

¹⁰⁵ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26.^a edição, São Paulo: Companhia das Letras, 1995. P.204-205.

pelo aposentadoríssimo, pelo egoísmo: uma classe enorme se imola à indolência e à insaciedade da outra. O Estado desvia seus recursos para sustentar as solitárias do seu organismo introduzidas e multiplicadas por parlamentares demagogos, velhacos e impatrióticos. Uma obra ambiciosa e revolucionária como a do Sr. J.K. reclamava poderes especiais votados por um parlamento à altura da situação. Reclamava um governo de coalizão, isento de pruridos partidários e de apetites vantagistas.¹⁰⁶

Outra afirmação constante no olhar para permanência de práticas corruptivas no Brasil remete a um vício ou mania, ou quase como uma obsessão em centralizar o debate político em torno de acusação sobre transgressões como uma forma de encobrir os próprios rastros acusando os demais. Henrique Pongetti escreveu:

Numa época de grande corrupção administrativa, e de exploração demagógica das massas, o nacionalismo torna-se, como no aforismo francês, "o último refúgio dos canalhas". Basta envolver-se no pavilhão auriverde, e os honestos com pruridos de sumariadores de culpas se deterão. Basta acusar os honestos de entreguistas, e estarão reforçadas as imunidades. Houve tempo em que os maus espetáculos de revistas e de cinema terminavam, na América Latina, com uma apoteose nacionalista base de bandeira desfraldada e com alguns compassos do hino. A vaia preparada transformava-se numa cerimônia cívica, assistida reverentemente de pé. Quem discordasse, praticaria um crime de lesa-pátria e teria de se haver com os nacionalistas. A Pátria! Olha¹⁰⁷

Para Célia Regina Jardim Pinto, o que parece ser um costume da política brasileira é que os acusadores de hoje se tornarão os acusados de amanhã. A questão gira em torno de escapar de escândalos e de ser ele próprio o acusador. Em períodos de campanha eleitoral, a caça por escândalos se acirra ainda mais, já que estes se tornam moedas eleitorais importantes e, muitas vezes, são como um "ás na manga" até as vésperas do pleito. Muitos organizadores de campanha já reservam esses trunfos como uma cartada final, dependendo da necessidade de uma virada nas tendências aferidas pelas pesquisas.¹⁰⁸

Dando continuidade em seu artigo, Pongetti escreveu:

Gritando que a Petrobrás é intocável, entre bons brasileiros que nunca a quiseram tocar, e apenas desejariam ver o pinga-pinga de sua cistite petrolífera transformar-se depressa numa torrente, os malandros fazem como os prestidigitadores quando desviam a atenção do público, da sua mão embromadora para um objeto cúmplice. Escamoteiam calmamente o que lhes apetece escamotear. Tudo é tocável para eles,

¹⁰⁶ Revista *Manchete*. Edição 361- 21/03/1959. P.21.Crônica de Henrique Pongetti. O Sr. JK e a meta-pão. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=004120&pagfis=26535> Acesso em: 16/09/2022.

¹⁰⁷ Revista *Manchete*. Edição 378 – 08/07/1959. P.41. Crônica de Henrique Pongetti. Nacionalismo, patriotismo e entreguismo. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=004120&pagfis=26535> Acesso em: 16/09/2022.

¹⁰⁸ PINTO, Céli R. J. *A banalidade da corrupção: uma forma de governar o Brasil*. Belo Horizonte: UFMG, 2011. P. 32

principalmente as polpudas verbas das autarquias e seu imenso quadro de funcionários onde se alojam, com sinecuras cavadas na cúpula governamental, a fina flor do verde-amarelismo. Alguns, além de se envolverem no pavilhão nacional, se besuntam de petróleo. O petróleo tornou-se o visgo mágico, e vai substituindo o sangue de Vargas, menos duradouro, em seus milagres, do que o do San Gennaro dos napolitanos.¹⁰⁹

Nesta passagem, é possível observar a ideia de separação entre "bons" e "maus" brasileiros, que, por opção, se integram a um desses dois grupos. Com isso, o autor também reduziu a sociedade brasileira a um espectro bipolar, no qual os "bons" são presumivelmente usados pelos "maus" em manobras maliciosas, reforçando que os "bons" não conseguem perceber tais engenhosidades. Isso reflete como, muitas vezes, a luta pelo poder é simplificada pela formação de dois blocos antagônicos, o que acaba se institucionalizando definitivamente.

Outra argumentação do autor estava na comparação da Petrobrás com um subterfúgio para os ímprobos, assim como o sangue de Vargas foi em sua época. O sentido de corrupção naquela época estava atrelado à figura de Vargas e agora, como herança, grande parte dos políticos estava contaminada com essas ações imorais.

A imoralidade individual dos políticos foi ressaltada em artigo de Henrique Pongetti, intitulado "Escola de políticos". Neste texto, o jornalista escreve disfarçadamente suas lamentações ao Marechal, por perder as eleições e que, na verdade, a perda só mostrava como ele era íntegro, probo e justo, qualidade que jamais poderiam pertencer aos políticos.

A política é a desordem, o desrespeito, a promiscuidade. Aceita-se o apoio do calhorda porque, se mais tarde será uma vergonha governar com ele, não se chegará ao Governo sem a sua comprometedora cumplicidade. Os valores morais cedem lugar ao cômputo dos votos prováveis. É um transigir permanente, uma permanente violência, contra o caráter. Mas agir de outro modo não seria fazer política, seria sabotá-la, objetivando conscientemente a derrota.¹¹⁰

Quando se escreve um texto, é possível que o leitor interprete analogias, metáforas e paráfrases de maneiras diferentes do sentido que o autor pretendia dar. Mesmo que o autor se surpreenda com essas observações, ele não pode negá-las, ainda que possa acreditar que essas novas interpretações possam levar o leitor a erro, não retira a validade do leitor e de sua capacidade interpretativa constituída por sua realidade.¹¹¹

¹⁰⁹ Revista Manchete. Edição 378- 08/07/1959. P.41. Crônica de Henrique Pongetti. Nacionalismo, patriotismo e entreguismo. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=004120&pagfis=26535> Acesso em: 16/09/2022.

¹¹⁰Revista Manchete. Edição 445- 29/10/1960. P.64. Crônica de Henrique Pongetti. Escola de políticos. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=004120&pagfis=26535> Acesso em: 16/09/2022.

¹¹¹ ECO, Umberto. *Interpretação e superinterpretação*. São Paulo: Martins Fontes, 2005 P. 104.

As argumentações, escritas de maneira irônica e sutil, eram comuns na revista *Manchete*. A estratégia da publicação não visava abafar casos e notícias, mas sim tratá-los com eufemismo. Dessa forma, muitas vezes os assuntos eram abordados de maneira superficial, o que podia prejudicar a clareza e a transparência das informações apresentadas. Devido ao público leitor diverso, diversas interpretações eram possíveis para aqueles que entravam em contato com os escritos da revista.

A política brasileira seria rotineiramente vista como dom, uma profissão e um ofício. Para isso era necessário:

[...]começar bem moço, ainda em condições de resistir aos desenganos e de calejar-se na ingratidão. Igual a idade política à idade atlética. Também não tente a carreira política fora de tempo. Seja qual for o poder da sua inteligência e sua agressividade, você estará sensível demais aos golpes contrários. Será como certos pugilistas cujos murros demolidores são invalidados pela fragilidade de um queixo de vidro. A alma deve endurecer-se no seu devido momento, e você a tem desguarnecida por um sentimento de tolerância e de piedade, próprio de quem viveu fora das pugnas partidárias, defendido por uma ética inexistente em campanhas eleitorais. É grande a quantidade de páginas presentes em revista e jornais dedicadas a mostrar ao público notícias incriminadoras de personagens centrais da República. Todavia, nem sempre esses veículos se preocupam em esclarecer à sociedade a origem e efeito dessas práticas, gerando indignação do público contra os responsáveis pelos atos corruptos. Essa incriminação segue os padrões de condenação moral que, apesar de essencial, não abrange a real complexidade do fenômeno.¹¹²

A prevalência do julgamento moral dos comportamentos individuais acaba por apagar qualquer critério que não seja proveniente dele. Como consequência, passa-se a enxergar a política através da encarnação de um “mal” individual e elimina-se o juízo pautado pela predominância de valores efetivos de propostas e projetos que beneficiam a nação.

2.3 Descrença na política e nos políticos

No contexto das campanhas eleitorais, a propaganda política desempenha um papel fundamental para que os candidatos possam transmitir suas mensagens e propostas aos eleitores. Uma das formas mais eficientes para alcançar notoriedade é a veiculação de slogans e jingles eleitorais, que possibilitam simplificar uma mensagem, tornando-a mais atrativa, compreensível e memorável.

¹¹² PATRIOTA, Rosângela. Teatro Brasileiro. P. 299. In: AVRITZER, Leonardo et al. (Org.). *Corrupção: ensaios e críticas*. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

Muitas vezes, a criação desses slogans se origina de símbolos cuidadosamente selecionados pelos candidatos para representar suas propostas de maior destaque. Os líderes de opinião pública e profissionais de propaganda, assim como o próprio candidato, desejam que esses símbolos sejam associados à sua imagem e mensagem política.¹¹³

Nessa linha de pensamento, observa-se a necessidade de aspectos convidativos que façam com que o indivíduo possa associar a algo que ele reconhece e compreenda o sentido. Pongetti já havia destacado essa premissa em um de seus artigos, no qual afirmava que é essencial para a eficácia de uma mensagem eleitoral que o eleitor possa identificar-se com a imagem ou símbolo proposto pelo candidato. Para ele,

Em todas as campanhas eleitorais aparecem "slogans" extravagantes para dar ao pleito a dose de ridículo que põe em valor a seriedade de alguns candidatos. Pode-se fazer uma seleta dessa fraseologia promocional, imaginada para caçar votos, mas reduzida a pescar desilusões nos dias aflitivos da contagem no Maracanã. Para muitos dos disputantes, basta um bom "slogan" e algumas faixas colocadas nos postos-chave do seu suposto reduto eleitoral. O resto é com seu prestígio.¹¹⁴

A democracia, como regime das palavras, torna extremamente relevante a investigação da capacidade e eficácia de utilizar algo aparentemente fútil e óbvio para falar sobre algo ou alguém. É preciso destacar a destreza de apostar no óbvio, cujo resultado já é conhecido, mas cuja chance de atingir resultados também já conhecidos é grande.

Dentro deste contexto, os jingles eleitorais são um exemplo de propaganda política bastante eficaz, devido ao seu potencial perspicaz de transmitir uma mensagem de forma simples, abstrata e com forte teor emocional. É possível destacar o exemplo do jingle mais conhecido de uma candidatura à presidência, o clássico "Varre, varre, vassourinha", que introduziu de forma interpretativa e direta a ideia de que o governo atual era incompetente e corrupto, provocando ainda mais indignação nos eleitores.

Varre, varre vassourinha
Varre, varre a bandalheira
E o povo já está cansado
De sofrer desta maneira
Jânio Quadros esperança

¹¹³ GROSSI, Eduardo. Jânio Quadros: as representações metafóricas da vassoura no imaginário popular. In: QUEIROZ, Adolpho. *Na arena do marketing político: ideologia e propaganda nas campanhas presidenciais brasileiras*. São Paulo: Summus Editorial, 2006. P. 191.

¹¹⁴ Revista *Manchete*. Edição 439- 17/09/1960. P. 42. Crônica de Henrique Pongetti. O vacas gordas. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=004120&pagfis=26535> Acesso em: 16/09/2022.

Desse povo abandonado ¹¹⁵

Nesse trecho, percebeu-se a clara intenção de colocar Juscelino como o mau gestor que permitiu que a "bandalheira" tomasse conta do Brasil. A mensagem era clara e não havia o benefício da dúvida. A desordem e a desvirtuação da gestão brasileira eram fatos que precisavam ser interrompidos, e o único capaz de realizar isso era JQ.

Porém, uma questão que chamou a atenção foi o uso de uma linguagem específica e simples que possibilitava a memorização e rápida fixação na cabeça do eleitorado. Foram percebidas as rimas nas seguintes palavras: bandalheira/maneira e cansado/abandonado. Todas são palavras de uso cotidiano e de rápido entendimento. Com isso, foi possível inflar a ideia da "bandalheira" como uma prática em vigor e que o povo já estava farto disso. No final, a conclusão era de que somente JQ poderia ser o escolhido como o salvador que traria novamente a esperança.

Não por coincidência, a "resposta" dada pela equipe publicitária de Lott precisou ser tão rápida e eficaz quanto foi a de seu adversário. Para isso, foi utilizado uma das características mais proeminentes da campanha de Quadros: sua disposição aberta a negociações exteriores. Mais uma vez, temos a junção de palavras rimadas para transmitir uma mensagem metrificada, como em "Engana/americana" e "Marechal/Nacional".

O povo sabe, sabe, e não se engana
Essa vassoura de piaçava americana
Mas a espada do nosso Marechal
É fabricada com aço nacional
Mas a espada do nosso Marechal
É fabricada com aço nacional.¹¹⁶

Claro que o candidato autodeclarado como a “terceira força” não ficou para trás. Seu jingle, assim como sua proposta, visava representar uma via alternativa ao eleitorado que não deveria cair nos discursos vazios ou em figuras fantoches como eram os outros candidatos. Seu jingle se destacava dos demais, reforçando a ideia de ser a alternativa. Entretanto, também era composto por uma mensagem clara e direta sobre sua campanha: “Vamos saudar Adhemar”.

Hip, hip, hurra

¹¹⁵ Jingle eleitoral: Varre Varre. Campanha Jânio Quadros. Disponível em: http://www.discosdobrasil.com.br/discosdobrasil/consulta/detalhe.php?Id_Musica=MU027077 Acesso em: 02/03/2022.

¹¹⁶ Jingle eleitoral: Vassoura Americana – Campanha Marechal Henrique Teixeira Lott. Disponível em http://www.discosdobrasil.com.br/discosdobrasil/consulta/detalhe.php?Id_Musica=MU. Acesso em: 02/03/2022.

Hip, hip, hurra
Hip, hip, hurra
Vamos todos saudar Adhemar
Hip, hip, hurra
Que o nosso país vai governar
Hip, hip, hurra
Esse é o braço varonil
Que ecoa pelos céus do Brasil
E como coro nós vamos saudar
Hip, hip, hurra
Adhemar, Adhemar, Adhemar.¹¹⁷

A estrutura de um jingle precisa ser composta por narrativas curtas, rimas e melodias que sejam facilmente internalizadas. Parece um molde fácil de interpretar e compreender, e muitas vezes tomamos aquilo como verdade, justamente por acharmos que se trata de algo simples e dispensável de questionamento. Entretanto, o perigo mora justamente na falta de inquisição.

Para Renato Janine Ribeiro, os veículos de comunicação são mais livres e independentes à medida que dão vozes a diversas opiniões. Como sequência dessa multiplicidade, os jornais e revistas passaram a desempenhar papéis políticos. Os jornalistas começaram a desempenhar a função de mediadores de opiniões, os quais poderiam intervir silenciosamente em questões relevantes à sociedade, a exemplo de uma eleição.¹¹⁸

O uso da língua como chave epistemológica nas relações de disputa de poder vai além do simples poder de dizer a palavra. É importante compreender que a língua também é utilizada para formalizar a maneira como se fala, com o intuito de manter ou questionar a ordem. Os jingles apresentados acima demonstram a diversidade de formas de discurso que não precisam necessariamente ser emanados de fontes de grande influência, mas que contribuem para transformar concepções corriqueiras e superficiais sobre a corrupção no Brasil. Essas deduções simplistas podem afetar o julgamento da sociedade em relação aos políticos e à própria política.

Segundo Pinto, discursos como "todos os políticos são corruptos" são pré-reflexivos, ou seja, refletem uma percepção central de que nunca houve tanta corrupção como nos tempos atuais. Isso ocorre porque a memória tende a idealizar o passado como um período de pureza e virtude. A falta de confiança em um governo atual capaz de transgredir essa lógica de corrupção faz com que a sociedade se comporte de maneira errática e anedótica em relação ao

¹¹⁷ Compilação de jingles da campanha de 1960. Jingle eleitoral: Vamos saudar Adhemar. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=kfrJ4aaZNNQ>. Acesso em: 02/03/2022.

¹¹⁸ RIBEIRO, Renato Janine: A palavra livre e infeliz. P.349. In: NOVAES, Aduino (Org.). *O esquecimento da política*. Rio de Janeiro: Agir, 2007.

poder do voto. A baixa expectativa em relação à política nacional muitas vezes leva os brasileiros a utilizar de forma irresponsável a possibilidade de escolher seus representantes.¹¹⁹

O ceticismo do eleitor brasileiro perante os representantes legislativos foi cronificada por Rubem Braga, que noticiou a eleição do rinoceronte Cacareco para a Câmara Municipal de São Paulo em 1959, com quase 100 mil votos. Os referidos votos em Cacareco seriam um protesto dos eleitores insatisfeitos com o descaso, corrupção e incompetência dos políticos da época.¹²⁰

Braga escreveu o que seria uma conversa entre amigos que estavam debatendo sobre a vergonha que seria para o Brasil quando os jornais internacionais publicaram a notícia de que um rinoceronte foi eleito como vereador. Um deles, muito exaltado, grita "Estão vendo? Esta é a mentalidade do brasileiro! E por isso que o nosso eleitor escolhe tão mal. "É a mesma coisa".¹²¹

O diálogo prosseguiu com alguns dos amigos verbalizando suas opiniões sobre o fato:

— Pois isso foi um progresso do eleitorado. Fiquem sabendo, foi um grande progresso do eleitorado! Essa gente que votou em Cacareco, era tudo eleitor do Ademar. Essa votação quer dizer que essa gente já está desiludida do Ademar; logo, progrediu...

— Nada! Isso é tudo voto de comunista para desmoralizar a democracia. Devia ir tudo para a cadeia!

— É, sim, É senhor, mas como devia ser? Cada um devia ser responsável pela sua opinião! Por isso que essa joça não vai para a frente, ninguém quer assumir a responsabilidade de seus atos!

— Ai é que está! No regime parlamentarista...

O homem de óculos, que se calara, apressou-se a explicar, aflito:

— Esse negócio de parlamentarismo é outra coisa, não tem nada a ver com isso...

Mas o parlamentarista tinha seus argumentos:

— O senhor já viu num regime parlamentar alguém votar em hipopótamo?¹²²

Os amigos, em primeiro momento, estavam indignados de os cidadãos terem votado em um animal para vereador e ainda mais preocupados em como ficaria a reputação do Brasil quando esse caso fosse exposto internacionalmente. À medida que a conversa ia acontecendo, um desses amigos citou a possibilidade de isso não ter acontecido se a forma de governo fosse parlamentarista. Independentemente da citação ao parlamentarismo ou a outra forma de

¹¹⁹ PINTO, Céli R. J. *A banalidade da corrupção: uma forma de governar o Brasil*. Belo Horizonte: UFMG, 2011. P. 45.

¹²⁰ Sobre o caso da eleição do rinoceronte Cacareco ver: RIBEIRO, Antônio Sérgio. Sua excelência, "vereador" Cacareco. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/noticia/?id=286282> Acesso em: 10/11/2022.

¹²¹ Revista Manchete. Edição 0392- 17/09/1960. P. 36. Crônica de Henrique Pongetti. O vacas gordas. Disponível <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=004120&pagfis=26535> Acesso em: 16/09/2022.

¹²² *Idem*.

governo, a questão era o despertar para uma possibilidade, ainda que pequena, mas existia a possibilidade de “um Brasil melhor”.

O mesmo que no começo estava resignado conseguiu ver uma possibilidade. O medo ou estagnação se misturaram à esperança, no acreditar. Para Girardet, há tempo de espera e tempo de apelo. Aquele que se forma e se difunde como o salvador desejado, cristaliza-se em torno dele a expressão de um conjunto, ainda que muitas vezes confuso, de esperanças, nostalgia e sonhos.¹²³

Percebemos como a esperança é o fator de movimento, enquanto o medo nos mantém passivos e retraídos em relação ao que pode acontecer. Não se trata de pensar a esperança e a desesperança como emoções separadas, mas sim como âmagos que se entrelaçam a todo momento, gerando resultados diferentes a depender de qual essência prevalece. Um dos amigos diz: "E é por isso que nosso eleitor escolhe tão mal", referindo-se à possibilidade de os cidadãos não votarem como a solução. Ao mesmo tempo, sua crítica pode desejar acabar com o direito ao voto, mas isso ainda representa uma solução.

Em charge publicada por Claudius intitulada “Operação Nordeste”¹²⁴ foram retratadas 4 situações:

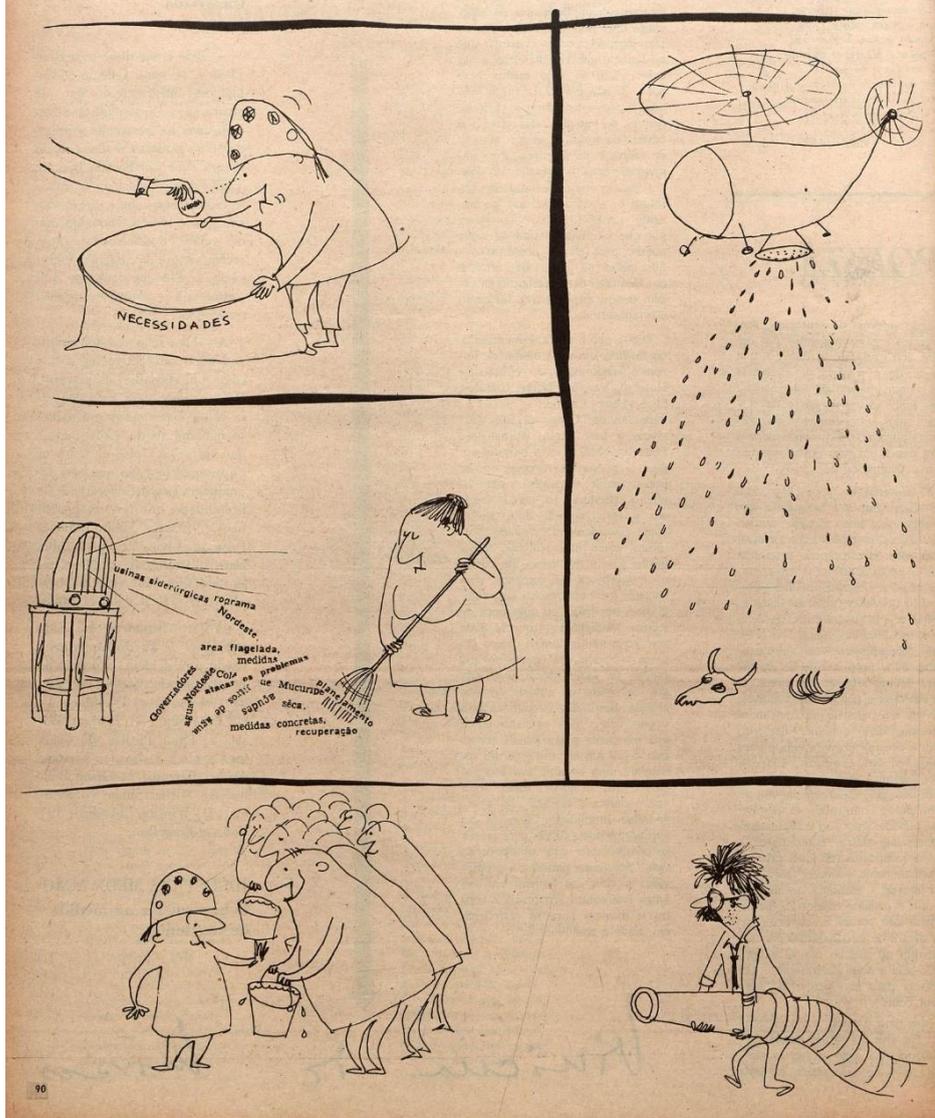
Imagem 10: Charge de Cláudio- Operação Nordeste.

¹²³ GIRARDET, Raoul. *Mitos e mitologias políticas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. P. 72.

¹²⁴ Revista *Manchete*. Edição. 359. 07/03/1959. P. 25. Charge. Claudius. Operação Nordeste. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=004120&pagfis=26535> Acesso em: 02/05/2023.

Claudius

OPERAÇÃO NORDESTE



No primeiro quadrinho, um cidadão nordestino, identificado como tal pelo seu tradicional chapéu meia-lua de couro, abrindo um grande saco com as mãos. No saco estava escrita a palavra “necessidades”. O nordestino olhava fixamente para uma moeda que continha a palavra “verba”, que estava sendo jogada no saco por um braço trajado em uma roupa formal, como um paletó.

Em seguida, no segundo quadrinho, uma mulher que estava escutando rádio, de onde saíam palavras como "usinas siderúrgicas", "medidas concretas", "recuperação" e "planejamento", que caíam ao chão sendo varridas pela dona de casa. No terceiro quadrinho, foi possível notar um helicóptero jogando água em cima de carcaças de bois.

No último quadrinho, podemos observar novamente o nordestino, que agora está rodeado de homens semelhantes a ele e distribui água para eles. Ao fundo, há um desenho de Jânio Quadros segurando uma mangueira e caminhando em direção aos nordestinos..

É importante ressaltar que essa história em quadrinhos é uma crítica política ao governo da época, e o uso de elementos simbólicos e metáforas visuais é bastante comum nesse tipo de produção. No caso específico, a narrativa sugere que o governo estaria tentando maquiagem os problemas do Nordeste com a criação da OPENO¹²⁵, enquanto Jânio Quadros representaria uma alternativa mais efetiva e comprometida com a região.

Os elementos simbólicos utilizados, como o saco de necessidades e a moeda de verba, reforçam a ideia de que o governo estaria mais preocupado com o discurso do que com ações concretas. Já a imagem do helicóptero regando a carcaça do animal morto era uma metáfora poderosa para a situação de miséria e fome enfrentada pelo povo nordestino na época.

Por fim, a cena em que Jânio Quadros segura uma mangueira representa sua intenção de fornecer soluções efetivas para os problemas do Nordeste, em contraponto ao que seria algumas forças políticas que desejavam manter-se no poder a qualquer custo, mesmo que isso signifique deixar a região em condições precárias.

Aqui pode-se retornar a figura do “não-político”. Muitos candidatos se apresentam ou são representados desta maneira como uma forma de se distanciar dos ‘políticos profissionais’ e dando a entender que são puros e que não estão fazendo política vista por eles como algo ruim. De acordo com Patrick Charaudeau, a humanidade mostrada por um candidato constitui um imaginário importante para construção de sua imagem como ‘ser humano’ por demonstrar capacidade afetiva e sentimental, compaixão para com aqueles que sofrem. Para ele, essas características são úteis principalmente em “[...] visitas aos desprovidos ou a pessoas que sofrem; em situações dramáticas (catástrofes naturais, acidentes, fome, etc.) que

¹²⁵ Com a obsessiva construção de Brasília, além de seu plano de ser novamente eleito –, que o presidente Juscelino Kubitschek convocou para o dia 6 de janeiro de 1959, no Palácio Rio Negro, uma reunião com uma série de “produtores de ideias”. Nessa reunião, Celso Furtado, então um dos diretores do BNDE, conseguiu convencer o presidente da ineficácia das políticas vigentes, após expor os problemas da açudagem para a resolução das deficiências na produção de alimentos na região, em razão da oligarquia agrária local ter se apossado do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), além de apresentar números do quadro regional que serviriam à sua defesa de uma política global para o desenvolvimento econômico do Nordeste, em lugar das ações desconexas vigentes. Para Furtado, a ação do governo deveria priorizar a criação das bases para a industrialização e o aumento da oferta de alimentos. O presidente então trata de incumbir Celso Furtado de tomar as providências para lançar a nova política para a região, a qual ele chama de “Operação Nordeste”, também conhecida como Openo. Sobre esse assunto ver:

CABRAL, Renan. 1959. Das ideias à ação, a Sudene de Celso Furtado—oportunidade histórica e resistência conservadora. *Cadernos do Desenvolvimento*, v. 6, n. 8, p. 17-34, 2018. Disponível em: http://www.centrocelsofurtado.org.br/arquivos/image/201109221441340.CD8_0.pdf Acesso em: 31/05/2023.

fazem com que os políticos se encontrem no local e dirijam palavras de compaixão às vítimas”¹²⁶

Para Raoul Giradet, a construção do mito salvador deve ser feita a partir de uma análise voltada essencialmente para a imagem e suas representações simbólicas. Essa construção só é possível em um sistema que apresenta o contraste entre duas imagens e figuras simbólicas distintas. O cerne do processo de heroificação é a transformação do histórico em mítico, resultando na absorção do real pelo imaginário. Quando se trata de propaganda política, o desafio é distinguir o que é espontâneo do que é intencional, e separar o imaginário da realidade.¹²⁷

As charges apresentam uma situação comum durante as eleições, em que políticos tentam obter votos por meio de práticas questionáveis, como a oferta de benefícios pessoais em troca de apoio eleitoral. De acordo com Bobbio, em sociedades heterogêneas e fragmentadas, a corrupção é ainda mais acentuada devido à falha no sistema representativo e ao acesso desigual ao poder de decisão.

Essas práticas corruptas são responsáveis pela luta política entre os partidos e pelas relações entre o campo político e a sociedade civil. É importante notar que essas práticas não apenas prejudicam a democracia, mas também alimentam a descrença e o desinteresse dos cidadãos em relação à política. É fundamental que medidas efetivas sejam tomadas para coibir a corrupção e garantir a integridade do processo eleitoral.

Stuart Hall enfatiza a importância da linguagem na construção de significados e como ela permite o diálogo e a criação de culturas compartilhadas.¹²⁸Essa abordagem pode ser aplicada ao entendimento da representação da corrupção na política brasileira, especialmente em publicações como a *Manchete*. A revista se utilizava de diversos elementos simbólicos para reforçar a ideia de que a corrupção era um elemento central na forma de governar no país.

Esses símbolos e signos não eram apenas visuais, mas também textuais e sonoros, reforçando a ideia de que a corrupção estava presente em todas as esferas do poder. A linguagem utilizada pela *Manchete* teve um papel fundamental na construção dessa representação e na criação de um imaginário coletivo sobre a corrupção na política brasileira.

¹²⁶ CHARAUDEAU, Patrick. *A conquista da opinião pública: como o discurso manipula as escolhas políticas*. Tradução de Ângela M. S. Corrêa. São Paulo: Contexto, 2016. P. 48.

¹²⁷ GIRARDET, Raoul. *Mitos e mitologias políticas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. P. 71

¹²⁸ HALL, Stuart. *Cultura e Representação*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: Apicuri, 2016. P. 18.

Assim, é possível perceber como a linguagem e a construção de significados estão diretamente relacionadas às formas de poder e às estratégias políticas utilizadas para manter esse poder. A corrupção se tornou uma narrativa importante na política brasileira não apenas por sua presença real, mas também pela forma como foi representada e construída simbolicamente.

CAPÍTULO 3 - INVESTIGANDO UM PAÍS SUPOSTAMENTE TRANSGRESSOR

3.1 (In)conformismo

O estudo das ideias ao longo do tempo é uma ferramenta para compreender como as sociedades humanas lidam com questões políticas, sociais e éticas. A corrupção é uma dessas questões que têm sido objeto de reflexão em diferentes momentos da história, e que tem sido articulada a diferentes ideias e conceitos, interferindo diretamente em como o cidadão se relaciona com a política.

A política está presente em vários aspectos da vida cotidiana. Uma grande expressão da prática política em regimes democráticos é a garantia de processos eleitorais que assegurem aos cidadãos à liberdade na escolha de seus representantes. Essa liberdade gera também responsabilidades para esses cidadãos que confiam, em teoria, em pessoas capacitadas para fazer o interesse público ser soberano a qualquer outro tipo de individualismo.

O interesse da sociedade na política relaciona-se principalmente aquilo que, aparentemente, lhe afetarà diretamente. A observação das ações dos políticos eleitos é uma constante dos indivíduos. Essa observação muitas vezes remete a narrativas transgressoras de agentes públicos, os quais seriam os responsáveis por trabalhar visando os interesses coletivos acima de interesses privados.

A sociedade julga atos e fatos transgressores sob a perspectiva de suas crenças, o que elas acreditam ser certo ou errado, o que é aceitável ou não, o que é corrupção ou não. Esse tipo de avaliação é controverso, podendo interferir na assimilação dos cidadãos sobre a violação da boa conduta pública por parte dos agentes públicos.

Ao depararmos com informações sobre a situação do país, seja por meio da internet, televisão, revistas e jornais, o Brasil parece estar sempre à beira de uma catástrofe. Muitas vezes a lógica da mídia é a dos escândalos, da espetacularização de todo tipo de acontecimento. Na imprensa do século XX, a temática da corrupção era retratada de formas expressivamente midiáticas para chamar atenção do eleitor e passar a ideia de que os escândalos eram cotidianos.

Essa lente corruptiva buscava noticiar constantemente acontecimentos que poderiam envolver possíveis transgressões, conspirações e barganhas, intencionando a difamação pela

difamação, a crítica pela crítica, sem a preocupação de aprofundar e investigar se aquilo era de fato verdade ou não. A preocupação maior era gerar dúvidas e conclusões precipitadas no (e)leitor.

Os políticos também tinham grande interesse nesse tipo de narrativas, pois em períodos eleitorais, essas histórias poderiam ser um ás na manga para os candidatos. Era de grande interesse que essas histórias fossem representadas de maneiras escandalosas, recortadas e fragmentadas de acordo com determinados interesses. Fatos representados dessa forma muitas vezes poderiam desviar a atenção de verdadeiras problemáticas que deveriam estar sendo discutidas.

Desviar a atenção da sociedade publicando constantemente narrativas transgressoras conduziam o eleitorado a interpretação dessas práticas como comuns e institucionalizadas e facilitar a inércia dos (e)leitores. Fazer o eleitorado acreditar nas propostas dos candidatos, elegê-los e depois estimular a descrença dos eleitores é um jogo contínuo para manter a sociedade na interpretação da política como a encarnação de um mal necessário.

Os políticos são os grandes alvos da descrença na política. Essa passagem foi escrita por Murilo de Melo Filho acerca de suas apostas para o ano político 1960.

No mais, 1960 deverá trazer a repetição de velhos problemas e questões, mais uma tentativa da Oposição para fazer um inquérito na Novacap, novas ofensivas contra o Ministro da Fazenda e os seus negócios do Vidro Plano, discursos e plataformas a favor da reforma agrária, rumores sobre a não-realização das eleições, reforma da Previdência Social dúvidas sobre a posse do eleito. Novos temores de golpe, enfim.¹²⁹

As palavras do jornalista demonstraram a insatisfação, desprestígio e desinteresse com o futuro do Brasil no ano de 1960, que seria previsivelmente negativo. Há uma aceitação natural dos grupos humano de admitirem de bom grado disciplinas pautadas na simpatia e na busca de uma vida harmoniosa.

Marilena Chauí reflete, baseando-se nas proposições de Espinosa, acerca da natureza dos homens. Para ela, os homens não seriam contrários aos desejos, às lutas, à esperança e à barbárie, pois tudo que lhes provém do desejo faz parte de sua natureza. Partindo dessa ideia, a autora apresenta suas ponderações sobre a possibilidade de a razão encontrar as causas e fundamentos da experiência, em explicações de ordem afetiva. Para ela, é assertivo que a razão é fruto de duas paixões que concebem a política: a esperança e o medo.

¹²⁹ Revista Manchete. Edição 0404. 16/01/1960. P. 67. Artigo de Murilo Melo Filho. Perspectiva do ano político. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=004120&pagfis=26535> Acesso em: 02/01/2023.

A esperança (spes) é uma alegria inconstante nascida da ideia de uma coisa futura ou passada de cujo desenlace duvidamos em certa medida. O medo (metus) é uma tristeza inconstante nascida da ideia de uma coisa futura ou passada de cujo desenlace duvidamos em certa medida.¹³⁰

Para Chauí, podemos pensar em um “sistema medo-esperança”, uma vez que a alegria e tristeza, medo e esperança são paixões inseparáveis na infinitude da interpretação do homem. Existir nesse sistema é viver na dúvida quanto ao que está por vir. Baseado em Espinosa, a autora conclui que “quem vive suspenso na esperança e dúvida do desenlace, teme *enquanto* espera e, quem está suspenso no medo e dúvida do que possa acontecer, espera *enquanto* teme.”¹³¹

Na edição seguinte à publicização pela *Manchete* sobre o caso Cacareco, o rinoceronte eleito para o cargo de vereador¹³², o editor, mais uma vez, destaca a atitude conformista dos eleitores, que fazem parte de um conjunto de fatores que levava a política a um estado caótico.

Quando recebemos a carta do Sr. Olímpio Mendes Ferreira já estava em circulação o número anterior desta revista. Nele há uma explicação cabível para o fenômeno Cacareco. Não foi semente o desânimo do povo, fator predominante na eleição do rinoceronte. Alguns candidatos e até direções partidárias levaram sua propaganda para um perigoso terreno, tirando a seriedade do pleito. Um fato isolado nada esclarece, porque muitos elementos se conjugaram.¹³³

O rinoceronte Cacareco sinalizava a falta de esperança com a política institucional. Ao elegerem como forma de protesto significava o desencorajamento da mudança. Como afirma Chauí, a esperança gera o movimento, enquanto a aceitação do estado insatisfatório, não estimula atitudes concretas que podem colaborar para a melhoria do contexto político.¹³⁴

Articulando o discurso veiculado pela *Manchete* à temática da corrupção e o encorajamento à (des) esperança como meio de manutenção da ordem e poder vigentes. As proposições argumentativas do periódico colaboravam para essa perspectiva ao tecer significados e associações incomuns, ambíguas e negativas do cotidiano dos(e)leitores.

¹³⁰ CHAUI, Marilena. O que é política? P. 37 – 38. In NOVAES, Adauto (Org.). *O esquecimento da política*. Rio de Janeiro: Agir, 2007.

¹³¹ *Ibidem*. P. 38.

¹³² Este caso foi destacado no capítulo 2 desta dissertação. Sobre o caso da eleição do rinoceronte Cacareco ver: “Sua excelência, “vereador” Cacareco. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/noticia/?id=286282> Acesso em: 10/11/2022.

¹³³ Revista Manchete. Edição 405. 23/01/1960. P. 67. Artigo de Murilo Melo Filho. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=004120&pagfis=26535> Acesso em: 02/01/2023.

¹³⁴ CHAUI, op.cit., p. 39.

O incentivo do (e)leitor à permanência em estado de inércia frente à atividade política e aos políticos, contribuiu para acentuar os conflitos políticos na época. Fazendo uso desses conflitos, a imprensa conseguiu manter em destaque temas de grande interesse público, a exemplo a corrupção. Seja para sustentar ou contestar tais conflitos, ela se relaciona diretamente com a continuidade ou descontinuidade das estruturas políticas, sociais e econômica da época.

Em reportagem de Carlos Alberto Wanderley, foi publicada uma crônica sobre a perspectiva do médico psiquiatra Clidenos Freitas sobre os políticos que ocupavam as cadeiras do legislativo. No texto, o grande destaque foi o seu “temível fichário” que descrevia cada tipo de político.

A existência de algumas características comuns lhe permitiu dividir os deputados nos seguintes grupos:

Os espíritos gregários, que procuram através de uma insistente conversação realizar seu jogo político, podem ser reunidos no grupo dos "gota--a gota-auriculares". Os cochichos permanentes, em tom de segredo e mistério, constituem sua motivação política. A esse grupo pertencem, entre tantos, os Srs. Etelvino Lins, José Maria Alkmin, Bento Gonçalves, etc.

Há os dotados de ideias obsedantes: são os "donos" dos assuntos. Raul Pilla é o “dono” do parlamentarismo, Josué de Castro é o “dono” da fome, Nelson Carneiro é o “dono” do divórcio, a reforma agrária é de Coutinho Cavalcante, Nestor Duarte, Fernando Santana e uns poucos; câmbio é da área de Sérgio Magalhães e Herbert Levy; Roboré é de Gabriel Passos, os assuntos do funcionalismo são de Lycio Hauer, Benjamin Farah e Chagas Freitas. Isto sem falar em algumas repartições públicas que têm seus cronistas permanentes na Câmara.

Os "agorafobos" são também numerosos na Câmara, isto é, fora dela. Nesta classificação, os psiquiatras costumam caracterizar as pessoas que têm medo de multidões e na presente classificação, por analogia, ficaram os que raramente comparecem à Câmara.

Os “fabuladores” são os que se dedicam à mitologia política da época. São aqueles que assinalam em suas fichas anedotas, histórias inventadas com requinte de imaginação, etc. Há, entre outras, as fichas dos Srs. Emílio Carlos e Carvalho Sobrinho.

Os “temperamentais eségios” compõem o “primeiro time” na classificação clínica do Dr. Clidenor. Entre eles, há os explosivos e os irritáveis. São os dotados de personalidades marcantes, autênticas, e que se revelam por todas as atitudes. Têm a personalidade de tal maneira especial que conseguem provocar verdadeiras tempestades com uma gota d'água. Uns são inteligentes, outros, obstinados. Levam sua exaltação ao máximo e reagem com violência. As motivações dessas atitudes se fundamentam em características absolutamente específicas ao caráter de cada um. Há ainda os tímidos, os egoístas e os “respeitáveis ególatras”. De modo geral, o interesse político é a fonte criadora de suas atitudes.¹³⁵

O estilo de escrita utilizado nesse contexto acaba por retratar a atividade política como algo caricato e sem valor, não somente por causa da falta de confiança nos políticos, mas

¹³⁵ Revista *Manchete*. Edição 406. 30/01/1960. P. 80 – 84. Reportagem de Carlos Alberto Wanderley. Não há (propriamente) malucos na Câmara. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=004120_PerFis=26535. Acesso em: 17/02/2022.

também por conta de sua imagem como um todo. Isso é reflexo de diversas características negativas, tais como a ausência de limites e virtudes por parte dos agentes políticos, o que acaba por afastar a sociedade dos debates públicos e gerar desinteresse.

Além disso, o distanciamento social pode levar a uma certa complacência por parte dos cidadãos em relação a comportamentos transgressores. Em entrevista realizada com o candidato a reeleição João Goulart, concedida ao jornalista Aluizio Flores, Goulart enfatizou como a Constituição não era uma donzela intocável e seria revista conforme os interesses sociais para dar ao cidadão o poder que lhes é direito.

Não se pode realizar muito num país onde uma Constituição inadequada. Até aqui, por um louvável respeito à Lei, os governantes brasileiros resistem a todas as investidas para modificá-la. Preferem, assim, anular a vida do Brasil à sua Constituição. Isso é uma heresia política. A Carta Magna é que tem de ser adaptada à realidade nacional.¹³⁶

Ao passo que transcreve as falas de Goulart, o jornalista comenta alguns pontos que lhe chamaram atenção:

O Vice-Presidente João Goulart mede a responsabilidade de suas palavras. Muitas vezes, uma modificação constitucional pode representar golpe fantasiado por um legalismo de fachada. A recente tentativa parlamentarista é tida nos meios políticos como uma verdadeira paulada nas pretensões do Marechal Teixeira Lott e do Deputado Jânio Quadros. Uma vez eleito, um ou outro, estaria sujeito a uma Constituição em que o Presidente da República não tem poderes mais objetivos do que os da Rainha da Inglaterra: reina, mas não governa. O Sr. João Goulart, por herança do Sr. Getúlio Vargas, é presidencialista. No entanto, não tomou posição contra a emenda parlamentarista do Deputado Raul Pila.¹³⁷

Destacando mais uma fala do vice-presidente, o jornalista publicou essa passagem:

¹³⁶ Revista *Manchete*. Edição 390. 28/02/1959. P. 66 – 67. Entrevista de João Goulart a Aluizio Flores. Constituição não é donzela. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=004120&pagfis=26535> Acesso em 03/09/2022.

¹³⁷ Em 1949, Raul Pilla fixou ideia de implementar o parlamentarismo do Brasil. Apresentou a Emenda Parlamentarista, ou Emenda Constitucional n.º 4/1949, com a assinatura de outros 110 deputados. Esta Emenda gerou um extenso debate entre seu autor e o parlamentar Afonso Arinos, defensor do presidencialismo e relator da matéria na Comissão Especial destinada a oferecer parecer sobre ela. O debate entre Afonso Arinos e Raul Pilla foi um dos mais relevantes de nossa história constitucional sobre os sistemas de governo. Mesmo com a derrota, em junho de 1953, da Emenda à Constituição n. 4, de 1949, então apelidada de “Emenda Pilla”, ele permaneceu como referência política e doutrinária por toda a década de 1950, durante a qual as investidas parlamentaristas, sempre lideradas pelo político gaúcho (com a posterior cooperação de Afonso Arinos, convertido ao governo de gabinete) estariam nas manchetes dos principais jornais do país, ao passo que a adoção do sistema parlamentar de governo surgiria reiteradamente na agenda do Congresso Nacional. Disponível em: PAIXÃO, Cristiano; BARBOSA, Leonardo. Crise política e sistemas de governo: origens da “solução parlamentarista” para a crise político-constitucional de 1961. *Universitas Jus*, v. 24, n. 3, 2013. Disponível em: <https://www.jus.uniceub.br/jus/article/view/2622> Acesso em: 22/02/2023.

O problema compete ao Congresso Nacional. No Partido Trabalhista Brasileiro existem presidencialistas e parlamentaristas. A única coisa que posso dizer é que a intenção do Deputado Raul Pila não é golpista: ele sempre foi parlamentarista. Aliás, o Deputado Osvaldo Lima Filho já me, deu uma satisfação a respeito do assunto. Como agora a moda entre os antigos golpistas é nos atribuir golpes imaginários, não duvido que acusem a tentativa parlamentarista de inspirada pelos chefes trabalhistas. Uma coisa, entretanto, precisa ficar muito clara: ao PTB não interessa nenhum golpe. É um partido que de eleição para eleição se vem firmando popularmente. Por que razão interromper essa evolução? Caminhamos para o poder firmemente baseado no prestígio popular. Diante do que explicou, só posso atribuir os rumores de golpe a interesses exclusivos dos que desejam conturbar a vida do País e prejudicar o processo da sucessão presidencial, que deve ser, afinal de contas, um ato de rotina, já que vivemos num país democrático.

O Sr. João Goulart respirou profundamente e continuou. Os interessados em nos atribuir maquinações golpistas chegaram a incluir no seu esquema macabro o próprio General Osvaldo Ferreira Alves, comandante do 3.º Exército, com quem tenho apenas relações de cordialidade, em função do meu trabalho. Conheço o General, porque ele serve há muitos anos no Rio Grande do Sul. Mas nunca privei pessoalmente com ele. Sei que é um democrata sincero e um nacionalista irreduzível.

Perry Anderson relata como muitas vezes os exploradores possuem mais consciência de classe do que os explorados, porque viver com a ideia constante do próprio infortúnio é muito desencorajador. O escapismo se torna uma espécie de necessidade existencial, ao passo que contemplar o poder e riqueza gera completa satisfação a quem o possui, construindo terreno fértil para atos ilícitos.

Três edições da publicação da entrevista com o vice-presidente João Goulart, o cronista Rubem Braga divulgou o seguinte texto:

Outro dia fui a um jantar em homenagem ao nosso grande Roberto Burle Marx e aconteceu que puseram ao lado dele, à sua mão direita, no lugar de honra, não uma das numerosas damas de destaque ou dos muitos cavalheiros importantes que havia ali, mas um frangote melifluo de enormes bigodes e basta cabeleira, com roupa de listras escandalosas e ar de gênio. Perguntei quem era, me disseram ser um pintor francês “muito interessante, imagine que ele pinta diretamente com as bisnagas de tinta”.

Isso quer dizer que continuamos com a chamada mentalidade colonial, ou basbaquial, dando cartaz a qualquer cabotino que apareça com duvidosa bossinha. Fiquei triste, porque eu já andava projetando raspar os bigodes do Mário Cravo e as barbas do Antônio Bandeira, apesar de estimáveis artistas nacionais! Com que direito posso fazê-lo agora? De qualquer modo, a visão daquele peralvilho gaulês trouxe-me à lembrança um velho plano para o desenvolvimento de nossa lavoura.¹³⁸

Na sua escrita, o cronista retratou uma situação em que os brasileiros eram descritos como indivíduos com mentalidade colonial e subserviente. Essa perspectiva os impedia de valorizar os grandes artistas nacionais, já que se sentiam inferiores em relação aos países europeus. Essa mentalidade institucionalizada levava a argumentos depreciativos, como a

¹³⁸ Revista *Manchete*. Edição 393. 31/10/1959 P. 37. Crônica de Rubem Braga. A lavoura é a solução do Brasil. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=004120&pagfis=26535> Acesso em: 12/09/2022.

suposta inferioridade política dos brasileiros em comparação com nações consideradas de primeiro mundo.

Após apresentar esse contexto, Braga fez referência a um "plano da lavoura", que era uma história fictícia criada por ele para ilustrar a inferioridade dos brasileiros. Em sua escrita, ele descreve um enredo no qual o "pessoal da lavoura" estava supostamente invadindo as cidades da capital, Rio de Janeiro, e, por isso, seria necessário enviar tropas repressivas para proteger esses locais. Essa ideia servia como um exemplo desse tipo de argumentação:

Claro que é preciso amarrar as pessoas, e isso não é muito constitucional, mas afinal de contas esta nossa Constituição tem sido tantas vezes violada que uma vezinha mais não tem importância, e o caso é de salvação nacional.¹³⁹

Disfarçado de humor, exemplos grotescos e exagerados retrataram implicitamente à continuidade do raciocínio errôneo em descrever o brasileiro como atrasado e incompleto. Supostamente, um dos fatores que contribuíram para esse cenário seria a violação da Constituição, a qual teria sido “violada tantas vezes que uma vezinha não teria importância”, sugestionando, não só, como uma prática corriqueira, mas também fadada a perpetuação. Para finalizar, escreve:

Está claro que certas personalidades estrangeiras que nos visitam podem ser docemente compelidas a praticar durante alguns meses a lavoura tropical em completa igualdade de direitos com os nossos queridos patrícios. Não seria lindo ver o velho Lin Yutang lavrando a nossa terra cabocla e jovem com sua milenária sabedoria chinesa? Meninos, é na lavoura que está a salvação do Brasil.

Uma das problemáticas relacionadas à corrupção em uma sociedade é como ela afeta os sistemas democráticos e a integridade do sistema político. O escritor Braga utilizou a expressão "retornar à lavoura" de forma anedótica para ilustrar a frequente violação da Constituição, que já teria ocorrido tantas vezes que não seria mais considerada um problema. Essa violação constitucional se referia à desapropriação de meios legalmente constituídos para a organização da sociedade, o que representa uma quebra do pacto social que define a distinção entre o público e o privado. A corrupção pode minar a confiança dos cidadãos nas instituições democráticas, comprometer a transparência e a justiça do processo político, e afetar negativamente o desenvolvimento social e econômico do país.

¹³⁹ Revista *Manchete*. Edição 393. 31/10/1959 P. 37. Crônica de Rubem Braga. A lavoura é a solução do Brasil. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=004120&pagfis=26535> . Acesso em: 12/09/2022.

Nos trechos destacados, é possível observar que as palavras utilizadas não se restringem a seus significados literais, mas são carregadas de um conjunto de sentidos que refletem o contexto sociopolítico brasileiro. Essas palavras não foram empregadas apenas para expressar um sentimento individual, mas para ilustrar as relações complexas entre os cidadãos e o poder vigente, que muitas vezes negava aos indivíduos a identificação como sujeitos de direitos. Isso sugere que a linguagem é uma ferramenta fundamental para a compreensão da realidade social e política, pois as palavras não possuem um significado fixo e absoluto, mas estão sempre em constante negociação e transformação em função do contexto histórico e cultural em que são utilizadas.

Essa leitura da realidade social, que enfatiza a prevalência dos desejos individuais e egoístas sobre os interesses coletivos, levava a interpretações equivocadas sobre o Brasil e seus cidadãos. Expressões como o "jeitinho brasileiro" e a "malandragem" foram frequentemente utilizadas para descrever comportamentos que desrespeitam a lei ou prejudicam os outros em favor de interesses pessoais. No entanto, essas expressões simplificam e estereotipam a complexidade da sociedade brasileira, que sempre foi marcada por uma grande diversidade cultural, econômica e política.

A descrença na classe política também é uma questão importante que pode afetar a participação cidadã e a qualidade da democracia. Expressões como "rouba, mas faz", "dos males o menos pior" e "prefiro votar nulo" refletem essa descrença, que muitas vezes é fruto de experiências negativas e da percepção de que os políticos não representam os interesses do povo. No entanto, é importante destacar que a participação ativa dos cidadãos na política é fundamental para o fortalecimento da democracia e para a construção de um país mais justo e igualitário.

Muitas vezes a temática da corrupção foi abordada de forma superficial, focando mais nos sentidos atribuídos a ela do que em sua real prática na atividade política. Isso gerava a falsa percepção de que algumas formas de corrupção eram menos prejudiciais do que outras, ou até mesmo de que são toleráveis em certas situações.

No entanto, essa visão é extremamente prejudicial, pois sustentava a percepção da naturalidade da corrupção e da impunidade dos responsáveis. A anistia concedida a quem comete "pequenas corrupções" é um reflexo da falta de autoconsciência e reflexão sobre as consequências das próprias práticas, bem como da percepção errônea de que essas práticas são inevitáveis ou justificáveis. Sendo a corrupção um crime e uma violação dos direitos dos

cidadãos, ela prejudica não apenas as finanças públicas, mas também a confiança nas instituições e a qualidade da democracia.

Essa temática centralizou as publicações que se destinavam a noticiar a campanha eleitoral. Tal situação reafirmava a intenção da revista em suprir a demanda da sociedade, enquanto imprimia sua semântica e significado acerca do assunto, estabelecendo inteligibilidade a determinados tipos de práticas e aos autores dessas práticas. Esses discursos que pareciam críticos, porque denunciava males do país, na verdade, instigava à negação da própria política.

Principalmente nas décadas de 50 e 60, a Manchete se destacava pela utilização de imagens e fotografias, com grande apelo visual, a fim de chamar a atenção do público e aumentar as vendas. Essa estratégia também atendia aos interesses mercadológicos, já que a venda de espaços publicitários era impulsionada pela grande circulação da revista. Dessa forma, pode-se afirmar que a Manchete seguia a lógica capitalista de maximização de lucros, utilizando a atividade jornalística como um meio para alcançar esse objetivo.

Em mais uma crônica, Pongetti relata o encontro entre dois amigos próximos. Em primeiro momento, o autor contextualizou sobre o que aqueles amigos estariam conversando:

Há muitas denúncias de desfalques e de negociatas na administração pública, muitos inquéritos e nenhuma punição. Ninguém devolve o dinheiro, ninguém vai para a cadeia. Os vizinhos do homem assistem com a maior naturalidade ao espetáculo do seu fulminante e misterioso enriquecimento. Tornou-se natural um pobre diabo amanhecer rico num carro de seis metros e meio de comprimento, a família instalada no triplex do edifício da esquina, com esquadrias de alumínio e vidros "ray-ban". Ainda há fadas com varinha de condão. O povo, materialão, é que não quer reconhecer. Há fadas, sim, e com varinhas de condão. Moram nos ministérios, nas autarquias, e só não usam aquela camisola e aquele chapéu de canudo porque precisam do incógnito para evitar uma romaria aos seus castelos de caviar e de castanhas glaçadas.¹⁴⁰

Neste início, ainda sem apresentar os personagens da crônica, Henrique Pongetti somente fala sobre o panorama no qual a situação será relatada, assim como o porquê de determinada prática ser comum e rotineira.

Outro dia parou, diante da casa de um amigo meu condenado à pobreza pelos seus escrúpulos congênitos e pela sua alegria de trabalhar, um Cadillac daqueles bem antissociais, rebrilhantes, infinitos, donos da rua, ante os quais os pedestres menos dotados de espírito religioso sempre arranjam um objeto pontudo e riscante para tatuar, no duco da carroçaria, um nome feio unguido de súbito esquerdismo. Do estojo

¹⁴⁰ Revista Manchete. Edição 422. 28/05/1960 P. 87. Crônica de Henrique Pongetti. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=004120&pagfis=26535> Acesso em: 12/09/2022.

forrado de pelica saltou uma joia de homem: seu ex-companheiro de lutas e de esperanças honestas:

— Você, neste carro?!

— É para você ver.

— Trabalhando com algum ricaço? Carro do homem à sua disposição?

— Que é isso, Job! O carro é meu! E minha mulher está fazendo as compras num outro ainda mais vistoso.

— Não é possível, Nico! Então você tirou a sorte grande. Há seis meses você me pediu uma carta de recomendação para um oficial de gabinete, meu ex-aluno, e se confessava textualmente na última lona.

— Pois foi com aquela carta de recomendação que comecei a nadar em ouro.

— Nico, não é possível! Que andou você fazendo nestes seis meses? Fale abertamente. Não temos sido sempre como dois irmãos?

— Ora, o que tenho feito! Tenho me virado.

— Virado como, Nico? Explique-me, pelo amor de Deus, virado como?

— Como! Virado, essa é boa! E você precisa deixar de ser idiota, vai se virar também.¹⁴¹

Neste trecho, foi retratada não apenas a decisão do primeiro amigo em "se virar", mas também a situação do segundo amigo que não entendia do que se tratava. Além disso, o texto destaca a oportunidade que possibilitou a mudança na vida do amigo que enriqueceu em apenas seis meses. Essa oportunidade veio na forma de uma carta de recomendação que o companheiro deu a um oficial de gabinete que havia sido aluno do amigo em desvantagem.

A passagem evidencia a corrupção presente na estrutura do governo, onde um agente público usa de sua posição privilegiada para beneficiar amigos e conhecidos em detrimento do bem-estar da população. Além disso, é notável a falta de consciência moral do personagem principal, que se sente justificado em enriquecer às custas de outros e vê sua atitude como uma forma de corrigir injustiças, mesmo que seja às custas do Estado e da sociedade como um todo. Esse tipo de postura reforça a cultura da impunidade e da malandragem tão presentes na sociedade brasileira.

Virar... O pobretão se vira e enriquece como prêmio do seu inconformismo físico. "Era uma vez um mendigo que ficava sempre no mesmo lugar e na mesma posição; um dia a fada chegou e disse: — Vire-se. Obediente como ele só, o mendigo virou-se e seus andrajos se transformaram em terno do De Cicco, e no seu bolso encontrou uma caderneta de banco com um bilhão depositado em seu nome". Virar... Para que lado, deuses da fortuna, para que lado? Muitos homens nunca descobrem como se vira, e para que lado. Homens monolíticos, sem dobradiças, sem esferas rolantes, pétreos, indignos da opulência. Homens em cujo necrológio poderá aparecer esta frase depreciativa: "Viveu sem se virar: morreu do mesmo lado."¹⁴²

Para fechar o texto, Pongetti dá seu diagnóstico para aquela terrível realidade brasileira, na qual, para ele, não havia expectativa de melhora, pois seria uma prática estrutural.

¹⁴¹ *Idem.*

¹⁴² *Idem.*

Fala-se muito de um contrabandista de café cujos lucros ilícitos se aproximam do bilhão de cruzeiros. Um grande, ilustre, invejadíssimo virador. Descoberta sua viração, deram-lhe o apelido de Mister X, procurando encobrir-lhe o nome e insinuando sua origem estrangeira e sua residência no exterior. Mas como se pode contrabandear tanto café sem a cooperação de outros irrequietos, de alguns indígenas carrapetas exímias em imitar a rosa-dos-ventos, em voltar a face para o lado do bom vento? Naquele Mister X há certamente o Nhô Y e o Doutor Z, sendo de bom aviso manter o nome de revista policial e o suspense que se transformará em pá de cal e em esquecimento. “As crianças abusaram da ciranda”, dirá Andersen mais enfrornado em nosso surrealismo econômico. Mas não esquecera o “happy end”: Mister X morreu deixando muitos filhos, muito dinheiro, e foi muito chorado pelos seus companheiros de viração, nossos patricios.”¹⁴³

Comumente, as pessoas não gostam de serem lembradas de suas mazelas. Os exploradores possuem mais conscientização de classe do que os explorados, pois, viver com a ideia constante de seu infortúnio é demasiado desencorajador, esse tipo de escapismo é existencial, enquanto, contemplar o poder é satisfatoriamente interessante por quem o possui.¹⁴⁴

A revista *Manchete* tinha um corpo editorial composto principalmente por intelectuais e figuras influentes, que produziam discursos a partir de uma perspectiva distante da realidade da maioria da população brasileira. Embora esses discursos em alguns momentos possam ter contribuído para o debate e conscientização dos leitores, eles também podem ter perpetuado interpretações estereotipadas e argumentações falsas sobre a corrupção no Brasil e seus desdobramentos. Isso acontecia porque esses indivíduos possuíam recursos para distinguir estratégias narrativas e construção de discursos, enquanto a maioria da população não tinha acesso a essa mesma educação e informação.

3. 2 Educação para a construção de (E)leitores

Segundo Michel Foucault, as "sociedades do discurso" tinham como objetivo produzir e preservar discursos que circulavam de maneira restrita, seguindo regras rígidas que garantiam que esses discursos não seriam despossuídos. Embora essas sociedades não existam mais, Foucault argumenta que a ordem atual do discurso verdadeiro, publicado e livre, ainda mantém formas de apropriação de segredos e de não-permutabilidade.

¹⁴³ *Idem*

¹⁴⁴ ANDERSON, Perry. *Brasil à parte: 1964 – 2019*. Trad.: Alexandre. Barbosa de Souza [et al.]. São Paulo: Boitempo, 2020. P. 31.

Foucault acreditava que o poder não estava somente nas mãos de indivíduos ou grupos específicos, mas era disseminado em toda a sociedade através de instituições e discursos que moldavam o pensamento e o comportamento das pessoas. Ele via o discurso como uma forma de poder, que era usado para construir a realidade e controlar as pessoas.

Dessa forma, Foucault argumentava que a ordem atual do discurso, embora pareça livre e aberta, ainda é regulada por regras invisíveis e poderosas que determinam o que pode ser dito e como deve ser dito. Essas regras são controladas por aqueles que possuem o poder de produzir e disseminar discursos, e muitas vezes são usadas para manter a ordem social e política existente.

A forma de escrever, como é atualmente concebida, ainda que não tenha um lugar na sociedade do discurso, certamente ainda atua coercitivamente.

A diferença do escritor, sem cessar oposta por ele mesmo à atividade de qualquer outro sujeito que fala ou escreve, o caráter intransitivo que empresta a seu discurso, a Singularidade fundamental que atribui há muito tempo à “escritura”, a dissimetria afirmada entre a “criação” e qualquer outra prática do sistema linguístico, tudo isto manifesta na formulação (e tende, aliás, a reconduzir no jogo das práticas) a existência de certa “sociedade do discurso”.¹⁴⁵

Foucault destacou a importância da apropriação social dos discursos em sua obra. O autor argumenta que a educação, embora seja um direito universal, é muitas vezes utilizada como um instrumento político de disciplinamento social. De acordo com Foucault, os sistemas educacionais têm o poder de selecionar e controlar os discursos transmitidos aos indivíduos na sociedade, mantendo ou modificando os saberes e poderes que são considerados relevantes para o interesse social.¹⁴⁶

Em uma das formas de pensar a política, a educação exerce papel fundamental na racionalização e interpretação da realidade e contexto em que o indivíduo está inserido. Para Bernard Mandeville, ao sugerir que a educação de qualidade dada a todos criaria uma sociedade potencialmente perigosa, parece estar pressupondo que a marginalização e a ignorância seriam necessárias para manter a ordem social vigente.

Para fazer feliz a sociedade e manter as pessoas contentes, mesmo nas circunstâncias mais humildes, é indispensável que o maior número delas seja, ao mesmo tempo que pobres, também totalmente ignorantes. O saber amplia e multiplica os nossos

¹⁴⁵FOUCAULT, Michel. *Ordem do discurso*. Edições Loyola, 1996. P. 40 – 41

¹⁴⁶*Ibidem*. P. 44.

desejos, e quanto menos coisas um homem ambicione, tanto mais facilmente se lhe poderão satisfazer as necessidades.¹⁴⁷

Já em uma perspectiva marxista, a consciência social surge a partir da experiência de exploração vivenciada pelos indivíduos em sua vida cotidiana. Nesse sentido, a educação não é vista como uma solução para os problemas políticos e sociais, pois os próprios educadores e educandos são produtos da mesma sociedade que os moldou.

Para Marx, a transformação da sociedade não pode ser alcançada apenas por meio da educação, mas requer uma mudança radical nas relações sociais e na estrutura econômica e política. É através da luta de classes e da revolução que se torna possível superar as desigualdades e injustiças presentes na sociedade capitalista.¹⁴⁸

No Brasil republicano prevaleceu a perspectiva do pensamento político liberal e com ele a concepção da falta de educação para a cidadania como um dos fatores da permanência da desigualdade e, conseqüentemente, da corrupção no país. A perspectiva da baixa escolarização como uma das causas responsáveis pela inerente corrupção por parte dos brasileiros foi fortemente reforçada por discursos circulados na *Manchete*.

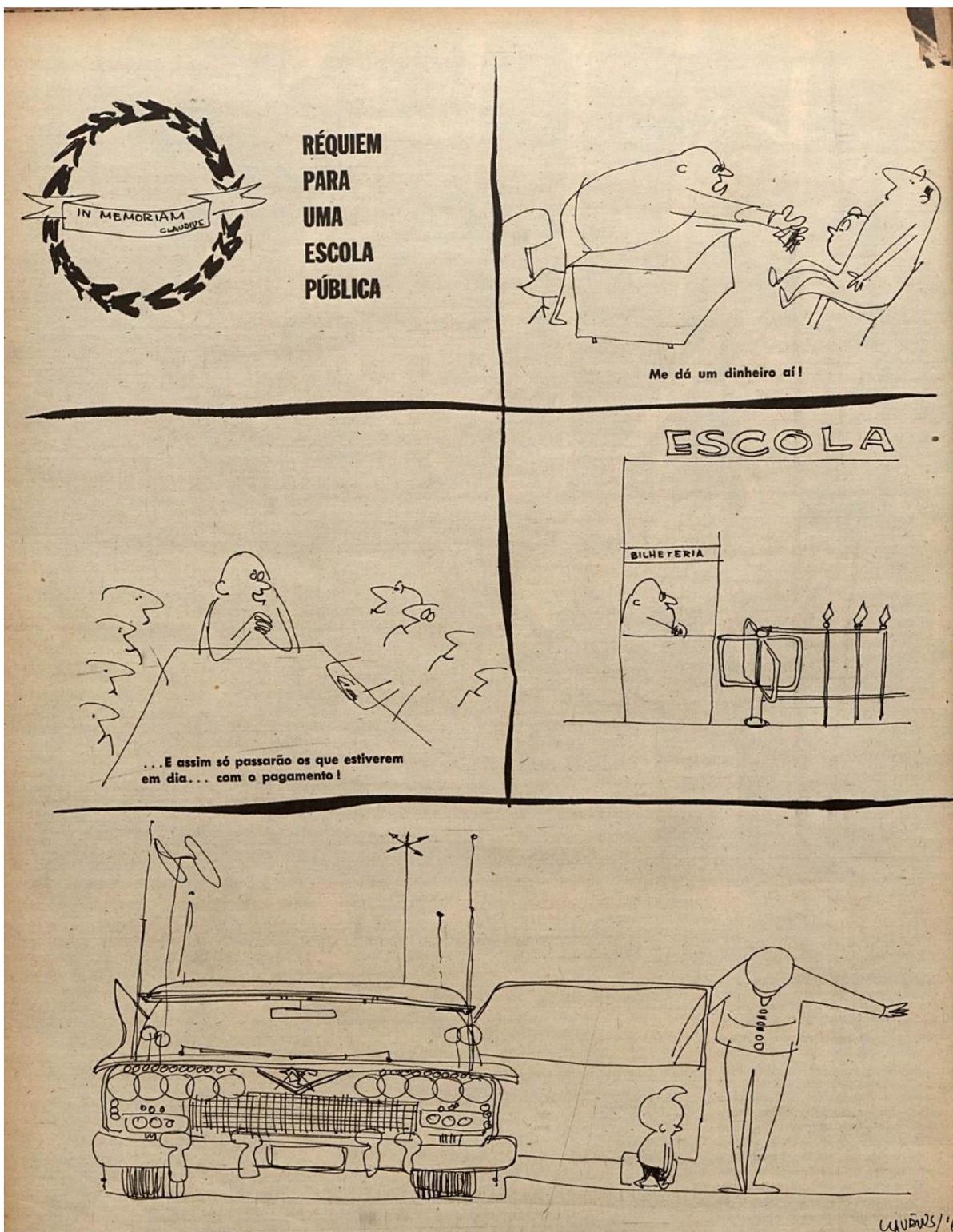
A problemática educacional como o centro das transgressões no Brasil foi uma visão compartilhada por Claudius em forma de charge, a qual foi intitulada “Réquiem para uma escola pública”.¹⁴⁹

¹⁴⁷ MANDEVILLE, Bernard. La fábula de las abejas o los vicios privados hacen la prosperidad pública. Comentário crítico, histórico y explicativo de F. B. Kaye. Publicação original em inglês de 1705 a 1729. México: Fondo de Cultura Económica, 2001

¹⁴⁸ MARX, Karl. *O capital. Crítica da economia política. II. 16.* ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998

¹⁴⁹ Revista Manchete. Edição 410. 27/02/1960. P 90. Charge. Claudius. Réquiem para uma escola pública Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=004120&pagfis=26535> Acesso em: 21/09/2022.

Imagem 11: Charge de Cláudio- Réquiem para uma escola pública.



Essa charge foi publicada em fevereiro de 1960, ou seja, ainda no período de campanha e pré-resultado do pleito. Ela retratava 4 momentos de situações exageradas que mostravam a educação como sinônimo de seletividade e poder daqueles que, ao terem domínio aquisitivo, possibilidades e privilégios de receberem educação de alto nível, estariam aptos para participar do círculo influente da sociedade e capazes de pensar no bem comum.

Entender a educação através de uma lógica dualista que divide a sociedade entre aptos e inaptos, influentes e não influentes, ricos e pobres, não é suficiente para compreender a complexidade da realidade educacional. É importante lembrar que aqueles que hoje são educadores, também foram educados em um determinado contexto social. As concepções de educação restrita a alguns e aberta a todos não são necessariamente opostas. Por exemplo, Adam Smith, um dos principais pensadores do liberalismo, defendia a educação para os menos privilegiados, enquanto Marx acreditava que a experiência de ser explorado era fundamental para o desenvolvimento de uma consciência crítica.

Adam Smith defendia a ideia de que a educação básica deveria ser acessível a todos, inclusive aos marginalizados, com o objetivo de que esses indivíduos pudessem realizar seu trabalho de forma eficiente e ter um mínimo de julgamento em relação à sua vida privada¹⁵⁰. Já Marx, ao criticar a divisão do trabalho, enfatizava a importância do ensino popular fornecido pelo Estado para evitar a completa degeneração da população. Para ele, essa educação deveria ser administrada em doses homeopáticas para que pudesse gerar uma consciência crítica e transformadora da sociedade.¹⁵¹

Ao interpretar a charge em questão, é importante levar em consideração o contexto histórico e político em que ela foi produzida. Ainda que a crítica à educação restrita às elites possa ser uma das possíveis interpretações, é preciso considerar que essa visão pode estar enraizada em uma perspectiva ideológica que não abarca a complexidade das desigualdades sociais e dos desafios da educação pública no país.

Os discursos emitidos por veículos de comunicação, por mais que possam parecer óbvios, nem sempre independem de reflexões. Na charge apresentada, por exemplo, a aparente crítica feita a uma educação restrita às elites, não necessariamente significa oposição a essa realidade. Uma das interpretações possíveis seria não só representar o desinteresse do

¹⁵⁰ SMITH, Adam. *A riqueza das nações*. Nova Fronteira, 2017. P. 36.

¹⁵¹ MARX, Karl. *O capital. Crítica da economia política*. II. 16. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998. P. 418.

governo em efetivar a educação pública, mas também como essa realidade fosse institucionalizada, concretizada e de impossível mudança.

Um dos significados da palavra réquiem diz respeito a uma missa realizada pela Igreja para os mortos. O uso da palavra "réquiem" como metáfora para a situação da educação pública no Brasil reforça a ideia de que a proposta de uma educação de qualidade para todos parecia estar morta ou inalcançável naquele momento. Abstrações como essa, ainda que parecessem fomentar a reflexão sobre a educação somente para as elites, acabam por substanciar ainda mais a perspectiva da incapacidade do brasileiro no julgamento racional sobre sua realidade. Representar a situação aparentemente como algo criado para ser intuitivo, na verdade, mostrava uma perspectiva longe de mudança.

Os meios de comunicação, em seu papel articulador, possuem maestria em usufruir dos índices educacionais da sociedade e, em especial, diretamente do seu público. Na esfera da corrupção, o nível educacional da população interfere sensivelmente na forma com que determinadas condutas sejam vistas como transgressoras ou não a partir da interpretadas por um corpo social, tempo e contexto específicos. Para Claudio Ferraz, Frederico Finan e Diana Bello quanto maiores (ou melhores) os níveis educacionais médios da população, a infraestrutura de serviços e o acesso à informação, os níveis de corrupção são expressivamente menores. Assim como, quanto maior a desigualdade de renda, maior o nível observado de corrupção.¹⁵²

Na década de 50 e 60, o Brasil vivenciou uma realidade de porcentagem alta de analfabetismo e baixa escolaridade. Somente 30% da população vivia nas cidades, existiam poucas estradas nacionais e a precariedade dos transportes e telecomunicações dificultavam a comunicação entre as cidades e as regiões do país¹⁵³. Com isso, a imprensa precisava se adaptar às limitações técnicas e educacionais da sociedade, produzindo conteúdos acessíveis para um público com baixo grau de escolaridade e, ao mesmo tempo, captando sua atenção. Isso levou à adoção de um estilo de comunicação mais simplificado e direto, com maior apelo visual e pouca profundidade de análise.

¹⁵² FERRAZ, Claudio; Frederico Finan, and Diana Bello Moreira. "Corrupção, má gestão, e desempenho educacional: evidências a partir da fiscalização dos municípios." Anais do XXXVI Encontro Nacional de Economia [Proceedings of the 36th Brazilian Economics Meeting]. No. 200807211421560. ANPEC-Associação de Economistas e o Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia [Brazilian Association of Graduate Programs in Economics], 2008. Disponível em: <https://www.anpec.org.br/encontro2008/artigos/200807211421560-.pdf> Acesso em 17/01/2023.

¹⁵³ RUBIM, Antônio Albino Canelas e COLLING, Leandro. Mídia, Cultura e Eleições. Presidenciais no Brasil Contemporâneo. In: João Carlos Correia. (Org). *Comunicação e Política*. Covilha: Universidade da Beira Interior, v. 1. 2005. P. 8-9.

Para Kosseleck, os jornais e revistas dirigem-se a todas as pessoas ao mesmo tempo, A ressonância dos discursos estendem-se aos estratos inferiores, integrados de forma inovadora e provocativa.¹⁵⁴ Por mais que o papel da imprensa fosse viabilizar informação, seja ela orientada ou não, para a sociedade, o fato é que era impossível distinguir precisamente quais (e)leitores estavam consumindo a *Manchete*. Se por um lado ela era consumida por classes médias e influentes, não necessariamente significa que somente esses grupos liam o semanal. Se a capacidade interpretativa difere entre determinadas camadas sociais, era necessário construir narrativas nas quais, ainda que produzidas por indivíduos pertencentes a camadas superiores, os discursos poderiam ambientar diferentes interpretações e narrativas.

O jornalista Jaime Negreiros questionou as intencionalidades de educação ainda não ser subvencionada pelo Estado, uma vez que a ideia de educação mecânica e transmissora deveria estar enterrada no século passado. Para ele,

A educação comum para todos já não pode ficar circunscrita à alfabetização ou à transmissão mecânica das três técnicas básicas da vida civilizada: saber ler, escrever e contar. Já precisa formar, tão solidamente quanto possível, embora ao nível elementar, nos alunos, hábitos de sociabilidade, de gosto (arte), de pensamento e reflexão (método intelectual) e sensibilidade de consciência para direitos e reclamações.¹⁵⁵

Existiam interesses particulares na continuidade dos baixos níveis escolares da população e o cerceamento da capacidade reflexiva sobre a conjuntura daquela realidade. Na campanha de 1960, essa questão foi complexa, não somente pelo debate da implementação da educação pública e gratuita no Brasil, a extensão do voto aos analfabetos, mas como o apoio de grupos comunistas às propostas de um militar nacionalista. As propostas de ampliação da educação e do voto para os analfabetos foi vista por muitos como uma ameaça aos interesses das elites, que se beneficiariam da manutenção dos baixos níveis educacionais da população e do cerceamento da participação política dos mais pobres.

A educação foi uma das propostas defendidas pelo Marechal Lott e com isso recebeu apoio de alguns grupos de vertentes esquerdistas, como o Partido Comunista do Brasil (PCB). A imprensa comunista apoiou à candidatura do Marechal, fazendo com que Luís Carlos Prestes fizesse declarações a favor do candidato. Um livreto intitulado “Porque os comunistas

¹⁵⁴KOSSELLECK, Reinhart. *História de conceitos: Estudos sobre a semântica e a pragmática da linguagem política e social*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2020. P. 99.

¹⁵⁵ Revista Manchete. Edição 361. 21/03/1959. P 25. Reportagem de Jaime Negreiros. Grande ausente de 59: o aluno. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=004120&PagFis=26535> Acesso em: 18/01/2023.

apoiam Lott e Jango”¹⁵⁶ escrito em setembro de 1959, escrito pelo líder comunista, compreendia 4 capítulos que declarava Lott como a melhor escolha para o triunfo do avanço nacionalista e do movimento operário democrático no Brasil.¹⁵⁷

A defesa de Prestes consistia em argumentar que, apesar da posição declaradamente conservadora do Marechal e de suas opiniões inaceitáveis, como a oposição às relações diplomáticas entre o Brasil e a URSS, Lott representava as forças progressistas e nacionalistas do país. Esse apoio poderia alterar profundamente o equilíbrio político em favor de mudanças significativas. Porém, a intenção dos grupos privilegiados era manter uma pequena elite em posições de poder e decisão, enquanto a maioria da população permanecia à margem. Naturalizar a sociedade de privilégios era um meio eficaz para manter as massas na ignorância e preservar esse status quo.

Consoante a essa perspectiva, para os autores James Kennedy e Ronald Kroeze:

Muitos estudos sobre bons governos e a anticorrupção eficaz afirmam que os países são mais vulneráveis à corrupção quando a elite governante é pequena, a participação popular na política é baixa e um Estado central forte com uma burocracia que funciona bem e é pouco desenvolvido (ou seja, há falta de pessoal treinado funcionários públicos que são regularmente bem pagos e seguem regras padronizadas).¹⁵⁸

A revista *Manchete* frequentemente apresentava notícias suavizadas e críticas superficiais sobre os assuntos em pauta, tanto por ser uma publicação destinada a apresentar um Brasil encantador, quanto por conta da estratégia editorial de sobrevivência no mercado. Ao invés de negar os fatos e evitá-los, a revista optava por trazer perspectivas atenuadas sobre eventos e circunstâncias de questões relevantes.

Essa tonalidade mais amena e pouco alarmista pode ser percebida quando comparamos um texto de Rachel de Queiroz, em sua coluna fixa “Última página”, na revista *O Cruzeiro*. Ambas as revistas publicaram textos versando sobre a questão educacional durante a campanha presidencial.

A de Rachel foi intitulada “As letras do ABC”¹⁵⁹:

¹⁵⁶ PRESTES, Luiz Carlos. Porque os Comunistas Apoiam Lott e Jango. Arquivo Marxista na Internet. Primeira edição: Coleção Documentos Políticos, Editorial Vitória. Transcrição de Fernando A. S. Araújo. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/prestes/livros/lott.htm> Acesso em: 02/02/2023

¹⁵⁷ CARLONI, Karla Guilherme. *Marechal Henrique Teixeira Lott: a opção das esquerdas*. 2010.

¹⁵⁸ KENNEDY, J.; KROEZE, R. The Paradox of “A High Standard of Public Honesty” A Long-Term Perspective on Dutch History. In: KROEZE, R.; VITÓRIA, A.; GELTNER, G. (Eds). *Anticorruption in History From Antiquity to the Modern Era*. Oxford: Oxford Univ. Press, 2018, P. 216.

¹⁵⁹ Revista “O Cruzeiro”. Edição 48-. 13/02/1960. P.114. *Crônica de Rachel de Queiroz. As letras do ABC*. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=003581&pagfis=1> . Acesso em: 04/05/2022.

E o dramático, nessa história de analfabetismo nacional, é que, quanto mais a população cresce, quanto mais se elevam os índices de saúde, quanto mais diminui a principal das nossas pragas, a mortalidade infantil, quanto mais se combatem a malária, o mal-de-Chagas e outras moléstias ruins que consomem o brasileiro, em suma, na proporção em que melhoram as condições gerais e a população aumenta, mas cresce, paralelamente, o analfabetismo. Segundo as estatísticas, a população do Brasil cresce quase em proporção geométrica. Onde hoje eram vinte, amanhã serão quarenta, depois de amanhã oitenta. Mas as escolas, que não chegavam sequer para os vinte iniciais, como vão dar para os cento e sessenta do fim da semana? O fato é que, segundo informação do IBGE, há, no Brasil, 65% de analfabetos, é um índice péssimo. Mas, segundo se estabeleceu no V Congresso de Municípios, reunido no Recife, em dezembro de 1959, a proporção de analfabetos nos municípios do interior, chega a alcançar de 80% a 85% do total da população.

Nessa passagem, é perceptível como Queiroz apresenta argumentos embasados e dados provenientes de fontes governamentais como o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), trazendo perspicácia ao debate.

A partir desse raciocínio, ela lançou, em nome de *O Cruzeiro*, uma campanha para ensinar analfabetos a ler. A proposta era imprimir e distribuir gratuitamente cinco milhões de Guias de Leitura por todo o Brasil. Quem se dispusesse a voluntariar-se receberia um prêmio por cada ex-analfabeto. Para ser mentor não precisaria de título, bons empregos, cargos, nada disso, bastava apenas saber ler. Os municípios que apresentassem mais indivíduos alfabetizados pela campanha também seriam premiados.

Quem não sabe ler é como quem não enxerga. Se lhes fosse dado, com um pequeno esforço, devolver a um cego a luz dos olhos, você se recusaria? Então, porque não ajuda a esse cego, seu vizinho, seu empregado, seu compadre, seu conhecido, a sair daquela escuridão de quem não sabe ler, não descobre para ele o mundo mais bonito de todos que é os livros, o mundo do conhecimento e, acima de tudo, o mundo da cidadania?

Em tom diferente, esta reportagem de *Manchete*, escrita por Jaime Negreiros, apresenta motivos pelos quais a gratuidade da educação seria dispendiosa, afetando diretamente a quantidade de recursos destinados a outras áreas “O ensino no Brasil é caro em relação à disponibilidade econômica dos pais, mas seria muito mais se os colégios pagassem aos professores o que eles deveriam ganhar. Cr\$80,00 por aula não é ordenado, é indignidade”.

Assim como não respeitar a qualificação e características de cada estudante ao massificar o currículo as aptidões desses futuros cidadãos seriam desperdiçadas e perdidas “O

brasileiro sente-se livre no campo da arquitetura, da literatura, da imprensa, da ciência, mas no da escola é um prisioneiro de repartições públicas”.¹⁶⁰

Alguns outros argumentos apresentados foram alegações utilizadas pelos partidários da educação pública, incluindo que o estabelecimento da educação subvencionada pelo Estado traria alguns problemas estruturais que causariam defasagem nos pilares educacionais:

1. pedagógico, porque a escola fica unificada;
2. político, porque é um passo para o totalitarismo;
3. econômico, porque o ensino fica muito mais caro.¹⁶¹

Os pais de estudantes em idade escolar e universitária que podiam arcar com uma educação particular somavam voz ao governo ao defender que a educação particular e individual seria mais benéfica à sociedade. Nesse ponto, é possível reconhecer a estratégia desses grupos de “culpabilização” dos analfabetos e os de baixos níveis educacionais pela corrupção no Brasil. Esse tipo de argumentação, quando difundidas à sociedade, funcionava como subterfúgio das classes superiores para encobrir sua própria participação em ações transgressoras.

Mais uma característica reforçada no texto é a comparação entre países considerados de primeiro mundo em contraponto a um Brasil atrasado.

No momento em que o ensino no Brasil volta ao debate, devido à greve de estudantes contra o aumento das taxas escolares, grande parte da opinião pública acha que a única fórmula capaz de resolver os problemas do ensino é a adotada pela Bélgica e Holanda, entre outros países: subvenção dos colégios pelo Estado, para pagarem melhor aos professores e cobrem menos aos alunos.¹⁶²

O interesse em manter as classes mais baixas sem direito a uma educação de qualidade foi um ideal defendido pela elite que se beneficiava da manutenção da ignorância e falta de senso crítico dos marginalizados para que esses não conseguissem intervir na sociedade em que vivem. Novamente, a impossibilidade de distinção de (e)leitores da Manchete, tornava dúbia as estratégias narrativas utilizadas pelo periódico que poderiam criticar ou reafirmar certos pensamentos.

Como consequência da perpetuação de uma sociedade desigual, institucionaliza-se o pensamento de que a centralização pedagógica seria a explicação para o cerceamento da

¹⁶⁰ Revista Manchete. Edição 361. 21/03/1959. P 22 — 25. Reportagem de Jaime Negreiros. Grande ausente de 59: o aluno. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=004120&PagFis=26535> Acesso em: 18/01/2023.

¹⁶¹ *Idem.*

¹⁶² *Idem.*

liberdade e individualidade dos alunos “O brasileiro sente-se livre no campo da arquitetura, da literatura, da imprensa, da ciência, mas na escola é um prisioneiro de repartições públicas.”¹⁶³

Já chegando ao final da reportagem, a argumentação apresentada foi “O ensino, no Brasil, é caro em relação à disponibilidade econômica dos pais, mas seria muito mais se os colégios pagassem aos professores o que eles deveriam ganhar, “Cr\$ 80,00 por aula não é ordenado, é indignidade”. Esses dados faziam a referência ao valor que um professor particular receberia Cr\$ 80,00, enquanto o professor do ensino público receberia Cr\$ 500,00. Com isso, ainda que reconhecesse o valor irrisório e exploratório pago aos professores particulares ganhavam por suas aulas, esse desequilíbrio era necessário para que não houvesse aumento dos gastos públicos com a educação que precisariam ser redirecionados de outras áreas.”¹⁶⁴

Argumentos como esse reforçam a perspectiva debatida por José Murilo de Carvalho, que destaca alguns traços sobre quem seria considerado cidadão no contexto da história do Brasil. Para o historiador, aqueles que são efetivamente reconhecidos e autorizados pela sociedade a exercer sua cidadania era o homem rico, de alto nível escolar, o político, o coronel, dentre outras classes que representavam uma minoria, mas que representavam a maioria da influência na sociedade.¹⁶⁵

Para Carvalho, essa pequena classe conseguia defender seus direitos e privilégios recorrendo a amigos influentes, pagando bons advogados e comprando a polícia.¹⁶⁶ Essas relações patrimoniais e particulares colaboraram fortemente para a continuidade dos “não cidadãos” à margem de todo o processo sociopolítico do país. Esses só eram lembrados em poucos momentos dos debates da vida pública, sendo o período eleitoral um bom exemplo.

Para a classe mais abastada, os “não-cidadãos” eram os responsáveis pela corrupção por não possuírem capacidade intelectual suficiente para evoluir da mentalidade colonial. Esse raciocínio foi recorrente nas páginas do periódico, que tendia a apresentar retóricas desfavoráveis à implementação de um sistema educacional público.

Em um artigo de opinião, HP se manifestou sobre esse debate educacional. Utilizando um caso específico, ele começa seu relato descrevendo a situação que lhe fizera refletir sobre a educação no país.

¹⁶³ *Idem.*

¹⁶⁴ *Idem.*

¹⁶⁵ CARVALHO, José Murilo. Brasileiro: cidadão? Revista Legislativo, 1998. P. 33. Disponível em: <https://dspace.almg.gov.br/handle/11037/1203> Acesso em: 12/12/2022.

¹⁶⁶ *Idem.*

Reconstituamos a causa desta última longa, espalhafatosa greve. Estudantes de Medicina se insurgem contra a matrícula de uma colega, transferida arbitrariamente de uma cidade do interior, e querem a reconsideração do ato. O diretor nega-se a atender, e os estudantes o sequestram durante onze horas, encarcerando-o numa saleta da escola. A greve deflagrada se propaga, aderem outros estabelecimentos de ensino. A opinião pública se divide: o diretor devia ter cumprido o regulamento não admitindo a matrícula: tendo-o descumprido, porém, confessasse o próprio erro e devolvesse o pomo da discórdia ao seu local de origem. Culpa exclusiva do diretor.¹⁶⁷

A seguir, ele descreve a opinião de quem não tinha filhos estudantes, ou que fazem parte da classe abastarda da sociedade e acham um absurdo todo esse alarde por uma menina do interior.

Reagiram azedamente: “Esses malandros não querem mais estudar: querem escolher os professores, os diretores, os livros, os horários, a banca examinadora, os pontos; querem subordinar o ensino à sua anarquia gaiata, à sua preguiça e à sua estreiteza mental. Vivem em greve, se metendo em assuntos fora da sua alçada; formam um Estadinho turbulento, soberano e intocável no Estado. Não sabem nem o que deveriam ter aprendido dos seus livros escolares, e querem ensinar o Governo a governar, e os homens públicos a terem vergonha e patriotismo. No fim do ano vão ao pau, em massa, e oferecem à Nação os tristes frutos das suas deserções escolares e das intromissões extra-didáticas. Em plena industrialização do Brasil, na era tecnológica e científica, quando a fome de conhecimentos e a chuva de chances deveriam empurrar a juventude para os bancos escolares, numa avidez de preparação digna do surto de progresso nacional, o que se vê é greve atrás de greve, escolas fechadas, reivindicações galhofeiras feitas na rua em tom de patuscada, carnavalescamente. O Governo deveria agir com energia, excluindo os agitadores contumazes e fazendo ver, de uma vez para sempre, que o primeiro dever do estudante é estudar.”¹⁶⁸

Pongetti coloca seu ponto de vista em contraponto a visão elitista.

Eu penso de outro modo, e me sinto no dever de manifestar-me diante da juventude escolar e dos seus julgadores. Houve quem se enfurecesse de indignação devido à conduta do Presidente da República na entrevista com os estudantes rebeldes. Em vez de amarrar a cara e de pregar-lhes um sermão definitivo sobre os compromissos do estudante com o futuro próximo da Nação, Sua Excelência caiu na gargalhada e pediu-lhes pormenores do sequestro do diretor. A entrevista tomou o tom de um relato da passeata dos calouros feito por calouros ao veterano retido no leito por uma gripe tibetana. Requentamento das alegrias causadas pelo ato de violência, de indisciplina e de desrespeito aos mais velhos. A mesma indignação causou a atitude do Ministro da Educação sorrindo na televisão a cada palavra do líder do movimento e, posteriormente, suas declarações insinuando a responsabilidade de professores e diretores nas greves sucessivas.

¹⁶⁷ Revista Manchete. Edição 377.11/07/1959. P.39. Artigo de opinião de Henrique Pongetti. Os estudantes têm razão? Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=004120&PagFis=26535>. Acesso em: 18/01/2023.

¹⁶⁸ *Idem*.

Pois peço licença para dizer que a atitude de ambos, e de todos nós, homens maduros e responsáveis, só pode ser essa diante dos grevistas, da juventude estudantil desgostada do estudo. Nosso ensino é confuso, sobrecarregador, ambicioso e deficiente ao mesmo tempo, caríssimo e sem idealismo, e, além disso, ministrado numa cidade barulhenta, histérica, onde até sair a passeio onera o ocioso com perigos, desconfortos e repugnâncias. A cidade mais antipedagógica do mundo é o Rio de Janeiro, e o ensino mais antididático do mundo é o do Brasil. Admira que alguém possa pensar nesta metrópole cacofônica e nevrosada; é mesmo um milagre a formação de inteligências e de culturas num meio tão indicado para o emburrecimento e a ignorância. E assim mesmo, o custo do ensino é tão elevado que nem a inflação consegue mostrar seus efeitos facilitadores no setor escolar. Baratíssima, hoje, só existe a ignorância.

A conduta do Presidente da República e do seu Ministro da Educação é idêntica à dos pais modernos, conscientes da sua culpa de não dar aos filhos a assistência necessária, fascinados como andam pelos prazeres extradomésticos. Como estes compram a estima da prole com dinheiro e sujeição, aqueles compram o silêncio dos estudantes com a ratificação tácita, ou expressa, das suas greves e das suas exorbitâncias. É uma forma de covardia moral produzida pelo sentimento de culpa. Portanto, eu concludo dizendo: reformado e barateado o ensino, contido o custo de vida, eu estarei contra os estudantes desta cidade se eles fizerem, no novo e grato estado de coisas, o que fazem hoje sob a influência do caos. Carecemos de algumas razões para julgá-los, e de muitas mais para puni-los. O diretor encafuado me perdoe a franqueza.¹⁶⁹

Em meio ao seu comentário, Pongetti destrincha alguns problemas que já estavam sendo discutidos e que impactavam diretamente na disputa eleitoral. O primeiro, se tratava dos interesses da elite em rebaixar os estudantes a baderneiros que não queriam nada mais do que tumultuar e impedir o ensino daqueles que realmente desejavam estudar.

Em seguida, falou sobre a gratuidade do ensino e a posição do governo com relação a isso. HP argumenta a favor não só do ensino público, mas também de condições que proporcionassem uma educação de qualidade. Além disso, detalhou a atitude do então presidente Kubitschek e de seu ministro da educação. Os dois não teriam tratado com seriedade o movimento dos estudantes, considerando os atos como desrespeitosos. Para ele, nas condições atuais do sistema educacional, os estudantes tinham razão e direito de se manifestarem em busca da educação gratuita, mais igualitária e de qualidade.

A estratégia mercadológica de Bloch consistia em manter boas relações com a elite para minimizar os impactos das rápidas mudanças no jogo político, garantindo assim a permanência da revista no mercado e suas altas tiragens. Durante o processo eleitoral, a questão da educação se tornou um ponto central e transformou os rumos da campanha. Embora a corrupção fosse praticada de diversas formas e em diferentes níveis, sempre envolvia trocas entre agentes públicos. O governo em exercício e os candidatos sabiam que ao

¹⁶⁹ *Idem.*

trazer a esfera pública para o espaço considerado privado, as estruturas políticas vigentes seriam abaladas.

A associação entre níveis educacionais mais baixos e a corrupção não é uma regra definitiva. É possível encontrar exemplos de indivíduos com pouca formação acadêmica que não se envolvem em atos corruptos, assim como pessoas altamente instruídas que podem se envolver em condutas corruptas. Apesar de a educação institucionalizada não ser o único elemento que influencia a presença ou intensificação da corrupção, há uma conexão observável entre esses dois elementos.

3.3 (E)leitor

A participação do eleitor na manutenção ou subversão da corrupção em um país que vive sob um regime democrático é um assunto complexo dentro da temática. Ao analisar as relações de poder envolvidas nesse processo, adentra-se na perspectiva de os eleitores funcionarem como catalisadores da formação de laços de confiança e redes de ação coletiva necessárias às práticas de corrupção. Tal perspectiva articula as relações entre ética, política e funcionalidade e permanência das instituições democráticas, uma vez que, tais transgressões estariam ocorrendo em um governo legalmente constituído pela sociedade por meio de processos eleitorais.

Essa perspectiva reforça a ideia de que a corrupção não é apenas um problema dos políticos, mas sim de toda a sociedade. Afinal, são os eleitores que escolhem os políticos e têm o poder de fiscalizar e cobrar ações éticas e transparentes. Em regimes democráticos e representativos como o Brasil, onde o político é escolhido pela maioria como o que melhor representaria os interesses coletivos da sociedade, o eleitor também é responsável pela realidade dos cenários políticos, econômicos e sociais que criam sua realidade.

Para debater a relação do brasileiro com a política, a *Manchete* publicou na sessão “carta ao eleitor” a seguinte passagem:

O brasileiro, como sabemos, é um cidadão que se emociona principalmente com o futebol e o carnaval, a menos que sua vida se torne insuportável, como já acontece em algumas fases da nossa História. Nestes casos, há burburinho e o brasileiro chega a apaixonar-se pela política, revelando imaturidade impressionante.¹⁷⁰

¹⁷⁰Revista Manchete. Edição 368. 09/05/1959. P 7. Conversa com o leitor. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=004120&PagFis=26535> Acesso em: 18/01/2023.

Carta ao eleitor. Esse campo é destinado ao editorial para se manifestar e apresentar ao leitor o ponto de vista da revista em que está sendo publicada. Essa sessão não é assinada e trata assuntos que geram interesse pela sociedade. Na passagem acima, menosprezam-se os brasileiros, os quais seriam desinteressados e permissivos da ação política até que um caso alarmante lhes desperte interesse. Essa desqualificação e mentalidade colonial seria o impedimento do avanço desses cidadãos rumo ao mesmo progresso de países considerados desenvolvidos. A acusação pela situação caótica da política nacional seria dos próprios brasileiros, de alguns grupos mais do que outros, mas ainda assim, de uma nação subdesenvolvida.

Fernando Sabino escreveu sobre o chamado “jeito brasileiro” em comparação a atitudes probas frente a determinadas situações:

Eram dois brasileiros e tinham apenas uma hora de escala no aeroporto de Lisboa, acrescida de mais uma hora de atraso. Resolveram então visitar a cidade e indagaram de um funcionário do aeroporto qual a formalidade necessária. Os senhores podem adotar o processo português ou o processo brasileiro foi a resposta.

— Como é o processo português?

— Bem, estão vendo aquela fila? Os senhores entram na fila, se apresentam ao funcionário da Polícia quando chegar a sua vez, dizem o que desejam, apresentam o passaporte e requerem licença para visitar a cidade. Mas isso toma muito tempo.

— É o que lhes digo: além disso, a Polícia faz mesmo questão de retardar o mais possível o fornecimento de licenças, para diminuir o número de visitantes. Antes de duas horas os senhores não conseguirão nada. Resta o processo brasileiro...

— E qual é o processo brasileiro?

— O processo brasileiro é ir saindo como quem não quer nada, tomar um táxi, ver a cidade e depois voltar.¹⁷¹

Essas demonstrações da personalidade brasileira como reconhecidamente transgressora, nos ajuda a compreender como houve espaço e receptividade da ideia de que os eleitores brasileiros eram facilmente manipulados, ao mesmo tempo, em que também eram manipuladores. O discurso maniqueísta contribui para a construção de sentimento de indignação, simultaneamente em que dificulta reconhecer nas próprias atitudes práticas também consideradas violações. Nesse contexto dual, situar o eleitor na atividade política é complexa, pois, paralelamente em que podem ser agentes de transformação, também podem ser acusados pela manutenção de algo.

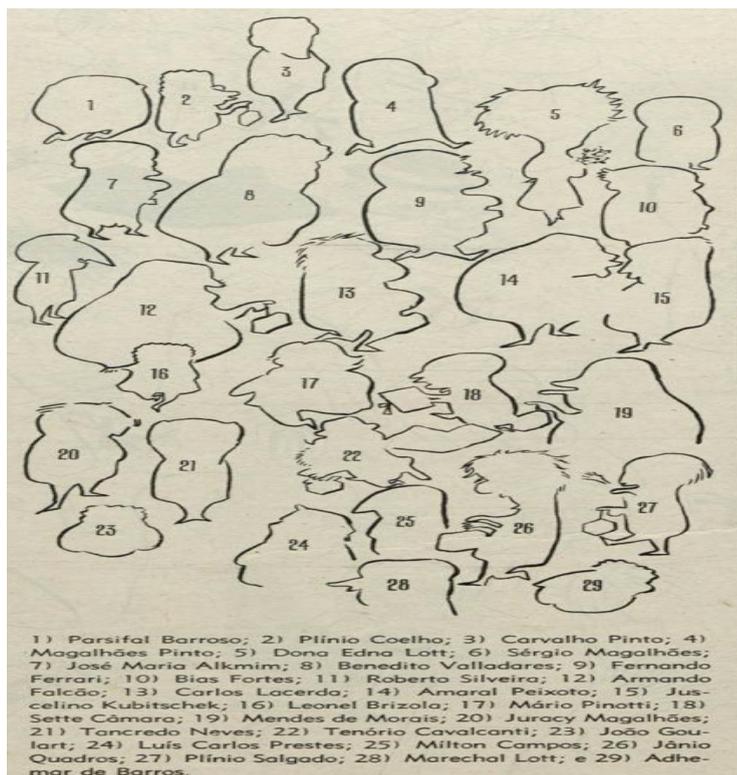
¹⁷¹Revista Manchete. Edição 371. 30/05/1959. P 58. Fernando Sabino. Portuguesa, com certeza. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=004120&PagFis=26535> Acesso em: 18/01/2023.

A seguinte charge foi publicada na revista *O Cruzeiro*, com o título de “Observando a importância do leitor antes das eleições”¹⁷². Nela, nota-se a palavra “antes” destacada em tom verde em desarmonia com o restante da frase que possuía a cor preta. O conjunto de personalidades apresentadas faziam menção a cada figura relevante no cenário eleitoral.

Imagem 12: Charge de Appe- Observando a importância do eleitor antes das próximas eleições.



¹⁷²Revista O Cruzeiro . Edição 45-. 20/08/1960. P. 16 – 17. Appe. Charge. Observando a importância do eleitor antes das próximas eleições. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=003581&pagfis=1> Acesso em 03/01/2023.



Revista O Cruzeiro. Edição 45-. 20/08/1960. P. 16 – 17. Appe. Charge. Observando a importância do eleitor antes das próximas eleições. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=003581&pagfis=1> . Acesso em 03/01/2023.

Cada uma das caricaturas segurava caixas de presente embaladas com laços presos aos seus dedos, representados metaforicamente como vara e iscas de pesca. Os presentes nas mãos de cada político faziam alusão ao desejo de cada uma dessas figuras em agradar os eleitores. Os presentes poderiam ser qualquer coisa, os eleitores é que mandavam no período pré-eleitoral. No cotidiano político é comum usar esse período para pedir favores, reivindicar ações anteriormente não atendidas e solicitar novas demandas. Com isso, também constroem-se período fértil para os candidatos prometerem diversas coisas ao eleitor.

Na alusão a vara e isca de pesca, a intenção era fisgar o eleitor. Não se tratava de verdadeiras benevolências que poderiam atender às necessidades da sociedade, mas sim de uma armadilha preparada aos votantes. Logo, não havia intenção de concretizar as promessas, mas somente usá-las como arapucas para convencer aqueles que, no intervalo temporal que compreende a campanha até o dia da votação, possuíam autoridade e relevância.

Nessa charge, os políticos e candidatos foram retratados claramente como manipuladores, mas nas páginas seguintes não há mais nenhuma referência a esses “eleitores” citados no título. Quem são e o que devem fazer antes, durante e depois. Esses questionamentos ficaram em zona cinzenta e sem representação alguma, inclusive no restante

da edição que continha 148 páginas.

Na edição 366 de 25 de abril de 59, a *Manchete* publicou um texto interessante sobre pontos de convergência importante entre as estruturas de funcionamento da política municipal, estadual e federal, destacando a relação entre a escolha dos candidatos pelo eleitor e a responsabilidade desses cidadãos perante as ações dos eleitos. O título da reportagem era “O eleitor faz a depuração, mas os vícios persistem”.

Dando início a essa reportagem, o primeiro parágrafo já fazia alusão ao tom de denúncia que a redação se desenrolará:

A cada quatro anos, desde 1945, os cariocas elegem novos representantes. Nesse processo, muito poucos vereadores têm resistido à substituição. Cada nova equipe, no entanto, parece levar à Câmara Municipal o propósito inflexível de conservar a sua tradição de fábrica de escândalos e fonte de ridículo.¹⁷³

O texto continha denúncias explícitas sobre às figuras políticas do Rio de Janeiro, exibindo nomes e “crimes” que cada político teria cometido. Nepotismo, mau gerenciamento de verbas públicas, desrespeito dos funcionários públicos para com sua função e, até mesmo, desvio de conduta sexual por parte de alguns figurões do círculo político foram expostas para o (e)leitor.

Todas essas denúncias viajavam por casos de corrupção no legislativo brasileiro, referindo-se a esses casos como rotineiros e permanentes. Para fechar a mensagem, sem restar alguma dúvida da responsabilidade a qual recaia sobre os eleitores, ele escreve:

O processo de decantação, que se tem verificado nas quatro chamadas do eleitorado às urnas, forçoso é reconhecer, já fixou o prestígio de alguns bons elementos. É pena estar esse grupo em flagrante minoria, mas, consola-se saber que no Juízo Final nem todos purgarão graves pecados contra a cidade que os escolheu para representá-la.¹⁷⁴

Com o fervor o qual a campanha eleitoral estava se desenrolando, foi comum os jornais e revistas estamparem em suas nas paginações sobre como aquela campanha estava sensivelmente atravessada pela cobrança por reais medidas que protegessem os brasileiros da insegurança da transição de governo.

¹⁷³ Revista Manchete. Edição 366. 25/04/1959. P 8. Reportagem de Jaime Negreiros. . Câmara municipal: mercado de favores. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=004120&PagFis=26535> Acesso em: 18/01/2023.

¹⁷⁴*Ibidem*. P. 9

Em breve, estará Ademar novamente entre dois fogos: de um lado, a espada do General Lott, do outro a vassoura de Jânio Quadros. Repetirá os duplamente infelizes, como Rui e o Brigadeiro? Ou os que, como Prudente de Moraes e Afonso Pena, perderam da primeira vez que viram seus nomes sufragados, mas ganharam na segunda? Seja como for, independentemente das restrições que se lhe façam, estará dando, como os demais, uma contribuição valiosa ao pleno exercício das franquias democráticas.

Para existir verdadeira democracia, é preciso haver variedade de candidatos, em correspondência com a variedade de tendências dos partidos. O absurdo seria a candidatura única, a artificiosa “união nacional” que pretendesse ignorar fundas divergências ideológicas, na ilusão de unir os contrários. Eis por que são merecedores de tributos de apreço não só os vencedores, que se instalam no uso e gozo do poder, mas também esses bravos gladiadores políticos que escabujam na arena, em lutas desiguais. Seus nomes não devem ser desmembrados, para que os seus sacrifícios cívicos não se apaguem de todo sob a poeira do tempo...¹⁷⁵

Em mais uma crônica, Rubem Braga relatou uma situação de seu cotidiano de forma bem-humorada sobre um encontro com um candidato de um pleito fictício. Ao encontrá-lo, o candidato fez uma conta matemática bem elaborada para descobrir quantos votos precisaria para ser eleito. Em sua conta, algumas figuras com toda certeza lhe entregariam seus votos, incluído seus amigos políticos, colegas de clube, conexões de sua sogra e dentre vários outros grupos.

Ao rever Braga, três dias antes das eleições, o esperançoso candidato entrega um santinho a ele e diz para seu grupo de amigos “este aqui é meu, de cabresto”. No dia seguinte às eleições, ele lhe escreveu:

Meu caro candidato:

Você deve ter notado que na 122.^a Seção da Quinta Zona, onde votei, você não teve nenhum voto. Palavra de honra que eu ia votar em você; levei sua cédula no bolso. Mas você estava tão garantido que preferi ajudar outro amigo com o meu votinho. Foi o diabo. Tenho a impressão de que os outros eleitores pensaram o mesmo, e nessa marcha da apuração, se você chegar a 300 votos, ainda pode se consolar, que muitos outros terão muito menos que isso. Aliás, quem também estava lá e votou logo após de mim foi o Gonçalves, dos selos.

Sabe uma coisa? Acho que esse negócio de voto secreto, no fundo, é uma indecência, só serve para ensinar o eleitor a mentir; a eleição é uma grande farsa, pois se o cidadão não pode assumir a responsabilidade de seu próprio voto, de sua opinião, que porcaria de República é esta?

Vou lhe dizer uma coisa com toda a franqueza: foi melhor assim. Melhor para você. Essa nossa Câmara Municipal não era mesmo lugar para um sujeito decente como

¹⁷⁵Revista Manchete. Edição 377. 11/07/1959. P 88. Reportagem de Raimundo Magalhães Júnior. Os heróis da sucessão. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=004120&PagFis=26535>
Acesso em: 18/01/2023.

“você! É superdesmoralizada ! Pense um pouco e me dará razão. Seu, de cabresto, o Rubem”¹⁷⁶

O então candidato citou como os membros de seu ilustre grupo que lhe entregariam o voto sem pestanejar. Nesse grupo, ele apresentou diversas figuras de destaque no meio político. Esses indivíduos não pertenciam às parcelas do eleitorado considerados incivilizados e inaptos ao voto. Pelo contrário, sua vitória seria garantida por indivíduos de grande influência na sociedade, incluindo o voto de Braga.

Rubem Braga cita que “os outros eleitores”, fazendo alusão àqueles que o candidato havia deixado de fora e que provavelmente também pensaram da mesma forma que Braga, de que aquele candidato era muito honesto para fazer parte de uma instituição política tão desmoralizada, e isso incluindo o Gonçalves dos selos.

Tenho a impressão de que os outros eleitores pensaram o mesmo, e nessa marcha da apuração, se você chegar a 300 votos, ainda pode se consolar, que muitos outros terão muito menos que isso. Aliás, quem também estava lá e votou logo após de mim foi o Gonçalves, dos selos.¹⁷⁷

O cronista apresentou ao avesso as ideias sobre a deturpação do sistema de governo republicano ao enumerar defeitos que, na verdade, seriam qualidades essenciais para a verdadeira república democrática. "Pois se o cidadão não pode assumir a responsabilidade de seu próprio voto, de sua opinião, que porcaria de República é esta?" A responsabilidade de sustentar o voto significava a exposição do voto dos cidadãos. Se o voto não fosse secreto era certo que aqueles interessados no controle dos canais de poder político e dos centros privilegiados de tomada de decisão, o fariam com muito mais facilidade.

Toda a argumentação ao avesso retratou características que um sistema democrático, na verdade, não deveria possuir, caso contrário, o que já era afetado por inúmeros problemas, favoreceria a permanência de estruturas transgressoras. O (e)leitor, então, deveria ser esperto o suficiente para proteger seu voto, a democracia e o seu país. Essa forma narrativa acabava por influenciar negativamente o debate público e impedir uma compreensão mais ampla e complexa da experiência da corrupção no período.

A Revista *Manchete* estava bastante envolvida no cenário político do Brasil durante os anos em que esteve em circulação e teve um papel importante na formação da opinião pública

¹⁷⁶Revista Manchete. Edição 445. 29/10/1959 P. 47. Crônica de Rubem Braga. Bilhete a um candidato. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=004120&PagFis=26535> Acesso em: 12/09/2022.

¹⁷⁷*Idem.*

sobre a corrupção no Brasil. Muitas vezes, o semanal produziu e divulgou ideias simplistas sobre o debate da corrupção e dos corruptos no país, sempre de acordo com suas próprias conveniências. Ao apresentar visões muitas vezes reducionistas e superficiais, os discursos corroboravam e destacavam certas percepções da realidade, moldando o pensamento dos (e)leitores e influenciando suas formas de viver e se relacionar na sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os veículos de comunicação fazem parte da ação política na sociedade. Para analisar tais veículos é necessário interpretá-los de forma crítica, distanciando-se da ideia de que eles possuem papel passivo e de mero transmissor discursivo. Ao contrário, é primordial aprofundar-se em questões como a pressão exercida por grupos específicos na gestão da comunicação e aos interesses de parcelas sociais dominantes. Análises feitas por meio de fontes como a imprensa partem do exame dos discursos, considerando a narração dos acontecimentos em contraponto ao próprio acontecimento.

A eleição de 1960 ocorreu em um contexto de fragilidade das instituições, pois, ainda que estivessem funcionando, não abarcava às demandas que surgiam como reflexo de uma sociedade em transformação e despreço pela política. Os candidatos que concorreram à presidência, Jânio Quadros, Henrique Teixeira Lott e Ademar de Barros, já eram figuras pertencentes ao meio político. Seja como candidatos eleitos para outros cargos políticos, seja membro de alto escalão do governo de JK, os presidenciáveis faziam parte do cenário político já conturbado e estremeado por opiniões públicas negativas e pela iminência de um ataque ao regime de governo democrático.

A *Manchete*, assim como várias outras revistas e jornais, dialogava com o (e)leitor através de escritas determinadas e interpretações narrativas como uma forma de ação e interação com seus (e)leitores. O periódico inseria-se em posição privilegiada na sociedade brasileira em meio ao ascendente jornalismo na segunda metade do século XX

A revista, nesse e em anteriores períodos eleitorais, intensificou não só número de páginas sobre às eleições distribuídas ao longo das edições, mas também usou algumas de suas sessões fixas para fomentar certas narrativas, recorrendo a metáforas, analogias, humor, dentre várias outras estratégias linguísticas que buscavam fixar sentidos.

A investigação de realidades articulada pelo uso de conceitos nos ajuda a refletir como as ideias tendem a institucionalizar-se. As ideias passam a ser organizadas de acordo com as estruturas sociais e temporais impostas ao ser inserido em sociedade.

O processo de recepção e interpretação de ideias na sociedade é influenciado por sentidos pré-estabelecidos. As ideias contêm significados que só podem ser compreendidos por meio de conhecimentos que vão além dos saberes já adquiridos. As realidades que percebemos são o resultado da interação complexa entre palavras e pensamentos. Nesse sentido, os conceitos nos ajudam a refletir sobre como as ideias tendem a se institucionalizar,

ou seja, a ser organizadas de acordo com as estruturas sociais e temporais impostas pelo meio em que o indivíduo está inserido.¹⁷⁸

Essa institucionalização pode levar à aceitação de ideias que não são necessariamente verdadeiras, mas que são consideradas normais ou corretas dentro de um determinado contexto. A continuidade no uso dos conceitos sustenta-se por evidências baseadas em usos reiterados do vocabulário. Contextos e significações de relevância para sociedades são debatidos por meio de ideias pertencentes à realidade daquele conjunto social.

No Brasil, as definições, narrativas e ideias sobre a experiência da corrupção possuem particular interesse da sociedade, não só por o país ser interpretado como um lugar onde a transgressão impera, mas também pela centralidade atribuída a ela como o principal identificador da matriz da política brasileira. A *Manchete* foi um dos semanais que adotou a campanha eleitoral como o eixo central em suas edições. A temática da corrupção dominou suas narrativas que se apresentavam predominantemente por discursos ambíguos e implícitos. Ainda que em alguns momentos apresentasse ideias mais diretas e claras, a discussão foi levada para os (e)leitores de maneiras personificadas e com interpretações intencionalmente previsíveis.

As representações presentes na revista eram produzidas por uma perspectiva elitista e, portanto, sujeitas a certos interesses e valores que podem diferir daqueles de outras camadas sociais. A revista atendia, assim, a um público específico e selecionado, o que pode ter influenciado na escolha dos temas e na forma como eles foram apresentados.

A Revista *Manchete* não era um veículo neutro e imparcial, mas sim um espaço onde ideologias e visões de mundo eram expressas e disseminadas. Por isso, ao analisar as representações presentes na revista, é fundamental considerar o contexto social, político e econômico em que foram produzidas, bem como os interesses e valores que as permearam.

De acordo com Soares, as representações aparecem no contexto discursivo como formas causais, meras insinuações, pequenas pistas, ou até mesmo como cenário dado como normal ou padrão, especialmente com o auxílio de imagens fotográficas, resultando na naturalização da representação. Por esse meio, as intervenções invisíveis do autor de um discurso são potencialmente capazes de influenciar de maneira sutil as percepções sobre pessoas, grupos sociais e categorias, contribuindo para o estabelecimento ou fixação de estereótipos.¹⁷⁹

¹⁷⁸ FLUSSER, Vilém. *Língua e realidade*. 3ª ed., São Paulo: Annablume, 2007. Publicado originalmente em 1963. P. 56.

¹⁷⁹SOARES, Murilo César. *Representações, jornalismo e a esfera pública democrática*. 2009. P. 198.

A semântica e a pragmática da ideia de corrupção encontrada nas edições pesquisadas foram representações de um mal inevitável duradouro. Como consequência desse cenário imutável, não só os políticos seriam responsáveis pelas transgressões, ainda que fossem considerados os agentes majoritários, mas o brasileiro marginalizado e desprovido de consciência crítica. Esses seriam os culpados pela permanência da corrupção no Brasil.

Visões apresentadas ora de forma sutil, ora de forma mais direta, com citações nominiais, a imprensa foi um veículo utilizado como arma política que, por meio de discursos eloquentes, construía retóricas intempestivas e emocionadas nos mais diversos contextos representados. Os jornalistas, pensadores e escritores muitas vezes impunham um conjunto de critérios de seleção de informações, discursos e narrativas para estabelecer maneiras de interpretar o mundo que passavam a serem considerados naturais pela sociedade.¹⁸⁰

Articulados em sentido dúbio, em alguns momentos parecia apresentar textos que fomentavam o debate sobre o cenário brasileiro frente à problemática da corrupção, mas, na verdade, acabava auxiliando na institucionalização de estereótipos, como o de um país governado pela corrupção. Ao instigar visões maniqueístas da relação entre o Estado e seus agentes contra a sociedade; entre corruptos e não-corruptos, corroborava-se para o fortalecimento do lugar-comum sobre a relação entre o Brasil e a corrupção.

Refletindo nesse contexto, estudo das ideias sobre a temática da malversão da coisa pública tem sido uma importante ferramenta para entender como a corrupção foi articulada a diferentes conceitos ao longo da história. O que foi observado durante a análise das edições foi como a ideia de corrupção construída pela *Manchete* fazia parte de algo bem maior e que se estendia para além da própria revista. Os discursos veiculados por ela não tinham como foco divulgar à sociedade acusações de agentes públicos e suas violações, mas, na verdade, usarem tais acusações como forma de contribuir alguns grupos a alcançarem ou manterem-se no poder.

Ao apontar compulsoriamente a sociedade brasileira como corrupta e reduzir as práticas corruptas meramente como a violação dos bens públicos utilizados para fins privados, a estratégia foi esconder da sociedade que tais práticas estavam relacionadas à incompatibilização das transgressões com o modelo de república. O propósito era reforçar a continuidade de certas parcelas à margem da intervenção nas instituições e assim construir

¹⁸⁰ MIGUEL, Luis Felipe. O jornalismo como sistema perito. P. 200-202. Tempo social, v. 11, p. 197-208, 1999. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ts/a/XwvpYqjz4DpvNBbzXRd4cn/abstract/?lang=pt> Acesso em: 10/03/2023.

bases estratégicas para induzir o colapso da democracia no Brasil e posteriormente instaurar-se uma ditadura militar.

BIBLIOGRAFIA

CORPUS DOCUMENTAL

LEGISLAÇÃO

BRASIL. Constituição (1988). Constituição de 1988 da República Federativa do Brasil. Câmara dos Deputados. Brasília. Artigo 81 e Artigo 14, § 5º. De acordo a com redação da emenda constitucional nº. 16, de 4 de junho de 1997. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acessado em: 18/06/2022.

Brasil. TSE. Dados Estatísticos. Vol. 5: Eleições federais e estaduais, realizadas no Brasil em 1960. Departamento de Imprensa Nacional. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/13037>. Acessado em: 18/06/2022.

Documentos. BRASIL. Constituição (1946). Constituição de 1946 dos Estados Unidos do Brasil. Câmara dos Deputados. Rio de Janeiro, 18 de set. 1946. Capítulo III. Seção I. Artigo 139. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm. Acessado em: 18/06/2022.

FOLHETIM

PRESTES, Luiz Carlos. Porque os Comunistas Apoiam Lott e Jango. Arquivo Marxista na Internet. Primeira edição: Coleção Documentos Políticos, Editorial Vitória. Transcrição de Fernando A. S. Araújo. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/prestes/livros/lott.htm> Acesso em: 02/02/2023

JINGLES ELEITORAIS

Compilação de jingles da campanha de 1960. Jingle eleitoral: Vamos saudar Adhemar. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=kfrJ4aaZNNQ>. Acesso em: 02/03/2022.

Jingle eleitoral: Jan Jan. Campanha Jânio Quadros e João Goulart. Disponível em: http://www.discosdobrasil.com.br/discosdobrasil/consulta/detalhe.php?Id_Musica=MU027079 Acesso em: 31/09/2022.

Jingle eleitoral: Varre Varre. Campanha Jânio Quadros. Disponível em: http://www.discosdobrasil.com.br/discosdobrasil/consulta/detalhe.php?Id_Musica=MU027077 Acesso em: 02/03/2022.

Jingle eleitoral: Vassoura Americana – Campanha Marechal Henrique Teixeira Lott. Disponível em: http://www.discosdobrasil.com.br/discosdobrasil/consulta/detalhe.php?Id_Musica=MU. Acesso em: 31/09/2022.

JORNAIS

Folha de São Paulo

FAORO, Raiumundo. Mestre Sérgio. Caderno “Mais”, da *Folha de S. Paulo*. 23 de junho de 2002. Disponível em: [b28fefe9233a0ac0c53fc319b7efd173](https://www.folha.com.br/imagens/mais/2002/06/23/28fefe9233a0ac0c53fc319b7efd173). Acesso em: 30/12/2022.]

REVISTAS

Revista *O Cruzeiro*

Revista *O Cruzeiro*. Edição 48-. 13/02/1960. P.114. Crônica de Rachel de Queiroz. As letras do ABC. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=003581&pagfis=1> . Acesso em: 04/05/2022.

Revista *O Cruzeiro*. Edição 45-. 20/08/1960. P. 16 – 17. Charge de Appe. Observando a importância do eleitor antes das próximas eleições. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=003581&pagfis=1> . Acesso em 03/01/2023.

Revista *Manchete*

Revista *Manchete*. Edição 001. 26/04/1952. P. 03. Texto escrito pela Direção da Manchete. Conversa com o leitor. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=004120 PerFis=26535>. Acesso em: 12/09/2022.

Revista *Manchete*. Edição 0127. 25/09/1954. P. 3. Crônica de Henrique Pongetti. 3 de outubro. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=004120 PerFis=26535>. Acesso em: 12/11/2022.

Revista *Manchete*. Edição 13. 10/01/1959. Capa. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=004120 PerFis=26535>. Acesso em: 12/09/2022.

Revista *Manchete*. Edição 390. 28/02/1959. P. 66 – 67. Entrevista de João Goulart à Aluizio Flores. Constituição não é donzela. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=004120&PagFis=26535>. Acesso em 03/09/2022.

Revista *Manchete*. Edição. 359. 07/03/1959. P. 25. Charge de Claudius. Operação Nordeste. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=003581&pagfis=1> .

Revista *Manchete*. Edição 361. 21/03/1959. P 22 — 25. Reportagem de Jaime Negreiros. Grande ausente de 59: o aluno. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=004120 PerFis=26535>. Acesso em: 18/01/2023.

Revista *Manchete*. Edição 361- 21/03/1959. P.21. Crônica de Henrique Pongetti. O Sr. JK e a meta-pão. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=004120&pagfis=26535> Acesso em: 16/09/2022.

Revista *Manchete*. Edição 361. 21/03/1959. P.25. Reportagem de Jaime Negreiros. O grande ausente de 59: o aluno. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=004120 PerFis=26535>. Acesso em: 12/09/2022.

- Revista *Manchete*. Edição 366. 25/04/1959. P 8. Reportagem de Jaime Negreiros. Câmara municipal: mercado de favores. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=004120&PagFis=26535>
- Revista *Manchete*. Edição 367. 02/05/1959 P. 3. Crônica de Henrique Pongetti. Virara, verbo da economia surrealista. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=004120 PerFis=26535>. Acesso em: 12/09/2022.
- Revista *Manchete*. Edição 368. 09/05/1959. P 7. Conversa com o leitor. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=004120&PagFis=26535>
- Revista *Manchete*. Edição 371. 30/05/1959. P 58. Crônica de Fernando Sabino. Portuguesa, com certeza. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=004120&PagFis=26535>
- Revista *Manchete*. Edição 378 – 08/07/1959. P.41. Crônica de Henrique Pongetti. Nacionalismo, patriotismo e entreguismo. Disponível em: Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=004120&pagfis=26535> Acesso em: 16/09/2022.
- Revista *Manchete*. Edição 377. 11/07/1959. P 88. Reportagem de Raimundo Magalhães Júnior. Os heróis da sucessão. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=004120&PagFis=26535>
- Revista *Manchete*. Edição 377. 11/07/1959. P. 79-81. Reportagem Caio de Freitas. Pongetti em primeiro plano. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=004120 PerFis=26535>. Acesso em: 12/11/2022.
- Revista *Manchete*. Edição. 377. 11/07/1959. P. 84. Charges e Crônica. Ria, por favor. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=003581&pagfis=>
- Revista *Manchete*. Edição 377.11/07/1959. P.39. Artigo de opinião de Henrique Pongetti. Os estudantes têm razão? Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=004120 PerFis=26535>. Acesso em: 18/01/2023.
- Revista *Manchete*. Edição 46. 29/08/1959. Capa. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=004120 PerFis=26535>. Acesso em: 12/09/2022.
- Revista *Manchete*. Edição 52. 10/10/1959. Capa. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=004120 PerFis=26535>. Acesso em: 12/09/2022
- Revista *Manchete*. Edição 445. 29/10/1959 P. 47. Crônica de Rubem Braga. Bilhete a um candidato. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=004120 PerFis=26535>. Acesso em: 12/09/2022.
- Revista *Manchete*. Edição 393. 31/10/1959 P. 37. Crônica de Rubem Braga. A lavoura é a solução do Brasil. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=004120 PerFis=26535>. Acesso em: 12/09/2022.

Revista *Manchete*. Edição 399. 11/12/1959. P. 6. Reportagem de Murilo Melo Filho. Gangorra da sucessão. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=004120&PagFis=26535>. Acesso em 30/05/2022.

Revista *Manchete*. Edição 401. 20/12/1959. P.66. Charge de autoria desconhecida. O suicídio do intelectual. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=004120 PerFis=26535>. Acesso em: 18/09/2022.

Revista *Manchete*. Edição 0404. 16/01/1960. P. 67. Artigo de Murilo Melo Filho. Perspectiva do ano político. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=004120 PerFis=26535>. Acesso em: 02/01/2023.

Revista *Manchete*. Edição 406. 30/01/1960. P 26-27. Caderno especial. Três candidatos no raio X. Mercado de favores. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=004120&PagFis=26535>. Acesso em 30/05/2022

Revista *Manchete*. Edição 16. 30/01/1960. Capa. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=004120 PerFis=26535>. Acesso em: 12/09/2022.

Revista *Manchete*. Edição 406. 30/01/1960 P. 80 – 84. Reportagem de Carlos Alberto Wanderley. Não há (propriamente) malucos na Câmara. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=004120 PerFis=26535>. Acesso em: 17/02/2022.

Revista *Manchete*. Edição 409. 20/02/1960. Capa. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=004120 PerFis=26535>. Acesso em: 12/09/2022.

Revista *Manchete*. Edição 23. 19/03/1960. Capa. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=004120 PerFis=26535>. Acesso em: 12/09/2022. dfdsfd

Revista *Manchete*. Edição 416 19/04/1960. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=004120 PerFis=26535>. Acesso em: 12/09/2022.

Revista *Manchete*. Edição 420 07/05/1960. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=004120 PerFis=26535>. Acesso em: 12/09/2022.

Revista *Manchete*. Edição 47. 03/09/1960. Capa. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=004120 PerFis=26535>. Acesso em: 12/09/2022.

Revista *Manchete*. Edição 0392- 17/09/1960. P. 36. Crônica de Henrique Pongetti. O vacas gordas. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=004120&pagfis=26535> Acesso em: 16/09/2022.

Revista *Manchete*. Edição 442. 08/10/1960. P118. Charge de Claudius. Claudius em meio a campanha eleitoral. Disponível em:

http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=004120_PerFis=26535. Acesso em: 12/09/2022.

Revista *Manchete*. Edição 0444.08/10/1960. P.49. Crônica de Fernando Sabino. O deputado mata-borrão. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=004120_PerFis=26535. Acesso em: 12/09/2022.

Revista *Manchete*. Edição 441-. 22/10/1960. P. 98. Charge de Claudius. Cláudio de volta da Europa entra na campanha eleitoral. Disponível em:<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=004120> Acesso em: 16/09/2022.

Revista *Manchete*. Edição 344-. 22/10/1960. P.71. Crônica de Rubem Braga. Este inexplicável baú. Disponível em: Acesso em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=004120&pagfis=26535> Acesso em: 16/09/2022.

Revista *Manchete*. Edição especial 1707. 29/01/1983. P.17. Adolph Bloch escreve: 30 anos. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=004120_PerFis=26535. Acesso em: 12/09/2022.

Revista *Manchete*. Edição 2277. Edição Histórica. 25/11/1995. P .05. Adolpho Bloch: Da primeira impressora à internet. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=004120_PerFis=26535. Acesso em: 12/09/2022.

ARTIGOS, DISSERTAÇÕES, TESES, VERBETES E ENTREVISTAS

ANDRADE, Ana Maria Ribeiro de; CARDOSO, José Leandro Rocha. Aconteceu, virou Manchete. In: Revista Brasileira de História. São Paulo. V. 21, no 41. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/a/z4SF7rY8TzXZKXmQR4Z8R9w/?lang=pt&format=pdf> Acessado em: 11/11/2018.

BLOCH, Adolpho. De Ki NASCIMENTO, Greyce Falcão do. "Aconteceu, virou MANCHETE": O golpe de 1964 e o governo Castelo Branco nas páginas da revista. 2015. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pernambuco. Disponível em:<https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/16642/1/DISSERTA%C3%87%C3%83O%20Greyce%20Falc%C3%A3o%20do%20Nascimento%20.pdf> Acesso em: 18/01/2023.

BLOCH, Adolpho. De Kiev ao Rio. *Manchete*. Rio de Janeiro: ed. especial, pp. 242-253 e 256, nov. 1997. Apud. ANDRADE, Ana Maria Ribeiro de; CARDOSO, José Leandro Rocha. Aconteceu, virou manchete. In: Revista Brasileira de História. São Paulo. V. 21, no 41. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/a/z4SF7rY8TzXZKXmQR4Z8R9w/?lang=pt&format=pdf> Acessado em: 11/11/2018.

CARVALHO, José Murilo. Brasileiro: cidadão? *Revista Legislativo*, 1998. Disponível em: <https://dspace.almg.gov.br/handle/11037/1203> Acesso em: 12/12/2022.

CARVALHO, José Murilo. Corrupção. Entrevista concedida à Lilia Schwarcz. *Entrevista. Canal Futura*. 15 de abril de 2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=rnWnK8alEcA> Acesso em: 09/03/2022.

CHAPARRO, Manuel Carlos. O acontecimento como discurso. *Comunicação e Sociedade*, v. 2, p. 295-304, 2000. P. 300. Disponível em : https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&as_sdt=0%2C5&q=CHAPARRO%2C+Man

[uel+Carlos.+O+acontecimento+como+discurso.+Comunica%C3%A7%C3%A3o+e+Sociedade%2C+v.+2%2C+p.+295-304%2C+2000.+P.+300.+&btnG=](#) Acesso em: 31/03/2023.

FERRAZ, C., FINAN, F. & MOREIRA, D. B. (2008, dezembro). Corrupção, má gestão, e desempenho educacional: Evidências a partir da fiscalização dos municípios. In XXXVI Encontro Nacional de Economia da ANPEC, Salvador, BA. Disponível em: <http://www.anpec.org.br/encontro2008/artigos/200807211421560-.pdf>. Acesso em 17/01/2023.

GOMES, Ângela de Castro. Uma breve história do PTB. Rio de Janeiro: CPDOC, 2002. Trabalho apresentado na Palestra no I Curso de Formação e Capacitação Política, realizado na Sede do PTB. São Paulo, 13.jul.2002. Disponível em: https://cpdoc.fgv.br/producao_intelectual/arq/1280.pdf Acessado em: 10/05/2022.

HENRIQUE Pongetti. Verbete da Enciclopédia. In: ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileira. São Paulo: Itaú Cultural, 2022. <https://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa359375/henrique-pongetti> Disponível em: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa359375/henrique-pongetti> . Acesso em: 28 de dezembro de 2022.

NASCIMENTO, Greyce Falcão do. “Aconteceu, virou MANCHETE”: O golpe de 1964 e o governo Castelo Branco nas páginas da revista. 2015. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pernambuco. <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/16642> Acesso em: 12/09/2022.

OLIVEIRA, Rodrigo Perez. O significado do conceito “corrupção” na semântica política da crise brasileira (2013-2016). Anos 90: Revista do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, v. 25, n. 48, p. 379-408, 2018. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/5740/574069051015/html/> Acesso em: 08/11/2022.

PÁDUA, Gesner Duarte. 06. Manchete: a cortesã do poder. Revista Brasileira de História da Mídia, v. 2, n. 2, 2013. Disponível em: <https://comunicata.ufpi.br/index.php/rbhm/article/view/4121> Acesso em: 11/03/2023.

PAIXÃO, Cristiano; BARBOSA, Leonardo. Crise política e sistemas de governo: origens da “solução parlamentarista” para a crise político-constitucional de 1961. Universitas Jus, v. 24, n. 3, 2013. Disponível em: <https://www.jus.uniceub.br/jus/article/view/2622> Acesso em: 22/02/2023.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. Imprensa e história no Rio de Janeiro dos anos 50. 2000. 2000. Tese de Doutorado. Tese (Doutorado em Comunicação Social) –Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. Disponível em: <https://pantheon.ufrj.br/handle/11422/10420> Acesso em: 17/04/2022.

RIBEIRO, Antônio Sérgio. Sua excelência, "vereador" Cacareco. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/noticia/?id=286282> Acesso em: 10/11/2022.

RODRIGUES, Roberto. Lei de Gérson. Disponível em: <https://gvagro.fgv.br/sites/gvagro.fgv.br/files/u5/08.2017%20-%20LEI%20DE%20G%C3%89RSON.pdf> . Acesso em 12/05/2022.

SIQUEIRA, Carla. MURILO, Tatiana. Verbete. Manchete. In: Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro, CPDOC/FGV. Disponível em: <https://www18.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/manchete> Acesso em: 31/10/2021.

STREET, John. Celebrity Politicians: Popular Culture and Political Representation. The British Journal of Politics & International Relations. 2004. (Tradução nossa). Disponível em: <https://is.muni.cz/el/1423/podzim2016/POL505/um/65214185/street - celebrity politicians.pdf> Acesso em: 18/01/2022.

YOUNG, Victor Augusto Ferraz. Discussão a respeito das condições para a execução do programa de metas de Juscelino Kubitschek. LEITURAS DE ECONOMIA POLÍTICA. Disponível em: https://www.eco.unicamp.br/images/arquivos/artigos/LEP/L30/Edicao_LEP_30.pdf#page=8 Acesso em 01/06/2023.

ZANELLA, Daniel; DE OLIVEIRA FILHA, APARECIDA, Elza. O jornalista Rubem Braga: animal político, correspondente de guerra. Dito Efeito-Revista de Comunicação da UTFPR, v. 4, n. 5, 2014. Disponível em: <https://periodicos.utfpr.edu.br/de/article/view/2145> Acesso em: 16/09/2021.

ZEPEDA, A. V.; FRANCO, D. A. H.; PRECIADO, O. A. P. O humor na estratégia de persuasão durante as campanhas eleitorais. Revista Brasileira de Ciência Política, [S. l.], n. 13, p. 245–258, 2014. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/rbcp/article/view/2154> . Acesso em: 7 nov. 2022.

LIVROS

AGAMBEN, Giorgio. *O que é o contemporâneo? e outros ensaios*. Tradução de Vinícius Nicastro Honesko. Chapecó, SC: Argos, 2009.

AMORIM, Rosy Mary Guerra. *O Governo JK e a revista Manchete: a criação do mito dos anos dourados*. Rio de Janeiro, 2008.

ANDERSON, Perry. *Brasil à parte: 1964 – 2019*. Trad.: Alexandre. Barbosa de Souza [et al.]. São Paulo: Boitempo, 2020.

ANSART, Pierre. *A gestão das paixões políticas*. Tradução. Jacy Seixas.-Curitiba, PR: Ed. UFPR, 2019.

BARBOSA, Marialva. *História cultural da imprensa. Brasil 1800-1900*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

BECKER, Jean - Jacques. A opinião pública. in: RÉMOND, René. *Por uma história política*: Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/Ed. FGV, 1996.

BELTRÃO, Luiz. *Jornalismo opinativo*. Volume 11 da Coleção Estante de comunicação social. Editora Sulina, 1980.

BENEVIDES, Maria Victória. *A UDN e o udenismo: a ambiguidade do liberalismo brasileiro 1945- 1965*. São Paulo: Paz e Terra, 1981.

BENEVIDES, Maria Victoria. *O governo Jânio Quadros*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

BLOCH, Arnaldo. *Os irmãos Karamabloch. Ascensão e queda de um império familiar*. 2ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

- BOBBIO, Norberto et al. *Dicionário de Política*. vol. 1. Brasília: Editora Universidade de Brasília, v. 674, 1998.
- CARDOSO, Miriam Limoeiro; PEREIRA, Luiz. *Ideologia do desenvolvimento. Brasil: JK/JQ*. 1972.
- CARLONI, Karla Guilherme. *Marechal Henrique Teixeira Lott: a opção das esquerdas*. 2010.
- CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil. São Paulo: companhia das letras*. Vol 11, 1990.
- CARVALHO, José Murilo. Passado, presente e futuro da corrupção brasileira. In: AVRITZER, Leonardo et al. (Org.). *Corrupção: ensaios e críticas*. Belo Horizonte: UFMG, 2008.
- CERTEAU, Michel de. *História e Psicanálise: entre ciência e ficção*. Trad de Guilherme J. de Freitas Teixeira. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.
- CHARAUDEAU, Patrick. *A conquista da opinião pública: como o discurso manipula as escolhas políticas*. Tradução de Ângela M. S. Corrêa. São Paulo: Contexto, 2016.
- CHAUÍ, Marilena. Apontamentos para uma crítica da ação integralista brasileira. In FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho; CHAUÍ, Marilena. *Ideologia e mobilização popular*. Rio de Janeiro: CEDEC/Paz e Terra, 1978.
- CHAUÍ, Marilena. O que é política? P. 37 – 38. In NOVAES, Adauto (Org.). *O esquecimento da política*. Rio de Janeiro: Agir, 2007.
- D'ARAÚJO, Maria Celina de. *Sindicatos, carisma e poder: o PTB de 1945-65*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996.
- ECO, Umberto. *Interpretação e superinterpretação*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *O Brasil Republicano: O tempo da experiência democrática*. Vol 3: Da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Editora José Olympio, 2019.
- FLUSSER, Vilém. *Língua e realidade*. 3ª ed., São Paulo: Annablume, 2007. Publicado originalmente em 1963.
- FOUCAULT, Michel. *Ordem do discurso*. Edições Loyola, 1996.
- GIRARDET, Raoul. *Mitos e mitologias políticas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- GOMES, Ângela de Castro; FERREIRA, Jorge. *Jango: as múltiplas faces*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.
- GROSSI, Eduardo. Jânio Quadros: as representações metafóricas da vassoura no imaginário popular. In: QUEIROZ, Adolpho. *Na arena do marketing político: ideologia e propaganda nas campanhas presidenciais brasileiras*. São Paulo: Summus Editorial, 2006. P. 191.
- HALL, Stuart. *Cultura e Representação*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: Apicuri, 2016.
- HARDT, Michael; NEGRI, Antônio. *Bem-estar comum*. Editora Record, 2016.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26.ª edição, São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- KENNEDY, J.; KROEZE, R. The Paradox of “A High Standard of Public Honesty” A Long-Term Perspective on Dutch History. In: KROEZE, R.; VITÓRIA, A.; GELTNER, G.

(Eds). *Anticorruption in History From Antiquity to the Modern Era*. Oxford: Oxford Univ. Press, 2018.

KOSELLECK, Reinhart. *História de conceitos: Estudos sobre a semântica e a pragmática da linguagem política e social*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2020.

KOSELLECK, Reinhart. Uma resposta aos comentários sobre o Geschichtliche Grundbegriffe. In: JÚNIOR, João Feres; JASMIN, Marcelo Gantus. *História dos conceitos: debates e perspectivas*. Edições Loyola, 2006.

LESSA, Renato. Política, amnésia, transfigurações. In: NOVAES, Adauto (Org.). *O esquecimento da política*. Rio de Janeiro: Agir, 2007.

MANDEVILLE, Bernard. La fábula de las abejas o los vicios privados hacen la prosperidad pública. Comentário crítico, histórico y explicativo de F. B. Kaye. Publicação original em inglês de 1705 a 1729. México: Fondo de Cultura Económica, 2001

MARKUN, Paulo; HAMILTON, Duda. *1961: o Brasil entre a ditadura e a guerra civil*. São Paulo: Benvirá, 2011.

MARX, Karl. *O capital*. Crítica da economia política. II. 16. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Corrupção no Brasil republicano 1945-1964. In: AVRITZER, Leonardo et al. (Org.). *Corrupção: ensaios e críticas*. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

PATRIOTA, Rosângela. Teatro Brasileiro. In: AVRITZER, Leonardo et al. (Org.). *Corrupção: ensaios e críticas*. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

PENA, Felipe. *Seu Adolpho: uma biografia em fractais de Adolpho Bloch, fundador da TV e Revista Manchete*. Rio de Janeiro: Usina de Letras, 2010.

PINTO, Céli R. J. *A banalidade da corrupção: uma forma de governar o Brasil*. Belo Horizonte: UFMG, 2011.

POCOCK, John Greville Agard. *Linguagens do Ideário Político*. Vol. 25. Edusp, 2003.

QUEIROZ, Adolpho. *Na arena do marketing político: ideologia e propaganda nas campanhas presidenciais brasileiras*. São Paulo: Summus Editorial, 2006.

RIBEIRO, Renato Janine: A palavra livre e infeliz. P.349. In: NOVAES, Adauto (Org.). *O esquecimento da política*. Rio de Janeiro: Agir, 2007.

RUBIM, Antônio Albino Canelas e COLLING, Leandro. *Mídia, Cultura e Eleições Presidenciais no Brasil Contemporâneo*. In: João Carlos Correia. (Org). *Comunicação e Política*. Covilha: Universidade da Beira Interior, v. 1. 2005.

SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castelo*. 13 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

SOARES, Murilo César. *Representações, jornalismo e a esfera pública democrática*. 2009. P. 198.

SMITH, Adam. *A riqueza das nações*. Nova Fronteira, 2017.

TROUILLOT, Michel-Rolph. *Silenciando o passado. Poder e a produção da história*. Curitiba: Huya, 2016.

WEBER, M. *Economia e Sociedade - Parte II: Fundamentos da sociologia compreensiva*. UNB: Brasília, 2012.

WILLIAM, Wagner. *O soldado absoluto: uma biografia do marechal Henrique Lott*. Rio de Janeiro, Record, 2006.